

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER**

**Juliana Maria Alves de Moraes Pinto**

**GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE DA  
PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DO CBAS E DO ENPESS  
(2000-2004)**

**BRASÍLIA**

**2007**

**Juliana Maria Alves de Moraes Pinto**

**GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE DA  
PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DO ENPESS E DO CBAS  
(2000-2004)**

**Monografia apresentada à Universidade de Brasília – UnB,  
como requisito parcial para a obtenção do título de  
Assistente Social**

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marlene Teixeira Rodrigues**

**BRASÍLIA**

**2007**

**Juliana Maria Alves de Moraes Pinto**

**GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE DA  
PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DO ENPESS E DO CBAS  
(2000-2004)**

**Monografia apresentada à Universidade de Brasília – UnB, como  
requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Serviço  
Social**

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Denise Bontempo, UnB

---

Mestranda Lívia Barbosa Pereira, UnB

# DEDICATÓRIA

*Dedico este estudo:*

*a Deus;*

*a meu marido, Luiz Fernando;*

*aos meus pais, Júlio e Gilza.*

## AGRADECIMENTOS

Foram muitos os que me ajudaram a concluir esse trabalho.

Meus sinceros agradecimentos...

... a Deus, por ter me dado forças para continuar até o fim do curso,  
sendo meu consolo e abrigo nos momentos de maior dificuldade e desânimo;

... ao meu marido, Luiz Fernando, por estar sempre ao meu lado,  
sendo amoroso, atencioso, compreensivo e dedicado, ajudando-me a encarar os desafios e  
lutas que enfrentei e as vitórias que alcancei;

... aos meus pais, Júlio e Gilza, pelo apoio, atenção, carinho e amor  
que compartilharam comigo, mesmo à distância, nos mais variados momentos que tive  
durante o curso;

... a todos os meus amigos, especialmente a Juliana uma pessoa  
especial que sempre se mostrou presente, e aos colegas de faculdade;

... à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Denise Bontempo, que me auxiliou neste trabalho com  
as orientações nas disciplinas de pesquisa I e II;

.. especialmente à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marlene Teixeira Rodrigues pela  
competência, interesse e entusiasmo que manifestou nos momentos de orientação deste  
trabalho;

... e a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para minha  
formação acadêmica.

## EPÍGRAFE

*“Em qualquer sociedade o grau de  
emancipação da mulher é a medida  
natural da emancipação geral.”*

*(Karl Marx)*

## RESUMO

Este trabalho se propõe a problematizar a importância das discussões concernentes à questão de gênero e sua aproximação com o serviço social. Pretende-se, em primeiro lugar, fazer uma revisão teórico-conceitual acerca das concepções sobre gênero, onde a construção da fundamentação teórica contempla diversos autores que discutem questões referentes a esta temática. De forma a buscar uma definição que possibilite ter elementos para analisar as abordagens presentes no serviço social, foi realizada uma pesquisa bibliográfica visando conhecer a produção do serviço social em relação à questão de gênero, abarcando as comunicações apresentadas no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS e no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS, entre os anos de 2000 a 2004, sendo dois espaços fundamentais em âmbito nacional, para a divulgação da produção das assistentes sociais, enquanto profissionais e pesquisadoras. Pretende-se identificar e analisar a literatura científica para saber como esta incorporação tem se dado, estabelecendo quais as perspectivas predominantes, as categorias abordadas e a densidade teórica dessa produção e sua relação com o espaço dado na formação. Sabe-se que as questões de gênero impactam profundamente o serviço social, o que revela a produção teórica recente de gênero, mas como a incorporação dessa discussão tem ocorrido no serviço social é o que se buscou conhecer no presente trabalho. Espera-se que essa temática ganhe maior repercussão e que esse trabalho contribua com a ampliação e o aprofundamento de sua discussão pelo serviço social.

**Palavras-chave:** serviço social, gênero, CBAS, ENPESS.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1.0 - Distribuição dos trabalhos de comunicação oral (artigos) por CBAS e ENPESS - ano de realização, eixos temáticos, total de artigos, tipo de trabalho e % de artigos na área temática gênero/total.....	15
TABELA 1.1 - Quantidade e % de artigos no eixo gênero, por categoria, publicados nos cinco eventos analisados.....	16
TABELA 2.0 - Quantidade e % de artigos no eixo gênero, por categoria, publicados no CBAS 2001 e 2004.....	17
TABELA 3.0 - Quantidade e % de artigos no eixo gênero, por categoria, publicados no ENPESS 2000, 2002 e 2004.....	21

## LISTA DE ABREVIATURAS

AIDS – Síndrome da Imuno Deficiência Adquirida  
AMUNAM – Associação das Mulheres de Nazaré da Mata  
BPC – Benefício de Prestação Continuada  
CAVCRIME – Centro de apoio às vítimas de crime  
CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais  
CE – Centro de Convenções em Fortaleza  
CEOM – Centro Especial de Orientação à Mulher  
DEAM – Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher  
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz  
FUNTEPE – Fundo de Terras de Pernambuco  
LOAS – Lei Orgânica da Assistência  
MST – Movimento dos Sem Terra  
PAM – Plano de Apoio às Mulheres  
PAISM – Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher  
PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres  
PRAIA – Programa de Atenção Integral ao Adolescente  
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão  
PSF – Programa Saúde da Família  
PUCRS – PUC Rio Grande do Sul  
SAJUG – Serviço de Assistência Judiciária Gratuita  
SUS – Sistema Único de Saúde  
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte  
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora  
UFF – Universidade Federal Fluminense  
UnATI – Universidade Aberta da Terceira Idade  
UnB – Universidade de Brasília  
UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro Oeste  
UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS .....	1
LISTA DE ABREVIATURAS.....	2
SUMÁRIO.....	3
INTRODUÇÃO .....	4
CAPÍTULO I – Referencial Teórico.....	9
1.1 – Movimentos Feministas e a Construção do Gênero enquanto Categoria Analítica... 9	
1.1.1 – Movimentos Feministas no Brasil .....	11
1.2 – Perspectivas Teóricas sobre Gênero.....	11
1.2 – Feminismo, Gênero e Serviço social .....	13
CAPÍTULO II – Análise Quantitativa da Produção Bibliográfica do Serviço Social sobre a Questão de Gênero.....	16
2.1 – Informações gerais dos artigos apresentados nos CBAS e ENPESS que abordam a temática gênero .....	16
2.2 – Considerações acerca da organização temática dos artigos apresentados nos CBAS de 2001 e 2004.....	17
2.3 – Considerações acerca da organização temática dos artigos apresentados nos ENPESS de 2000, 2002 e 2004 .....	21
CAPÍTULO III – Análise Qualitativa da Produção Bibliográfica do Serviço Social sobre a Questão de Gênero.....	26
3.1 – Violência .....	26
3.2 – Saúde .....	31
3.3 – Serviço social .....	37
3.4 – Trabalho .....	42
3.5 – Sexualidade, Saúde e Direitos reprodutivos .....	47
3.6 – Movimentos sociais .....	51
3.7 – Exploração sexual.....	54
3.8 – Adolescência .....	55
3.9 – Questão racial.....	56
3.10 – Pobreza.....	58
3.11 – Envelhecimento .....	58
3.13 – Educação .....	60
3.14 – Maternidade e Prostituição.....	60
3.15 – Questão rural .....	61
3.16 – Questão urbana.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64

## INTRODUÇÃO

Esta monografia é exigência para a conclusão do curso de graduação em serviço social e obtenção do grau de Assistente Social. Ela aborda questões referentes à presença da temática de gênero na produção acadêmica do Serviço social a partir do ano 2000.

O serviço social tem sido reconhecido historicamente como uma profissão “feminina” ou de “mulheres”. Essa perspectiva da profissão, embora rechaçada, requer para seu entendimento uma análise sob a perspectiva de gênero, problematizando esta presença massiva de mulheres na profissão. A profissão passa por transformações, sendo importante perceber em que medida estas implicam num olhar e reconhecimento dessas relações desiguais de gênero.

Tem-se a hipótese de que as questões de gênero impactam profundamente o serviço social, o que pode ser verificado pela própria produção teórica recente de gênero. Como a incorporação dessa discussão tem ocorrido no serviço social é o que se buscou conhecer no presente trabalho.

Entende-se que ainda que não faça parte do currículo obrigatório do serviço social, a temática vem ganhando espaço. Resta saber como esta incorporação tem se dado. Quais as perspectivas predominantes, as categorias abordadas e a densidade teórica dessa produção e sua relação com o espaço dado na formação.

Além disso, apesar da temática gênero estar presente no currículo da UnB, por meio da disciplina optativa *Relações de Gênero e Serviço Social*, ainda é pouco analisada e discutida. Como consequência se percebe que o debate e a produção acadêmica dos discentes é ainda recente, devido a própria agenda pública voltada para a mulher também ser, ainda, muito recente. Uma pesquisa exploratória dos 412 TCC apresentados por discentes de graduação do departamento de serviço social na UnB, revela que 09 ou 2,2% mencionam a questão de gênero ou feminismo no título e 17 ou 4,1% apresentam outros temas como violência contra a mulher e de gênero, feminização, feminidade, saúde reprodutiva da mulher, HIV e mulher, mulher e desigualdade, alcoolismo feminino, homossexualidade feminina, participação de mulheres em movimentos sociais, exploração sexual de mulheres, esterilização feminina.

Por fim, mas não menos importante deve-se assinalar que as desigualdades características às relações de gênero marcam as relações de mulheres e homens atendidos pelas assistentes sociais<sup>1</sup>, o que requer para uma intervenção qualificada nesse campo uma formação que englobe o estudo das questões de gênero. Ou seja, é imprescindível que se disponha de conhecimentos que permitam analisar o processo por meio do qual as diferenças e especificidades atribuídas ao masculino e ao feminino servem de substrato à construção de relações desiguais entre mulheres e homens. Compreender analiticamente este processo é pré-condição para o desenvolvimento de uma intervenção profissional que, considere e inclua estratégias para enfrentamento das desigualdades que caracterizam as relações entre homens e mulheres.

Este é um dos argumentos que orienta o projeto de pesquisa *Possibilidades e limites da incorporação da transversalidade de gênero pelas políticas sociais: uma análise a partir da inserção do Serviço Social*, coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marlene Teixeira Rodrigues, e ao qual o presente trabalho se vincula.

---

<sup>1</sup> Neste trabalho optou-se por utilizar o feminino devido a forte presença de mulheres na profissão.

Mesmo diante das transformações ocorridas na profissão, a não incorporação dessas reflexões tende a possibilitar a reprodução de valores e a permanência de concepções conservadoras, ainda hegemônicas em torno das relações de gênero. É pois, de grande relevância à profissão inserir a categoria gênero no debate e produção acadêmica.

Destaca-se desse modo, que o tema escolhido possui relevância técnica, social, e científica, na medida em que propicia outro olhar com relação ao serviço social, mediante a análise da profissão sob a perspectiva de gênero, categoria recentemente incorporada ao serviço social. Nesse contexto, a realização desse trabalho teve ainda a perspectiva de contribuir com a ampliação e o aprofundamento da discussão sobre a temática gênero pelo serviço social.

Optou-se pela utilização de pesquisa bibliográfica, visando conhecer a produção do serviço social em relação à questão de gênero, abarcando as comunicações apresentadas no *Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS* e no *Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS*, dois espaços fundamentais para a divulgação da produção das assistentes sociais, enquanto profissionais e pesquisadoras.

Estes encontros foram escolhidos, devido a constituírem, importante espaço de discussão e reflexão profissional, onde os assistentes sociais, pesquisadores em serviço social, docentes e alunos de graduação e pós-graduação, debatem as mais variadas questões presentes no exercício profissional e no meio acadêmico. Ademais, a delimitação temporal foi escolhida mediante a facilidade de acesso ao material, uma vez que os trabalhos foram disponibilizados em CD ROM.

Definida a opção metodológica pela pesquisa documental em termos de procedimento, procedeu-se à delimitação temporal para seleção dos artigos a serem analisados na pesquisa.

A perspectiva adotada foi estudar como a questão gênero/mulher tem sido abordada pelo serviço social, mediante a análise das produções apresentadas no CBAS e no ENPESS, entre os anos de 2000 e 2004. Ou seja, foram analisados dois CBAS, que ocorreram em 2001 e 2004, e três ENPESS que ocorreram em 2000, 2002 e 2004.

O trabalho analítico requereu anteriormente, uma pesquisa bibliográfica de modo a construir um referencial teórico sobre o tema, posto a nossa pouca familiaridade com o assunto até então. Pretendeu-se com essa revisão teórico-conceitual acerca das concepções sobre gênero, buscar elementos para a análise das abordagens presentes no serviço social. Em seguida ao desenvolvimento do referencial teórico, é apresentada uma pesquisa quantitativa e qualitativa feita por meio de estudo de artigos referentes à temática de gênero, publicados nos encontros e congressos da área de serviço social, buscando como tem sido feita a aproximação entre estes. A seguir se apresenta os resultados da pesquisa realizada, cuja ênfase no aspecto qualitativo, teve em vista apreender a realidade que está para além dos fenômenos. Entendendo que, subjetividade e objetividade, atores sociais, valores da pesquisadora, fatos, significados, ordens e conflitos correspondem ao espaço mais abrangente das relações que não podem ser reduzidos a variáveis. (Minayo, 1992; 2003)

Lefevrè (1993) coloca que na pesquisa qualitativa, o objeto torna-se também sujeito, não havendo uma possível neutralidade, mas um envolvimento de ambos. Pois a pesquisa é um processo que envolve criatividade, bom senso e também a questão da complexidade. O objeto é relacionado e os cientistas são plurais, colocando-se a relação pesquisador-sujeito. A pesquisa qualitativa busca a verdade baseada na história do pesquisador, de acordo com suas experiência, valores, formação, que intervém na transferência dos dados. Os métodos qualitativos fornecem os dados mais significativos e complexos, e nesse sentido difícil de serem analisados. Esperamos ter logrado atingir tal objetivo.

Buscou-se identificar e analisar essas publicações para saber como o serviço social vem abordando a questão de gênero em âmbito da pesquisa e da intervenção. O objetivo foi o

levantamento dos temas de maior relevância no serviço social com relação a gênero, quais as categorias abordadas e quais perspectivas teóricas utilizadas.

O levantamento inicial permitiu identificar, 124 artigos relacionados ao tema gênero, dentre os 2.554 artigos apresentados nesses encontros e congressos, o que corresponde a aproximadamente 5% do total de artigos apresentados. No processo de leitura dos artigos, as categorias que apresentaram maior quantidade de artigos foram violência, saúde e serviço social sinalizando assim a sua importância no debate profissional.

Dentre os artigos referentes a gênero, as categorias encontradas e organizadas por ordem crescente de recorrência foram: *violência* com 24 artigos correspondente a 19,3% do total de artigos analisados em nossa pesquisa; *saúde* com 19 artigos (15,3%); *serviço social* com 18 artigos (14,5%); *trabalho* com 16 artigos (12,9%); *sexualidade, saúde e direitos reprodutivos* com 14 artigos (11,3%); *movimentos sociais* com 12 artigos (9,7%); *exploração sexual*, com 04 artigos (3,2%); *adolescência, questão racial e pobreza* com 03 artigos de cada (2,4% cada um); *envelhecimento e conjugalidade, relações afetivas e representações sociais* com 02 artigos de cada (1,6% cada um); *educação, maternidade e prostituição, questão rural e questão urbana*, com 01 artigo de cada (cada um correspondendo a 0,8% do total).

Chamam a atenção, o aparecimento das categorias nos CBAS *violência* 13 (24,5%), *serviço social* 11 (20,7%), *saúde* 09 (16,9%), *sexualidade, saúde e direitos reprodutivos* 07 (13,2%), *movimentos sociais* 05 (9,4%) e *trabalho* (7,5%) com 04 artigos. Já nos ENPESS a categoria *trabalho* aparece no ranking com 12 artigos (16,9%), seguida de *violência* com 11 (15,5%), *saúde* com 10 (14,1%), *movimentos sociais, serviço social e sexualidade, saúde e direitos reprodutivos* 07 (9,8%) cada. As diferenças de frequência das categorias em um e outro evento – por exemplo *trabalho* responde pelo primeiro lugar no ENPESS e em sexto nos CBAS – poderiam ser explicadas pela natureza distinta dos eventos. O ENPESS é um encontro da pesquisa e as possibilidades de discussões sobre temas “novos”, ainda não incorporados no dia-a-dia do exercício profissional. Já o CBAS é um encontro da categoria de assistentes sociais, tendendo por isso a predominar relatos de experiências e reflexões pautadas na intervenção profissional.

A apresentação dos resultados da pesquisa foi organizada em três capítulos. O capítulo inicial é dedicado à apresentação do referencial teórico, à discussão da bibliografia sobre o tema analisado. Em seguida a discussão teórica se apresenta a análise quanti-qualitativa dos artigos referentes à temática de gênero, publicados nos encontros e congressos da área de serviço social, buscando identificar as tendências de aproximação entre estes. No capítulo dois, a apresentação do percurso e dos procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, é sucedida pela análise quantitativa da produção bibliográfica do serviço social sobre a questão de gênero. A análise qualitativa da produção bibliográfica do serviço social sobre a questão de gênero, é objeto do capítulo três.

No primeiro capítulo, são abordados aspectos gerais relacionados à temática gênero, como as principais perspectivas teóricas sobre a questão, a relação com os Movimentos Feministas e com o serviço social em si. O pano de fundo para essa reflexão foi a origem e a formação histórica da profissão e a forte presença feminina percebida até os dias atuais.

No segundo capítulo, é apresentada a análise quantitativa da produção bibliográfica do serviço social sobre a questão de gênero. São ressaltados os indicadores gerais dos congressos estudados, ou seja, a análise temática a partir do CBAS – 2001 e 2004, e do ENPESS – 2000, 2002 e 2004.

A organização temática do material, a partir de sua incidência quantitativa, permitiu a identificação e delimitação de palavras-chave, que foram adotadas como categoria de referência para a análise individual dos artigos e seu agrupamento em uma tabela, tendo em vista a análise quanti-qualitativa.

A tabela de análise quantitativa coloca o eixo temático, que é a identificação do tema. Foram elencadas categorias relacionadas à temática gênero para a análise qualitativa, e a partir da identificação dos temas mais recorrentes os artigos foram separados, sendo realizado um resumo descritivo de cada uma das categorias.

É importante assinalar a natureza específica dos eventos, tendo em vista que os CBAS são eventos para assistentes sociais e os ENPESS são eventos de pesquisadores em serviço social. Assim, no primeiro o relato de experiências e as reflexões pautadas na intervenção tendem a predominar, já nos ENPESS as possibilidades de discussões sobre temas “novos” ou que ainda não tratam as práticas profissionais do serviço social são maiores. O que ajuda a entender, por exemplo, a desproporção existente na presença da temática em um ou outro tipo de evento.

Neste capítulo são apresentados o mapeamento quantitativo dos dados trabalhados na análise. De início foram identificados os indicadores gerais encontrados no estudo do conjunto dos encontros/congressos, se quantificando, a posteriori, esses indicadores em cada encontro/congresso analisado. Por fim, foi feita uma análise geral das informações identificadas no conjunto dos trabalhos verificados.

O terceiro capítulo, contém a análise qualitativa da produção bibliográfica do serviço social sobre a questão de gênero, e suas diversas categorias elucidadas, que se relacionam ao serviço social e ao gênero. Esta análise apresenta o estudo do conteúdo dos artigos, que busca uma crítica das categorias ao contexto profissional da assistente social.

Apresenta-se aqui uma análise qualitativa dos artigos inscritos no *eixo temático gênero*, a partir das categorias abordadas nesses artigos, que foram agrupadas, tendo em vista os temas mais recorrentes.

A análise do material baseou-se na técnica de análise de conteúdo, onde os dados foram organizados, a fim de identificar as categorias abordadas e as perspectivas teóricas existentes, bem como sua recorrência. Possibilitando uma descoberta para além das aparências dos conteúdos manifestos, segundo Minayo (2003).

Os artigos foram reunidos e após análise, organizados de acordo com as categorias centrais em discussão. Essas categorias foram ordenadas de acordo com a frequência, em termos de quantidade de artigos relacionados.

Em termos sintéticos, os passos percorridos na realização da análise de conteúdo foram os seguintes:

- Identificação dos artigos que tratavam da questão de gênero;
- Coleta e análise dos dados quantitativos;
- Identificação de categorias de análise, contempladas nos trabalhos;
- Classificação e separação dos artigos de acordo com as referidas categorias; e
- Análise qualitativa dos artigos também se referindo à categoria.

A identificação dos temas abordados nos trabalhos inscritos no eixo temático *gênero*, permitiu a delimitação de 16 categorias. A partir dessa identificação os artigos foram separados para análise. Realizou-se um resumo descritivo de cada uma das categorias, fazendo-se a análise da perspectiva utilizada e sua articulação com o serviço social.

Neste trabalho estudamos como a questão gênero/mulher tem sido abordada pelo serviço social, com a perspectiva de contribuir com a análise e a discussão sobre a temática, que a meu ver ainda é pouco realizada, devido à própria questão da discussão ser muito recente, possibilitando maior aproximação e produção acadêmica das alunas sobre a questão de gênero e o serviço social.

Além disso, penso que um estudo sobre a categoria gênero, pode estabelecer condições para o desenvolvimento de uma intervenção profissional da assistente social,

baseada na realidade, que é permeada pelas relações sociais entre homens e mulheres. Portanto, enquanto estudante, acredito que minhas contribuições possam explorar um pouco mais o tema e acrescentar algo em relação à abordagem do gênero no serviço social.

Deve-se assinalar que se tratou de uma *pesquisa exploratória e descritiva*. *Exploratória*, pois se buscou aprofundar as considerações acerca da temática de gênero. *Descritiva*, pois se pretendeu fazer uma análise das 16 categorias que foram abordadas na pesquisa, onde procuramos interrogar sobre o objeto, pressupostos, teorias e metodologia adequadas. Seguindo Minayo (2003), procurou-se realizar uma pesquisa bibliográfica ampla e crítica acerca do tema, uma articulação criativa, um reconhecimento do conhecimento científico, uma aproximação a outros conhecimentos com questionamentos e aprofundamentos.

## CAPÍTULO I – Referencial Teórico

### *1.1 – Movimentos Feministas e a Construção do Gênero enquanto Categoria Analítica*

Segundo Martins (1995), foi o socialista francês Charles Fourier, quem, no século XIX, primeiro utilizou a palavra feminista, como símbolo de uma nova mulher que transformaria a sociedade e também seria transformada por esta, sendo baseada na associação e mutualidade. Além deste, o liberal John Stuart Mill também foi um dos primeiros a defender a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Nesse sentido influenciaram nas lutas de várias mulheres pela emancipação.

Sheila Rowbotham (*apud* Martins, 1995) identifica e agrupa as diferentes abordagens do feminismo em três vertentes. A primeira delas é o feminismo radical, que dá ênfase para a questão da subordinação da mulher ao homem, como meio de mudança da sociedade como um todo. Já o feminismo liberal se opõe à discriminação contra as mulheres, defendendo igualdade de oportunidades na sociedade, trabalho e educação e se opõe à discriminação contra as mulheres. O feminismo socialista, por entender que as mulheres são oprimidas por diversas formas de subordinação, como desigualdade, classe e raça, propõe estabelecer a igualdade entre seres humanos para possibilitar-lhes o desfrute do prazer, concebido amplamente.

O feminismo nos anos 60, enquanto movimento contestatório, questiona a divisão entre a esfera pública e a privada, segundo Costa (*apud* Leocádio, 2006), o que trouxe questões específicas do privado para o âmbito da política, permitindo à crítica feminista um questionamento sobre o lugar e o valor atribuídos socialmente à mulher e à desigualdade das relações de gênero.

A igualdade das mulheres frente aos homens, as noções de masculinidade e feminilidade passam a ser questionadas a partir das primeiras reivindicações feministas no início do século XX e com o “movimento feminista organizado” nos anos 1970, em que a mulher busca uma nova identidade. A identidade masculina se desestrutura e a feminina se redimensiona, pois como o homem se caracterizava por sua superioridade ao feminino, sua identidade sexual entra em crise, surgindo o homem sensível, fragilizado. (Marson, 1995)

Segundo Marson (1995), no período de 1890 a 1930 destaca-se a presença de dois grupos que pregavam a emancipação feminina. As feministas liberais, mulheres burguesas de classes abastadas, que queriam o sufrágio feminino e a emancipação intelectual da mulher de forma a contribuir para a formação moral das próximas gerações. E as feministas libertárias, mulheres anarquistas, que buscavam a emancipação plena das mulheres, seja intelectual, financeira ou amorosa. Ambos os grupos desejavam uma nova identidade feminina, uma nova feminilidade com participação da mulher na constituição da futura sociedade.

As feministas liberais não contestavam os valores burgueses ou a ordem social vigente, desejavam que a mulher tivesse os mesmos direitos que os homens. Já para as feministas libertárias, o trabalho, além da educação da mulher tinha papel fundamental, pois garantiria a libertação feminina, avançando também quanto à proposta liberal no sentido de proporcionar a mulher o direito à escolha do par, do amor livre e do corpo, significando o direito ao prazer, antes território dos homens, cabendo somente as mulheres o sexo para procriação ou por dinheiro. Para Marson (1995), o que se percebe é uma luta para se definir a identidade feminina, em que as liberais almejavam uma imagem da mulher como mãe, educadora, moralizadora das gerações futuras, enquanto as libertárias uma mulher liberada econômica, intelectual e sexualmente, e os homens defendendo a mulher como mãe e dona de casa.

O feminismo por negar o padrão de feminilidade dominante e buscar uma nova identidade feminina semelhante à masculina, assemelha homens e mulheres devido à busca de direitos iguais e de mesmo tratamento a ambos, o que causa reações masculinas de desprezo além do estereótipo da feminista como não mulher. (Marson, 1995)

As reivindicações do feminismo enquanto movimento organizado visavam a igualdade de direitos em relação aos homens, igualdade salarial, direito a creches, sendo o chamado “feminismo de igualdade”, a primeira onda do feminismo, exigindo que a mulher fosse tratada como o homem.

A atriz Leila Diniz se tornou mito da mulher emancipada, liberada e musa das que queriam se emancipar, com imagem da mulher livre de tabus, com amor e maternidade também livres e se expressando sem “meias palavras” (Marson, 1995). No Ano Internacional da Mulher da ONU, em 1975, houve abertura para organização das mulheres, surgindo a imprensa nacional.

Em meados dos anos 1970 emerge a segunda onda do feminismo no Brasil, em meio à ditadura militar e a grande ebulição cultural. A teoria feminista elabora nos anos 1960 e 1970 uma proposta de ruptura com a ordem social vigente, com crítica a desigualdade das relações sociais, que se baseavam na dominação do sexo, além de inserir novamente o debate sobre questões de reprodução e sexualidade, aborto, planejamento familiar. As primeiras feministas questionavam as relações desiguais de poder entre os sexos e enfrentaram a oposição dos próprios aliados pela luta contra a ditadura.

Na segunda metade dos anos 1970 e início dos anos 1980 as mulheres foram orientadas por novos grupos próximos ao marxismo, abertos a novos horizontes teóricos, na construção de uma identidade própria como novos atores políticos. Daí as mulheres reagem à desigualdade de gênero, à supremacia masculina, à violência sexual, e reivindicam a liberdade amorosa e o direito ao prazer. Na década de 1990, o movimento de mulheres se articula aos movimentos internacionais, especialmente nas Conferências Internacionais da ONU. (Leocádio, 2006).

Conforme Bertoline (2001), a partir de 1975 a discussão sobre os determinantes da opressão feminina ganha maior visibilidade e mobiliza as feministas que afirmam relacionar-se ao sistema patriarcal ou à divisão sexual do trabalho.

Segundo Marson (1995), o movimento feminista organizado incitou respostas, e a feminista foi quanto ao chamado “feminismo da diferença”, Este procura valorizar a cultura feminina, propondo acrescentar os valores femininos à cultura masculina e não se masculinizar, sendo homens e mulheres visto como diferentes e não a mulher inferior ao homem, onde essas diferenças possam se complementarem.

Assim, os chamados estudos feministas ressignificam a categoria gênero, rompendo com a naturalização que as explicações de cunho biologicista das diferenças sexuais tratam de difundir. Distanciando-se dessas perspectivas e estabelecendo uma diferença de sentido da concepção de sexo, utilizando-o para enfatizar a construção humana de homem e mulher. (D’Oliveira, 1996)

A perspectiva de gênero, que remete ao modo como as relações sociais são fundadas sobre as diferenças reconhecidas e atribuídas aos sexos masculino e feminino, surge e ganha espaço, nesse contexto. Sua constituição não pode assim ser vista de forma isolada, mas como um dos desdobramentos de várias demandas sociais, principalmente do movimento feminista nesse período. (Bertoline, 2001)

Foi primeiramente, as feministas negras dos Estados Unidos da América que, introduziram, o debate sobre a não uniformização das mulheres e suas múltiplas expressões de opressão e desigualdades, inclusive entre elas próprias. O conceito de “relações de gênero”, que surgiu em finais da década de 1970, passou a ser difundido nesse contexto.

### ***1.1.1 – Movimentos Feministas no Brasil***

O Brasil tem em sua história a busca da igualdade entre homens e mulheres e o enfrentamento da desigualdade de gênero. É a partir da década de 1980 que a questão de gênero começa a ganhar maior visibilidade, com a realização de diversos encontros em que as lutas feministas vieram à tona, resultando em instrumentos que serviram para dar legitimidade e reconhecimento legal às mulheres como sujeito de direitos.

Com a Constituição de 1988, que foi o marco da redemocratização do país, foram consolidados avanços na ampliação dos direitos das mulheres e o estabelecimento de relações de gênero mais igualitárias. Desde então, as mulheres vêm modificando relações desiguais de poder em diferentes espaços, tanto público quanto privado.

Surgem em cena medidas de combate às desigualdades de gênero e às discriminações contra as mulheres. O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM é um desses mecanismos que reconhece a necessidade de afirmação das diferenças em relação à promoção da igualdade. Isto porque, para que uma política seja universalista e atinja todas as pessoas, deve considerar as diferentes origens, orientações sexuais, raciais e étnicas, como expressão da diversidade humana.

O PNPM firma que as mulheres sempre estiveram em situação de desigualdade, seja nas relações sociais, no sistema político, econômico ou cultural. Como consequência disso tem-se uma relação de subordinação destas aos homens, o que é tratado como natural e imutável, de forma a manter essa opressão. As relações desiguais decorrem da divisão sexual e desigual do trabalho doméstico, controle do corpo e sexualidade das mulheres e sua exclusão de espaços decisórios e de poder.

O PNPM quer romper com o rebaixamento, discriminação e desqualificação da mulher seus papéis na sociedade, promovendo equidade de gênero com respeito à diversidade, de forma a reconhecê-las enquanto sujeitos políticos e de direitos, dando mais acesso e participação à mulher nos espaços de poder.

### ***1.2 – Perspectivas Teóricas sobre Gênero***

O conceito de gênero surge a partir de 1975, no contexto de avanço dos movimentos feministas nos espaços acadêmicos. Em um artigo, a teórica feminista Gayle Rubin, admitiu teoricamente, relações de gênero igualitárias, apontando a necessidade, para isso, de haver diferença entre a necessidade e a capacidade humana de organizar os mundos sexuais que cria. Isso abriu as portas para novas reflexões sobre as representações sociais do masculino e do feminino. (Saffioti, 2004)

De acordo com Kaeber (1995, p.15), o gênero remete ao:

“processo através do qual indivíduos que nasceram em categorias biológicas de machos ou fêmeas, tornam-se categorias sociais de mulheres e homens pela aquisição de atributos de masculinidade e feminilidade, definidos localmente”.

Quanto a isso, Alvarez acrescenta (1997, p.15):

“o gênero de um ser humano é o significado social e político atribuído a seu sexo. Nascemos macho ou fêmea. Somos feitos como homem ou mulher. E o processo de fazer homens e mulheres é então historicamente e culturalmente variável; conseqüentemente, pode ser potencialmente modificado através da luta política e das políticas públicas”.

O gênero vem assim ressaltar a construção social do masculino e feminino e conseqüentemente sua historicidade e possibilidade de transformação. (D'Oliveira, 1996)

O conceito de gênero no Brasil se difundiu na década de 1990, e sua discussão se aprofundou com o artigo de Joan W. Scott, cujo título ressalta o gênero enquanto categoria analítica. (Saffioti, 2004)

A historiadora Scott (1995), uma estudiosa clássica com relação à temática gênero, o coloca como categoria de análise histórica, enfatizando seu caráter transformador que se refere ao fenômeno forjado social e historicamente.

Segundo Scott (1995, p.14) “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”.

A subordinação da mulher e a dominação dos homens pode ser explicada pelo fato do gênero ser uma “organização social da relação entre os sexos”, ou seja, uma construção social. As desigualdades existentes entre homens e mulheres têm na história, muito mais que na biologia, suas determinações. Há três categorias de análise constituídas por relações de classe, de gênero e de raça/etnia, que são compreendidas de maneira articulada e que organizam as desigualdades de poder. (Scott, 1995)

Bertoline (2001), assim como Scott (1995), compreende o gênero como eixo estruturante da sociedade, assim como os conceitos de classe, raça/etnia. A categoria surge sendo utilizada para se referir à organização social entre os sexos e suas distinções e para indicar uma rejeição ao determinismo biológico do termo sexo, se referindo às representações sociais e culturais construídas.

Segundo Saffioti (2004), a discussão de gênero a partir do conceito de patriarcado, entendido como regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens, é colocada como aberta. Deve englobar tanto homens quanto mulheres, pois gênero não se remete somente às desigualdades entre estes. Existe ainda o problema teórico de falta de comunicação entre as adeptas ao conceito de patriarcado ou de gênero, em que ora ainda vêm a hierarquia, ora lutam pela igualdade social para ambas as categorias de sexo.

No consenso entre as feministas, gênero é uma construção social do masculino e do feminino, diz respeito às imagens que a sociedade constrói destes. Sua utilização é uma recusa ao essencialismo biológico e representa uma categoria social, histórica, que chama atenção para as relações homem-mulher. (Saffioti, 2004)

Saffioti (2004), também defende que “gênero não é tão somente uma categoria analítica, mas também uma categoria histórica, de outra, sua dimensão adjetiva exige, sim, uma inflexão de pensamento, que pode, perfeitamente, se fazer presente também nos estudos sobre mulher”. Apresenta o conceito de gênero como aquele que não regula apenas as relações homem-mulher, mas também as relações homem-homem e mulher-mulher.

Para a autora, “*a elaboração social do sexo* deve mesmo ser ressaltada, sem, contudo, gerar a dicotomia sexo e gênero, um situado na biologia, na natureza, outro na sociedade, na cultura” (Saffioti, 2004, p. 108). Daí considerar sexo e gênero uma unidade, pois não existe sexualidade biológica fora do contexto social que é exercida.

A distribuição de papéis nas relações de gênero leva em consideração as relações sociais de classe, gênero e raça, como parte de um processo socialmente construído, em que tais diferenças são utilizadas para justificar a condição da mulher na relação de poder. (Saffioti, 2004)

Bourdieu (1999) traz elementos importantes para o aprofundamento do debate sobre gênero na discussão que propõe por meio do conceito de *habitus*. Segundo o autor, tudo aquilo que é estruturado na infância pelas proibições, lições de moral, gostos passados pela família, são posteriormente produzidos em outras instâncias e estruturados por condições sociais, produzindo percepções, crenças, desejos.

Por isso, assinala Bourdieu, na definição de papéis reconhecidos como masculinos ou femininos na lógica tradicional:

“os homens continuam a dominar o espaço público e a área de poder (sobretudo econômico, sobre a produção), ao passo que as mulheres ficam destinadas (predominantemente) ao espaço privado (doméstico, lugar de reprodução) em que se perpetua à lógica da economia de bens simbólicos, ou a essas espécies de extensões deste espaço, que são os serviços sociais e educativos”. (Bourdieu, 1999, p.112)

Joan Scott (1995) apresenta uma tipologia resumida em três posições teóricas com diferentes abordagens na análise do gênero. A primeira é pautada num esforço feminista que questiona as origens do patriarcado, sendo este explicado pela subordinação das mulheres quanto ao fato da “necessidade” do macho dominá-las, questionando a desigualdade entre homens e mulheres. A segunda se situa na tradição marxista e é compromissada com as críticas feministas. Segundo Scott, nessa perspectiva o conceito de gênero foi, entretanto, por muito tempo tratado como subproduto de estruturas econômicas mutantes sem o seu próprio estatuto de análise.

A terceira abordagem se divide, conforme a autora, entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspirando-se nas escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito, limitando o conceito de gênero à esfera da família e à experiência doméstica, o que não deixa meios de ligar esse conceito com outros sistemas sociais, econômicos, políticos ou de poder. Entretanto, para a autora não podemos fazer isso sem dar atenção às maneiras como as sociedades representam o gênero, articulando-o a regras de relações sociais, construindo sentido da experiência.

A relação do serviço social com a discussão trazida pela construção da categoria gênero se constrói pelo reconhecimento e combate da desigualdade construída a partir e por meio das relações de gênero, na convergência do projeto de transformação social, que requer que se estabeleçam relações igualitárias entre homens e mulheres na sociedade. Além disso, a presença massiva de mulheres é o “perfil” feminino atribuído à profissão, que está diretamente associado à maneira como se constroem as relações entre as mulheres e homens – papéis e funções legitimados socialmente.

## ***1.2 – Feminismo, Gênero e Serviço social***

Martins (1995) em sua obra onde analisa o serviço social em Portugal coloca que o feminismo esteve ligado ao surgimento da profissão de assistente social nos Estados Unidos e na Inglaterra, na forma de feminismo social. As assistentes sociais atuavam no movimento de reforma dirigido para as mulheres, onde a capacidade de confrontarem as necessidades imediatas destas eram colocadas com as propostas e as lutas por reformas práticas.

Para Martins (1995), a profissionalização do serviço social em Portugal foi remetida às mulheres feministas, pertencentes a movimentos católicos ou que exerciam profissões liberais. Desde o início, houve um reconhecimento de que a intervenção das assistentes sociais exigia formação especializada. Assim, o serviço social português baseado nos valores católicos e do Estado Novo foi instrumento da política de família, de educação e de assistência, sendo que em 1939, adquiriu novos valores voltados para a racionalização e a individualização da assistência, a moralização dos costumes e a contribuição para a formação da consciência nacional, sendo desenvolvido exclusivamente por mulheres.

Isso caracteriza o histórico de constituição de profissões portuguesas, ditas femininas, em que se colocam novos espaços no mercado de trabalho, de construção da identidade social e política das mulheres.

Na Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, a organização da assistência social se deu com a participação de mulheres católicas, protestantes ou laicas, socialistas ou liberais, voluntárias ou profissionais, tendo enorme preocupação com a formação profissional.

Em Portugal, Martins (1995) verifica um “atraso” onde as mulheres se ocupavam basicamente de atividades domésticas. O solidarismo e a laicização da sociedade portuguesa influenciaram a caridade e a intervenção da Igreja no campo da assistência. Daí surgiram no país as primeiras organizações feministas, que em meados do século XIX, foram associadas às idéias humanistas e socialistas.

No século XX formaram-se vários grupos feministas que defendiam o estatuto social e a participação das mulheres na esfera pública, conciliando luta política e os direitos da mulher. Assim, a construção do social para as mulheres foi um campo para sua emancipação, pela formação, desempenho e ascensão a lugares e posições.

No Brasil, a profissão de assistente social, desde seu surgimento, possui a presença massiva das mulheres entre os profissionais de serviço social, o que está intrinsecamente relacionado à forma como as relações de gênero se organizam e são representadas, hegemonicamente, na sociedade. Nesse sentido torna-se essencial seu debate no âmbito profissional.

Essa forte presença das mulheres no serviço social brasileiro encontra raízes no seio do catolicismo, que influenciou de maneira significativa a formação e a prática da profissão. O apostolado social atribuía qualidades do comportamento feminino, envoltas no humanismo cristão, sendo estas necessárias à carreira de serviço social.

O serviço social tem seu início no Brasil, marcado pelo âmbito da Ação Social e da Ação Católica, em que a atuação era baseada na ação doutrinária, com especificidades bem definidas:

“tratar-se fundamentalmente de um núcleo feminino, originado majoritariamente do sistema de ensino mantido pela Igreja e das modernas obras sociais; constituir-se a partir de moças e senhoras da sociedade, isto é pertencentes aos setores abastados da sociedade; ter como ponto em comum alguma forma de militância nos meios católicos”. (Iamamoto, 2001, p.216)

As questões que perpassam as relações entre os gêneros impactam o serviço social, a condição feminina e a identificação da profissão com o universo considerado próprio do feminino se traduzem na transposição para a imagem da assistente social da social da mulher, assim:

“A imagem social da profissão e do profissional encontra-se profundamente estigmatizada pelos estereótipos criados em torno da mulher, aparecendo como extensão profissionalizante de seu ‘papel na sociedade’, como alternativa à vida doméstica e à participação política”. (Iamamoto, 2002, p.49)

A institucionalização do serviço social foi marcada pelo preenchimento dos quadros profissionais por mulheres, que trouxeram valores, formas de se relacionar com o mundo, atributos e qualidades, demandados pelos grupos dominantes que necessitavam dos serviços desta profissão. Isto demonstra o modo como o gênero se insere nesse contexto, pelo fato da profissão de serviço social ter uma imagem bem próxima à que se tinha da mulher.

Iamamoto (2002) coloca que o serviço social se caracteriza como uma profissão que possui raízes nas questões de gênero. Sua composição social é basicamente feminina, e leva o peso da educação da mulher e da imagem da feminilidade, construída socialmente pela cultura

dominante. Por isso, pode-se dizer que esta característica ajuda a entender a inferioridade que a profissão carrega diante de outras de maior status social e até acadêmico.

Pode-se dizer que o serviço social quanto ao perfil de seu contingente profissional é:

“proveniente de segmentos pauperizados, com um nítido recorte de gênero: uma categoria profissional predominantemente feminina, uma profissão tradicionalmente de mulheres e para mulheres. (...). Com tal perfil, o assistente social absorve tanto a imagem social da mulher, quanto às discriminações a elas impostas no mercado de trabalho”. (Iamamoto, 1998, p.104)

O serviço social é tratado como vocação, pois desde o princípio foi exercido como atividade voluntária por pessoas que “desejavam se dedicar ao serviço do próximo, principalmente dos pobres e dos destituídos de sorte”. (Vieira, 1970, p. 336).

O serviço social caracterizou-se como uma profissão de tradição de caridade, sendo mais um “serviço aos pobres”, uma vocação, um ministério, do que um trabalho. Apresentava uma característica familiar e paternalista, com a função de selecionar os clientes para cessão de benefícios materiais, com enfoque assistencialista, tendo em vista os problemas de ajustamento individual e o apoio em valores confessionais. Sendo que as primeiras candidatas às Escolas de serviço social eram moças de classes abastadas. (Vieira, 1977),

Trata-se de uma categoria profissional proveniente de segmentos médios urbanos pauperizados, que pela profissão universitária desejavam crescer socialmente e obter meios de sobreviver por uma atividade remunerada. Estes segmentos buscavam uma profissão com vantagens no campo da “‘solidariedade humana’, da ‘realização profissional’, da oportunidade de realizar uma ‘vocação’, inspirada em motivações religiosas ou claramente política’”. (Iamamoto, 2002, p.48).

A importância dos movimentos feministas no processo de ressignificação do serviço social é destacada por Iamamoto (2003, p.104):

“Se a imagem social predominante da profissão é indissociável de certos estereótipos socialmente construídos sobre a mulher na visão tradicional e conservadora de sua inserção na sociedade, o processo de renovação do serviço social é também tributário da luta pela emancipação das mulheres na sociedade brasileira, que renasce com vigor no combate ao último período ditatorial, em parceria com as lutas pelo processo de democratização da sociedade e do Estado no país”.

A análise da relação do serviço social brasileiro com esse processo, requer considerar a ação do segmento feminino de grupos e classes sem poder político que marcam a criação da profissão, segundo Iamamoto (2001). A forma de intervenção dessas “moças da sociedade” possui relação com o tipo de educação familiar e religiosa a que estavam sujeitas. Essa composição que explica o conservadorismo do extrato social de onde se originaram essas mulheres, ajuda a entender o distanciamento com as lutas feministas.

Hoje já não se pode menosprezar que todos os estereótipos e desigualdades a que as mulheres estão submetidas, pelo fato da profissão ser identificada como de mulheres, não reverbera sobre a profissão esse tipo de classificação que vem a afetar seu prestígio. Assim como a existência do feminismo explica a construção dessa categoria, é também o distanciamento com o movimento social que ajuda a entender o distanciamento com essa discussão teórica, que se explica historicamente pela composição da criação da profissão em termos do extrato social daquelas mulheres que a compõem no período de sua criação.

## CAPÍTULO II – Análise Quantitativa da Produção Bibliográfica do Serviço Social sobre a Questão de Gênero

### 2.1 – Informações gerais dos artigos apresentados nos CBAS e ENPESS que abordam a temática gênero

Nos 05 encontros estudados, se procurou identificar do total de trabalhos apresentados, aqueles agrupados em torno da área temática gênero, sem analisar as contribuições agrupadas em outros temas. Esta área temática é uma das 53 propostas ao longo desses eventos, por meio das quais foram organizados os trabalhos apresentados nos CBAS e nos ENPESS. Ao final dessa análise foram identificados 124 artigos que se relacionavam com a temática de gênero. (Tabela 1.0)

**Tabela 1.0: Distribuição dos trabalhos de comunicação oral (artigos) por CBAS e ENPESS - ano de realização, eixos temáticos, total de artigos, tipo de trabalho e % de artigos na área temática gênero/total.**

Congresso/encontro	Eixos Temáticos	Total de Artigos	Artigos inscritos na área temática gênero	% de artigos na área temática gênero/Total
CBAS 2001	15	585	19	3,2
CBAS 2004	17	796	34	4,3
ENPESS 2000	09	230	22	9,6
ENPESS 2002	09	427	22	5,2
ENPESS 2004	03	516	27	5,2
TOTAL	53	2.554	124	4,8

Fonte: CBAS, 2001;CBAS, 2004;ENPESS, 2000;ENPESS, 2002;ENPESS, 2004. Elaboração própria.

Constatou-se ademais que, nas discussões centradas no gênero, as categorias mais recorrentes eram: a *violência* - com 24 artigos, a *saúde* (19), o *serviço social* (18), o *trabalho* (16), a *sexualidade* (14), os *movimentos sociais* (12), a *exploração sexual* (04), a *adolescência*, a *questão racial*, a *pobreza* (03 de cada), o *envelhecimento*, o *conjugalidade*, *relações afetivas e representações sociais* (02 de cada), a *educação*, a *maternidade e a prostituição*, a *questão rural* e a *questão urbana* (com 01 artigo cada), como se pode observar na Tabela 1.1, a seguir:

**Tabela 1.1: Quantidade e % de artigos no eixo gênero, por categoria, publicados nos cinco eventos analisados.**

<b>Categoria</b>	<b>Quantidade de artigos</b>	<b>% de artigos na área temática gênero/Total</b>
Violência	24	19,3
Saúde	19	15,3
Serviço social	18	14,5
Trabalho	16	12,9
Sexualidade, saúde e direitos reprodutivos	14	11,3
Movimentos sociais	12	9,7
Exploração sexual	04	3,2
Adolescência	03	2,4
Questão racial	03	2,4
Pobreza	03	2,4
Envelhecimento	02	1,6
Conjugalidade, relações afetivas e representações sociais	02	1,6
Educação	01	0,8
Maternidade e prostituição	01	0,8
Questão rural	01	0,8
Questão urbana	01	0,8

Fonte: CBAS, 2001;CBAS, 2004;ENPESS, 2000;ENPESS, 2002;ENPESS, 2004. Elaboração própria.

A análise sobre como a temática de gênero aparece nos CBAS revela que no CBAS 2001 é contemplada no eixo *etnia, gênero e orientação sexual*. Já no CBAS 2004 se configura no eixo *questões de gênero, etnia/raça e sexualidade*. Isto representa uma reorganização do agrupamento de temas entre um e outro evento, com acréscimo da subtemática raça e mudança de orientação sexual para sexualidade e de gênero para questões de gênero.

A análise da organização temática dos ENPESS mostrou que no ENPESS 2000, o tema de gênero se apresenta no eixo *gênero*. No ENPESS 2002, surge enquanto *questões de gênero e opção sexual*. E no ENPESS 2004, se redimensiona em *política social – criança e adolescente, pessoas portadoras de deficiência, idoso, etnia e gênero*. Isto caracteriza dessemelhanças na organização temática adotadas entre um e outro evento com o corte da categoria opção sexual, e o acréscimo das categorias pessoas portadoras de deficiência, idoso, etnia, merecendo destaque para criança e adolescente, que no evento anterior aparecia no eixo *infância e adolescência: políticas e sujeitos*.

## **2.2 – Considerações acerca da organização temática dos artigos apresentados nos CBAS de 2001 e 2004**

O 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS ocorreu no ano de 2001 e foi realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – RJ, entre os dias 09, 10 e 11 de outubro. Com o tema “Trabalho, Direitos e Democracia”, o congresso alcançou um total de 585 comunicações orais, divididas em 15 eixos temáticos. No eixo temático *etnia, gênero e orientação sexual*, foram apresentados 30 trabalhos que equivalem a 5,1% do total do evento. Registrou-se dentre estes, 19 com o foco na temática de gênero, ou seja, 3,2 % do total dos trabalhos apresentados no evento e 63,3% dentro desse eixo temático.

Realizado no Centro de Convenções em Fortaleza – CE, entre os dias 17, 18, 19, 20, 21 e 22 de outubro de 2004, o 11º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS teve como tema “O Serviço social e a Esfera Pública no Brasil: o desafio de construir, afirmar e consolidar direitos”. Organizados agora em 17 eixos temáticos, o Congresso totalizou 796

trabalhos apresentados na modalidade de comunicação oral. O eixo temático *questões de gênero, etnia/raça e sexualidade*, computou 56 trabalhos, ou 7% do total do evento, sendo 34 ou 4,3% desses tematizam a questão de gênero.

No total de 53 artigos agrupados referentes à temática gênero apresentados nos CBAS analisados, foram 11 categorias identificadas e selecionadas, sendo que a que mais se apresentou foi a *violência*, com um total de 13 artigos ou 24,5% do total. Em seguida, aparece a categoria *serviço social* com 11 artigos, o que representa 20,7% do total; *saúde* com 09 artigos correspondendo a 17,0% do total, e com 07 artigos, correspondente a 13,2% do total, a categoria *sexualidade, saúde e direitos reprodutivos*. (Tabela 2.0)

**Tabela 2.0: Quantidade e % de artigos no eixo gênero, por categoria, publicados no CBAS 2001 e 2004.**

<b>Categoria</b>	<b>Quantidade de artigos</b>	<b>% de artigos/Total</b>
Violência	13	24,5
Serviço social	11	20,7
Saúde	09	16,9
Sexualidade, saúde e direitos reprodutivos	07	13,2
Movimentos sociais	05	9,4
Trabalho	04	7,5
Adolescência	01	1,9
Envelhecimento	01	1,9
Maternidade e prostituição	01	1,9
Questão rural	01	1,9

Fonte: CBAS, 2001 e 2004. Elaboração própria.

A análise dos artigos referentes a gênero, inscritos em cada CBAS, segundo a categoria central tratada, revela algumas questões interessantes. A categoria *violência*, que apresenta a maior quantidade de artigos nos eventos, representou um aumento em termos percentuais entre um e outro evento, indo de 06 artigos ou 31,6% do total dos 19 artigos apresentados no CBAS 2001 para 20,6% ou 07 artigos dentre os 34 totalizados no referido eixo, no CBAS 2004.

A discussão sobre a violência apresenta variações em termos de ênfase e terminologia adotadas. Assim, no CBAS 2001, ora se menciona a violência de gênero, foco de 03 artigos, ou 15,8% do total de 19 artigos, ora a violência doméstica ou ainda a violência doméstica e de gênero – com 01 artigo cada, ou 1,9% do total, ora a violência contra a mulher, com 02 artigos, ou 3,8% do total. Essa variação pode ser constatada também no CBAS 2004, onde o tema principal dos trabalhos é a violência contra a mulher - com 04 artigos, ou 11,8% do total dos 34, computados no eixo temático *gênero* neste evento. A violência de gênero, assim como a violência doméstica e a discussão mais geral da violência, respondeu por 01 artigo, ou seja 2,9% de cada uma.

A categoria *serviço social* apresenta-se em 11 artigos, ou 20,7% do total analisado. Destes, 08 artigos, ou 15,1% do total, focam na temática de gênero relacionada ao serviço social enquanto profissão, observando-se uma estabilidade nos trabalhos entre um e outro evento. No CBAS 2001, 04 artigos tratam do assunto, o que corresponde a 21% dos 19 sob a perspectiva gênero, e também 04 artigos, ou 11,8% dos 34 sob a mesma perspectiva no CBAS de 2004.

No CBAS 2001, as abordagens desse tema privilegiam as tendências do serviço social quanto às relações de gênero, o perfil das assistentes sociais, a inserção do homem na profissão. No CBAS 2004, as questões pertinentes ao tema tratadas nos artigos abrangem a importância do serviço social considerar as contradições de gênero e de classe.

A reflexão centrada na formação profissional do serviço social é abordada em 03 artigos, ou 5,7% do total de 53 artigos analisados nesses eventos. Percentual similar ao tema obtém no CBAS 2001, onde o único artigo, responde por 5,3% dos 19 artigos do evento. Comparando ao percentual alcançado pelo eixo temático *trabalho e formação profissional*, neste evento que apresenta a quantidade de 67 artigos, ou 11,4% do total de 585 trabalhos, a discussão associada a gênero é bem menor. O aumento para 02 artigos, ou 5,9% dos 34 trabalhos do evento, representa 100% em níveis percentuais em relação ao primeiro CBAS. O eixo temático *projeto ético-político, trabalho e formação*, deste mesmo evento com 95 artigos, corresponde a 12% do total de 796 trabalhos. No CBAS 2001, o artigo trata da questão de gênero nas determinações sócio-históricas das relações de trabalho da assistente social. No CBAS 2004, 01 artigo fala da revisão curricular do serviço social quanto à abordagem das relações de gênero em disciplinas da grade, 01 compara as reformas curriculares de profissões da área de saúde.

A categoria *saúde* foi o assunto de 09 artigos nos CBAS analisados, o que corresponde a 17,0% do total analisado dos 53 artigos agrupados no eixo temático *gênero*. No CBAS 2001, essa categoria respondeu por apenas 01 artigo dentre os 19 referentes a gênero, ou 1,9% do total, que trata de hipertensão arterial. Deve-se assinalar que esse quadro pouco expressivo é bastante dispare quando se compara com a incidência da discussão sobre saúde no eixo temático próprio – *seguridade social: saúde*. Neste, a saúde é objeto de 78 artigos ou 13,3% do total de 585 trabalhos apresentados no evento. Fazendo-se o comparativo, percebe-se o quanto a junção desses dois temas saúde e gênero, ainda é incipiente no serviço social.

No CBAS 2004, a categoria saúde experimentou um crescimento em termos percentuais de 600% em relação à edição anterior, sendo foco de 07 artigos, ou 20,6% do total dos 34 sob a perspectiva de gênero, ou ainda 13,2% do total de 53 trabalhos computados nos dois eventos. Os assuntos abordados nos trabalhos incluem: alcoolismo feminino, anemia falciforme e risco genético, vulnerabilidade feminina ao HIV/Aids, educação sexual em adolescentes, prevenção de DST/Aids e o Programa Saúde da Família.

A análise do aumento no número de artigos dos eixos temáticos *seguridade social: saúde* (78 ou 13% do total de artigos) e *seguridade social*, *seguridade social* (175 artigos ou 22% do total de 796 trabalhos) entre um e outro evento, permite constatar que isso se deveu ao fato de, no CBAS 2004 o eixo mencionado abranger a *seguridade social* como um todo, ou seja, a saúde, a previdência e a assistência, enquanto no CBAS de 2001, a saúde foi objeto de um eixo temático próprio.

A categoria *sexualidade, saúde e direitos reprodutivos*, também apresentou um avanço significativo ao longo dos CBAS, respondendo por 2,4% do total de trabalhos com o tema gênero ou 02 artigos, no primeiro evento e 9,4% do total de trabalhos ou 05 artigos no CBAS 2004, o que representou, em termos percentuais, um aumento de 150%. Nesses artigos os temas abordados incluem: o homossexualismo, a sexualidade, a participação masculina na saúde reprodutiva, a lesbianidade e o feminismo, a medicalização do corpo feminino no período de gravidez e pré-natal, o câncer de mama e a sexualidade – com a identificação de um artigo dedicado a cada tema.

Os artigos agrupados sob a categoria *trabalho*, não apresentaram alteração em termos numéricos - 02 artigos em cada evento, ou 7,5% do total de artigos pesquisados, mas sim em termos percentuais, respondendo por 10,5% dos 19 artigos do CBAS 2001 e 5,9% dos 34 artigos do CBAS 2004. Em relação ao eixo temático *trabalho, direitos e democracia*, do CBAS 2001, apresenta 42 artigos, ou 7,2% do total de 585 artigos apresentados em todo o evento, e o eixo temático *política e alternativas de trabalho e renda*, agregou 20 trabalhos, ou 2,5% do total de 796 trabalhos.

No CBAS 2001, as questões discutidas referiam-se ao trabalho e “feminilização” da pobreza e às dificuldades enfrentadas pelas mulheres ao retornarem ao trabalho. No CBAS

2004, os temas focalizados eram as trabalhadoras da indústria têxtil e a participação feminina na produção de um assentamento de reforma agrária.

Verificou-se ademais a inclusão de novos temas no campo de discussões entre um congresso e outro. São exemplares neste sentido, a discussão enfocando movimentos sociais urbano/rural, adolescência, envelhecimento e gênero, maternidade e prostituição que ausentes no CBAS 2001, passam a fazer parte dos debates no CBAS 2004.

A categoria *movimentos sociais* agregou, nos dois CBAS 05 trabalhos, ou seja 9,4% do total de 53 analisados. No CBAS 2001 foi apresentado somente 01 artigo, ou 5,3% dos 19 sob a perspectiva gênero. Neste mesmo evento, o eixo temático *questão urbana, movimentos sociais e meio ambiente* e o eixo *questão agrária, movimentos sociais e meio ambiente*, totalizaram 55 artigos, o que corresponde a 9,4% do total dos 585 trabalhos apresentados no CBAS 2001. Já no CBAS 2004, foram 04 trabalhos, ou seja, 7,5% do total de 53 analisados ou 11,7% dos 34 referentes a gênero. Percentual bem menor alcançou o eixo temático *sociedade civil e a construção da esfera pública: movimentos sociais, redes, Ongs e terceiro setor*, alcançou o percentual de 7,2% ou 57 do total de 796 trabalhos. No eixo temático *questão urbana e o direito à cidade* e no eixo *questão agrária e o acesso a terra*, 47 artigos foram apresentados, correspondendo a 6% do total de 796 do evento. O artigo do CBAS 2001 fala da necessidade de implementação de políticas de inclusão feminina, ressaltando a participação destas na vida pública. Um dos artigos apresentados no CBAS 2004, coloca a discussão do processo de lutas por políticas sociais para as mulheres, outro problematiza o movimento feminista e de mulheres no Brasil quanto à construção de políticas de saúde, e dois artigos tem seu foco voltado para os movimentos sociais rurais, abordando a participação das mulheres no MST no processo de luta por terra, tendo em vista as relações estabelecidas no âmbito da família e a participação de lideranças femininas na construção do MST cearense.

A categoria *questão rural* apareceu no CBAS 2001 em um único artigo, (1,9% do total de artigos referentes ao gênero, ou 5,3% dos 53 referentes a este evento), que trata da agricultura familiar. Pode-se comparar com o eixo temático *questão agrária, movimentos sociais e meio ambiente*, que possui 19 artigos, ou 3,2% do total de 585 do evento. Este trabalho apresenta a questão de articulação do masculino e feminino na família rural.

A categoria *adolescência* emergiu em apenas 01 artigo no CBAS 2004, correspondendo a 3% do total de 34 do evento, ou 1,9% do total na área gênero, abordando as representações diferenciadas que meninos e meninas tem sobre a adolescência, e também suas diferentes construções sociais. Compara-se com o eixo temático *direitos geracionais: infância, juventude e velhice*, que apresenta a quantidade de 65 artigos, ou 8,2% do total de 796 do evento.

A categoria *envelhecimento*, no CBAS 2004, foi objeto de apenas 01 artigo, correspondendo a 3% do total de 34 do evento, ou 1,9% do total pesquisado sob a perspectiva de gênero, centrando-se a discussão sobre as diferenças de gêneros no processo de envelhecimento e as formas de garantir melhor qualidade de vida aos que envelhecem. Pode-se correlacionar com o eixo temático *direitos geracionais: infância, juventude e velhice*, que apresenta a quantidade de 65 artigos, ou 8,2% do total de 796 do evento.

E por fim, o artigo sobre a categoria *maternidade e prostituição*, é apresentado no CBAS 2004, representando 3% do total de 34 do evento, ou 1,9% do total de artigos analisados na pesquisa sob gênero. O trabalho procura discutir as vulnerabilidades das mulheres-mães em prostituição que encontram nesta atividade um meio de sustento para seus filhos. No eixo temático *famílias e sistemas de proteção social*, com 39 artigos, corresponde a 4,9% do total de 796 apresentados no evento.

### 2.3 – Considerações acerca da organização temática dos artigos apresentados nos ENPESS de 2000, 2002 e 2004

O 7º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS, ocorrido no ano de 2000, foi realizado na Universidade de Brasília (UnB) – DF, entre os dias 21 e 24 de novembro. O tema do encontro foi “O Serviço Social e a Questão Social: Direitos e Cidadania”. Alcançando um total de 230, os trabalhos selecionados foram agrupados em 09 eixos temáticos. O eixo temático *gênero* totalizou 22 trabalhos, o que corresponde a 9,6% do total de artigos, sendo que todos esses tematizam o gênero.

O 8º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS, foi realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – MG, em novembro de 2002. Com o tema “Trabalho, Questão Social e Serviço Social”, o encontro selecionou um total de 474 trabalhos, que foram organizados em 09 eixos temáticos. O eixo temático *Questões de gênero e opção sexual*, somou 22 trabalhos ou 4,6% do total, sendo que todos esses tematizam o gênero.

O 9º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS, ocorrido no ano de 2004, foi realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) – RS, de 30 de novembro a 03 de dezembro. O tema do encontro foi “Os desafios da produção do conhecimento em serviço social”. Possui um total de 516 trabalhos, divididos em 25 eixos temáticos. O eixo *Política Social – Criança e Adolescente, Pessoas Portadoras de Deficiência, Idoso, Etnia e gênero*, abrangeu 72 trabalhos que correspondem a 13,9% do total, sendo que 27 estão sob a temática gênero, ou seja 5,2% do total de 516 artigos deste evento tematizam gênero, ou 37,5% do total de 72 do eixo temático.

Ao analisar o total dos 71 artigos referentes à temática gênero apresentados nos ENPESS, foi possível proceder a um agrupamento temático que resultou na definição de 15 categorias, sendo que a que mais se destacou foi *trabalho*, com um total de 12 artigos, ou 16,9% do total analisado. Em seguida, aparece a categoria *violência* com 11 artigos ou 15,5% do total, *saúde* com 10 artigos, ou seja 14,1% do total de artigos sob a temática gênero, *movimentos sociais, serviço social e sexualidade, saúde e direitos reprodutivos* com 07 artigos, ou seja 9,8% do total de cada. (Tabela 3.0)

**Tabela 3.0: Quantidade e % de artigos no eixo gênero, por categoria, publicados no ENPESS 2000, 2002 e 2004.**

<b>Categoria</b>	<b>Quantidade de artigos</b>	<b>% de artigos/Total</b>
Trabalho	12	16,9
Violência	11	15,5
Saúde	10	14,1
Movimentos sociais	07	9,8
Serviço social	07	9,8
Sexualidade, saúde e direitos reprodutivos	07	9,8
Exploração sexual	04	5,6
Pobreza	03	4,2
Questão racial	03	4,2
Adolescência	02	2,8
Conjugalidade, relações afetivas e representações sociais	02	2,8
Educação	01	1,4
Envelhecimento	01	1,4
Questão urbana	01	1,4

Fonte: ENPESS, 2000, 2002 e 2004. Elaboração própria.

Como se pode observar na Tabela 3.0, a categoria *trabalho*, foi o foco da maior quantidade de artigos nos eventos, 12 ou 16,9% do total. A quantidade destes, se manteve constante ao longo dos encontros, com 04 artigos em cada, representando 5,6% do total de 71 artigos sob a temática de gênero em cada. No ENPESS 2000, os 04 artigos correspondem a 1,7% do total de 230 trabalhos, ou 18,2% do total de 22 artigos do eixo temático. Sendo que 01 artigo trata do assalariamento, 01 aborda o trabalho informal, 01 diz respeito ao trabalho das mulheres em projetos de geração de emprego e renda na área rural e outro é sobre as relações de gênero no trabalho. Já no ENPESS 2002, os 04 artigos correspondem a 0,8% do total de 474 trabalhos, ou 18,1% do total de 22 do eixo. Pode-se comparar com o eixo temático *mundo do trabalho* do ENPESS 2002, que apresenta a quantidade de 39 artigos, ou seja 8,2% do total de 474 artigos. Os temas tratados incluíam as relações de gênero e trabalho, 01 artigo, a participação da mulher na pequena propriedade monocultora de cana-de-açúcar, 01 artigo, as mulheres chefes de família, 01 artigo, a questão da participação e do trabalho feminino (01).

Os 04 trabalhos apresentados no ENPESS 2004 correspondem a 0,8% do total de 516 trabalhos, ou 15% do total de 27 artigos do eixo. O eixo temático *Política Social – Trabalho, Educação, Habitação, Meio ambiente, Segurança alimentar, Questão rural-urbana, Drogas e Dependência química, Segurança pública*, possui 80 artigos, ou 15,5% do total de 516 trabalhos apresentados no evento. Os assuntos tratados nesses trabalhos incluíam, respectivamente, a economia solidária, compara a questão da “mulher delegada” e da “delegada mulher” na perspectiva relacional do gênero, 01 fala do desemprego em geral e outro do desemprego juvenil na sociedade brasileira.

A categoria *violência* apareceu em segundo lugar em número de artigos, com 11 artigos, que correspondem a 15,5% do total analisados. Analisando-se a participação desta categoria ao longo dos eventos, observa-se uma queda na quantidade de artigos do ENPESS 2000 para o 2002, passando de 04 ou de 5,6% do total de 71 artigos referentes a gênero, que corresponde a 1,7% do total de 230 trabalhos, ou 18,2% do total de 22 artigos do eixo temático, para somente 01 artigo, ou seja 1,4% do total, que corresponde a 0,2% do total de 474 trabalhos do evento, ou 4,5% do total de 22 deste eixo, representando em termos percentuais uma redução de 75%. As questões abordadas nessa categoria apresentam variações que se revelam na terminologia trazida em cada um dos artigos: violência doméstica, violência física e sexual contra o sexo feminino, violência de gênero e violência contra a mulher. No ENPESS 2002, houve somente 01 artigo relacionado à violência doméstica contra a mulher e políticas públicas.

Essa tendência foi revertida no ENPESS 2004 onde se observou novo crescimento de trabalhos sobre violência - 06 artigos ou 8,4% do total de 71 referentes ao tema gênero, que corresponde a 1,2% do total de 516 trabalhos do evento, ou 22,2% do total de 27 deste eixo temático, representando um aumento de 500% em relação ao evento anterior. No eixo temático *violência e cidadania* há 16 artigos apresentados, que representam 3,1% do total dos 516 trabalhos do evento. Os temas analisados nesses trabalhos referiam-se à violência contra a mulher nas relações de gênero, o cenário cotidiano da violência doméstica, a violência doméstica contra a criança e o adolescente, a violência contra a mulher idosa, os grupos de reflexão para homens que exercem violência conjugal e a violência simbólica como estratégia de mobilidade social feminina.

A categoria *saúde* agregou um total de 10 artigos, ou 14,1% do total analisado no conjunto dos encontros de pesquisadores, sendo que se coloca no ENPESS 2000 com 03 artigos correspondente a 4,2% do total de 71 artigos referentes à temática gênero, que corresponde a 1,3% do total de 230 do evento, ou 14% do total de 22 do eixo temático. No que tange às questões referentes à saúde tratadas nesse conjunto de trabalhos, identificou-se 01 artigo que tematiza saúde e gênero, 01 a exclusão de gênero em adolescentes grávidas e 01

que trata da convivência com parceiro alcoolista. O ENPESS 2002, também apresenta 03 artigos correspondente a 4,2% do total de 71 referentes à temática, representando 0,6% do total de 474 do evento, e 11,1% do total de 27 do eixo temático. No ENPESS 2002, o eixo temático *saúde: política, práticas institucionais e usuários*, possui 36 trabalhos, o que representa 7,6% do total de 474 trabalhos do evento. Em termos de discussões travadas nos trabalhos inclui-se o debate sobre menopausa e sexualidade (01 artigo), sexualidade feminina, vulnerabilidade e HIV/Aids (01 artigo) e 01 o cuidado ao portador de transtorno mental e a questão de gênero.

No ENPESS de 2004, observa-se um aumento de 33,3%, em termos percentuais, dos trabalhos referentes a este assunto, totalizando 04 artigos ou 5,6% do total de 71 referentes à temática gênero, que correspondem a 0,8% do total de 516 trabalhos do evento ou 14,8% dos 27 artigos deste eixo temático. O eixo *Seguridade Social - Saúde, Previdência e Assistência* possui 67, correspondendo a 13% do total de 516 trabalhos no evento. Os temas contemplados nesses trabalhos foram, respectivamente: mulher e AIDS (01), a avaliação da qualidade dos serviços de pré-natal (01), o discurso dos homens sobre a saúde (01) e orientação afetiva e sexual para adolescentes.

A categoria *movimentos* com 07 artigos, ou 9,8% do total de 71, foi tematizada em 03 artigos no ENPESS 2000, ou 4,2% do total de 71 artigos, correspondendo a 1,3% do total de 230 trabalhos do evento ou 13,6% do total de 22 do eixo temático. No ENPESS 2002 foram 03 que corresponde a 4,2% do total de 71 artigos referentes à temática gênero, ou 0,3% do total de 474 trabalhos do evento ou 13,6% do total de 22 do eixo temático. Essa categoria se fez presente em apenas 01 artigo no ENPESS 2004, ou 1,4% do total de 71 nos três eventos, 0,2% do total de 516 trabalhos do evento ou 3,7% do total de 27 do eixo temático. Os aspectos ressaltados nesses trabalhos abrangeram, no ENPESS 2000, a violência urbana e as lutas sociais (01), o protagonismo das mulheres para uma participação cidadã (01) e a participação política de mulheres (01). No ENPESS 2002, 01 artigo se relaciona à coletividade do homem e da mulher e a sua necessidade de lutar. A relação ao eixo temático *estado, democracia e controle social* que possui 41 artigos, que representa 8,6% do total de trabalhos apresentados no evento de 2002. Outro artigo fala dos impactos diferenciados para homens e mulheres num projeto de reassentamento urbano e o outro coloca a organização das mulheres e a estratégia de sobrevivência no semi-árido. Os 18 artigos apresentados no eixo temático *urbano e rural e sistema sócio político*, correspondem a 3,8% do total de 474 artigos do evento. O assunto da ditadura se apresenta no ENPESS 2004. Pode-se comparar com os 14 artigos apresentados no eixo temático *História, Teoria e Método*, que representa 3% do total e 516 trabalhos. O trabalho trata da questão do porão da democracia com uma análise de uma experiência de resistência à ditadura militar na escola de serviço social da UFF.

A categoria *serviço social* foi tematizada em 07 artigos, ou seja, 9,8% do total computado no eixo temático *gênero* ao longo dos três ENPESS. No ENPESS 2000 e 2002, responde por 4,2% do total de 71 artigos - ou 03 de cada, o que representa 13,6% do total de 22 do eixo temático e 1,3% do total de 230 trabalhos do primeiro evento e 0,6% do total de 474 trabalhos do segundo evento. No ENPESS 2004, esteve presente em somente 01 artigo, que corresponde a 4,5% do total de 71, ou 3,7% do total de 27 analisado no eixo temático e 0,2% dos 516 do evento. As questões elencadas na categoria, no ENPESS 2000, tratavam do lugar do gênero na produção de conhecimento em serviço social (01 artigo), das relações de classe e gênero no serviço social (01), dos homens no serviço social (01 artigo). Já nos 03 artigos do ENPESS 2002, o debate girava em torno da relevância do gênero para pensar o serviço social e do intercruzamento entre classe, gênero e catolicismo. Relacionando-se com o eixo temático *trabalho e formação do assistente social*, foram 38 apresentados, que representam 8,0% do total de trabalhos apresentados no evento. O assunto da formação profissional, só aparece no ENPESS 2002 com apenas 01 artigo ou 1,4% do total de 71

artigos referentes à temática gênero, correspondente a 0,2% do total de 474 trabalhos do evento ou 4,5% do total de 22 do eixo. Relaciona-se aos 38 artigos apresentados no eixo temático *trabalho e formação do assistente social*, que corresponde a 8% do total de 474 trabalhos do evento. O artigo aborda a questão da mulher e da assistência quanto às afinidades eletivas apontando como o legado cultural do gênero feminino participa do processo de "menorização" do serviço social na divisão social do trabalho. E por fim a questão da religião se apresenta somente no ENPESS 2004 com 01 artigo correspondente a 1,4% do total de 71 artigos referentes à temática gênero, ou 0,2% do total de trabalhos do evento ou 4% do total de 27 do eixo temático. Levando-se em consideração o eixo temático *trabalho e formação do assistente social*, com os 38 apresentados, correspondente a 7,4% do total dos 516 trabalhos do evento. O artigo desenvolve discussão sobre o fenômeno religioso, relações de gênero e serviço social, identificando os sujeitos que vivenciavam a violência de gênero no espaço doméstico, suas percepções da violência, a reprodução dos valores sociais e morais acerca das relações de gênero.

A categoria *sexualidade, saúde e direitos reprodutivos* foi objeto de discussão em 07 artigos, ou 9,8% do total de 71 trabalhos analisados no conjunto dos eventos. No ENPESS 2000, respondeu por 1,4% do total de 71 artigos referentes à temática gênero (apenas 01 artigo), ou 4,5% do total de 22 do eixo e 0,4% do total de 230 do evento. Alcançou 4,2% do total de 71 artigos no ENPESS 2002 - 03, correspondendo a 0,6% do total de trabalhos do evento ou 13,6% do total de 22 deste eixo temático, representando aumento de 200% em níveis percentuais. Permaneceu com 03 artigos ou 4,2% do total de 71 artigos referentes à temática gênero no ENPESS 2004, correspondente a 0,6% do total de 516 trabalhos o evento, ou 11,1% do total de 27 artigos do eixo temático.

As discussões nessa categoria incluíram: gênero e sexualidade, no ENPESS 2000, família e transexualismo, no ENPESS 2002, a sexualidade no campo da reprodução e o homoerotismo feminino na imprensa, respectivamente. Esta última discussão apareceu também no ENPESS 2004, com um trabalho sobre identidade, gênero e (homo) sexualidade no contexto religioso afro-brasileiro. A avaliação da qualidade da atenção em serviços de saúde reprodutiva e o tema das masculinidades e a saúde reprodutiva completam o painel desse debate naquele ano.

A categoria *exploração sexual* foca de 04 artigos, ou 5,6% do total de 71 referente a gênero esteve ausente no ENPESS 2000, surgindo no ENPESS 2002, em 02 artigos, o que corresponde a 2,8% do total de 71 artigos referentes ao tema, ou 0,4% do total de 474 do evento ou 9,1% do total de 22 do eixo. No ENPESS 2002 ambos os artigos tratam da questão do tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual. No ENPESS 2004, os 04 artigos correspondem a 0,4% do total de 516 trabalhos do evento ou 7,4% do total de 27 do eixo temático. O abuso sexual contra crianças e adolescentes foi o tema dos dois trabalhos sendo que um deles analisou as histórias de vida de mães de crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar.

A categoria *pobreza* congregou o total de 03 trabalhos, ou 4,2% do total de 71 analisados. No ENPESS 2000, identificou-se 01 artigo, que corresponde a 0,4% do total de trabalhos do evento ou 4,5% do total de 22 do eixo, nenhum no evento seguinte, reaparecendo no ENPESS 2004, em 02 trabalhos, que representa 0,4% do total de trabalhos do evento ou 7,4% do total de 27 artigos do eixo temático. O artigo do ENPESS 2000 trata da questão da dinâmica, composição e valores familiares relacionando as oposições e complementaridade entre o feminino e o masculino. No ENPESS 2004, os 02 artigos se relacionam ao tema mulheres pobres chefes de família.

A categoria *questão racial* foi trazida em 03 artigos, ou 4,2% do total de 71 artigos analisados, e se apresenta somente com 02 artigos correspondente a 2,8% do total de 71 artigos referentes à temática gênero, que corresponde a 0,4% do total de 474 trabalhos do

evento ou 9,1% do total de 22 do eixo temático, no ENPESS 2002. No ENPESS 2004 com 01 artigo ou 1,4% do total de 71 artigos referentes à temática gênero, representando 0,2% do total de 516 trabalhos do evento ou 4% do total de 27 artigos do eixo, o que correspondeu a uma diminuição quanto ao tratamento da questão, representada em termos percentuais por 100%. No ENPESS 2002, 01 artigo fala sobre a mulher negra na favela e o outro apresenta as histórias contadas de gerações de mulheres negras. No ENPESS 2004 o artigo coloca a questão racial e as políticas de ações afirmativas.

A categoria *adolescência* apresenta-se com 02 artigos representando 2,8% do total de 71 artigos referentes à temática gênero no ENPESS 2004, correspondendo a 0,4% do total de 516 trabalhos do evento ou 7,4% do total de 27 do eixo temático, 01 relacionado ao tema sonhos e projetos, caminhos para a superação dos limites tendo em vista as mudanças ocorridas na vida de adolescentes pobres a partir de sua participação em programas complementares à escola e 01 tratando da questão da adolescência e paternidade quanto a um desafio a ser compartilhado, tendo em vista o significado da paternidade adolescente entre os jovens de uma comunidade de classe popular.

A categoria *conjugalidade, relações afetivas e representações sociais*, só se apresenta no ENPESS 2000 com 02 artigos, ou seja 2,8% do total de 71 artigos referentes à temática gênero, que representam 0,9% do total de artigos do evento ou 9,1% do total de 22 artigos do eixo, onde 01 fala sobre os estilos de narrativas de histórias de vida e o outro sobre o cotidiano amoroso de camadas médias urbanas em Aracaju.

A categoria *educação* se apresenta com 01 artigo correspondente a 1,4% do total de 71 no ENPESS 2000, ou seja 0,4% do total de 230 do evento ou 4,5% do total de 22 do eixo temático, abordando a discussão da escola como espaço gendrado, com dimensões do processo de socialização das gerações imaturas, tendo como fundo a guetização feminina de algumas profissões.

A categoria *envelhecimento* se apresenta também com 01 artigo correspondente a 1,4% do total de artigos referentes à temática gênero no ENPESS 2004, correspondente a 0,2% do total de 516 do evento ou 3,7% do total de 27 do eixo, falando da questão das mulheres idosas e universidade da terceira idade, tendo em vista a experiência do processo de envelhecimento de um grupo de mulheres idosas para a participação no programa, como a fuga da solidão, ocupação de tempo livre e atualização de conhecimentos.

A categoria *questão urbana*, aparece no ENPESS 2002 com apenas 01 artigo correspondente a 1,4% do total de 71 artigos referentes à temática gênero, que representa 0,2% do total de trabalhos do evento ou 4,5% do total de 22 artigos do eixo temático. Os 18 artigos apresentados no eixo temático *urbano e rural e sistema sócio político*, correspondem a 3,8% do total de 474 artigos apresentados no evento. O trabalho trata da questão do cotidiano de mulheres de favela focando a face aguda da questão urbana na cidade do Rio de Janeiro.

## CAPÍTULO III – Análise Qualitativa da Produção Bibliográfica do Serviço Social sobre a Questão de Gênero

### *3.1 – Violência*

A categoria violência é a que mais se faz presente, em termos quantitativos nos encontros estudados (24), apresentando crescimento razoável no decorrer dos anos e variações em termos de ênfase e terminologia adotadas. Os artigos que a tematizam, qualificam distintamente: violência de gênero, violência doméstica, violência contra a mulher.

Deve-se assinalar que, enquanto os artigos agrupados sob a categoria saúde enfatizam diferentes aspectos relacionados ao tema, em relação à categoria violência o que se observa são entendimentos/concepções diferentes de um mesmo assunto/problema.

A violência doméstica é tematizada em artigos que trazem reflexões a partir de experiências profissionais de assistentes sociais em casas abrigo, etc. A autora Moraes (2001) identifica o perfil das mulheres abrigadas e dos homens agressores em Belém-PA, colocando a necessidade de uma ação conjunta entre sociedade civil e Estado, para haver uma reeducação quanto às questões relacionadas às relações de gênero, tendo em vista o serviço de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica. Para a autora, essas mulheres que são colocadas sob proteção, em sua maioria pertencem à classe pobre, tornando-se cada vez mais resistentes e contrárias a esta, devido a sua exposição.

A autora Gasparly (2001) discute o Programa de Atendimento aos Homens Autores de Violência e as Mulheres em Situação de Violência Doméstica e de Gênero encaminhados pelos juizados especiais criminais de São Gonçalo – RJ. Para ela a violência contra a mulher está relacionada às políticas sociais, sendo uma violação aos direitos humanos e uma questão de segurança, saúde pública e assistência social, portanto devem-se colocar os aspectos preventivos e de ampliação da sua cidadania. Isso pode ser realizado, com a prevenção à violência doméstica e de gênero nas escolas, unidades de saúde e nos movimentos organizados da sociedade civil e a possibilidade de discussão de questões relacionadas à construção das suas identidades de gênero, de forma coletiva e reflexiva.

Grossi (2000), discute a questão de mulheres imigrantes e a rede de relações, violência doméstica, opressão e resistência. A autora explora experiências de mulheres imigrantes que sofreram violência conjugal em Toronto, Canadá e a forma com o atendimento recebido nas agências sociais possibilitou ou não o atendimento de suas necessidades, incorporando o conceito rede de relações como articulação de atores no envolvimento de apoio assim como nas relações sociais de classe, gênero e raça/etnia. Para a autora, deve-se ter um olhar que busque contextualizar a violência na rede de relações e opressão, que a torna possível, naturalizado pelas relações sociais, pois assim podem-se perceber as barreiras que a impedem de ter um controle sobre sua vida. Como as experiências das mulheres abusadas não são focadas há uma falta de políticas públicas que atendam suas necessidades e manutenção de desigualdade de poder entre diferentes grupos de mulheres nessa sociedade.

Para Melo (2000), que analisa a violência física e sexual contra o sexo feminino na cidade do Natal, embasando o atendimento direto realizado pela Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAM, a violência doméstica ocorre com maior frequência na relação com (ex) companheiro, (ex) namorado, e a agressão física e a lesão corporal são os mais cometidos. As relações afetivo-sexuais são complexas e envolvem violência. O machismo e a dependência financeira são motivos pelos quais as mulheres permanecem na relação. Os homens são motivados por ciúmes e rejeição por parte da mulher, sendo explícita a relação de poder do homem sobre a mulher, o que caracteriza a desigualdade de gênero. A

violência doméstica é uma violação dos direitos humanos e se manifesta essencialmente no âmbito intrafamiliar. A família enquanto instituição firmada nos aspectos afetivos é marcada por conflitos, medos, angústias tendo em vista posições hierárquicas e de subordinação entre seus membros, que geram atos violentos, desde gestos até agressões físicas. A autora busca propor políticas públicas e sociais na defesa e promoção de direitos humanos de crianças, adolescentes e mulheres, e levantar discussões e debates junto às instituições e sociedade civil.

Lourenço (2004) apresenta os resultados do mapeamento desta, inerente ao projeto de extensão denominado Plano de Apoio às Mulheres – PAM, vinculado à Pró-reitoria de Extensão – PROEX, da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. Segundo a autora, há um alto índice de violência doméstica em Guarapuava, merecendo a atenção do poder público visando à deliberação de políticas públicas que garantam a segurança e a alteração ou minimização dos quadros de violência doméstica vivenciados. Este é um elemento que reflete o sistema de dominação-exploração baseado no patriarcado, uma vez que, há o domínio do homem sobre a mulher e sobre sua prole, baseado em uma relação de controle e de medo. Faltam recursos sócio-institucionais que prestem serviços de proteção e apoio para as mulheres vítimas de violência e que oportunizam condições para a superação da violência vivenciada.

Maués (2001) faz uma reflexão sobre a questão da violência contra mulher, para verificar em que medida o trabalho desenvolvido no albergue municipal Emanuelle Rendeiro Diniz, tem contribuído para o desenvolvimento, recuperação da auto-estima da mulher, por um processo reflexivo que permita compreendê-la como consequência da violência de gênero e como problema social. A violência contra a mulher ainda se faz presente na vida até mesmo daquelas que são bem sucedidas econômica e profissionalmente. E a discussão sobre gênero, por ser recente no meio acadêmico, é pouco refletida e configurada nas práticas profissionais. A autora propõe que se insiram reflexões sobre gênero, violência doméstica, raça e etnia de forma a se contribuir com a discussão e desempenho do serviço social, tanto na proposição, quanto na implementação de políticas públicas que engendrem a discussão de gênero.

Lisboa (2004) constrói indicadores de equidade de gênero que subsidiem a elaboração de políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos, na região da grande Florianópolis. O objetivo da autora é identificar as necessidades básicas das mulheres pobres e chefes de família, as políticas e programas desenvolvidos pelos órgãos públicos estaduais e municipais ao atendimento das demandas de famílias chefiadas por mulheres e pelas mulheres vítimas de violência. Além de elaborar um vídeo documentário educativo, sobre a questão da violência contra a mulher com finalidade de conhecer as principais causas da mesma e dar visibilidade pública para esta questão, para contribuir para a construção de indicadores que norteiam a equidade de gênero nas políticas públicas. Segundo a autora, ocorre “desigualdade de gênero” na elaboração e implementação de políticas públicas destinadas a responder as demandas deste segmento na sociedade, cujos papéis sociais tem passado por profundas transformações. As decisões públicas que afetam as mulheres pobres estão guiadas, na grande maioria, por preferências masculinas e não por necessidades femininas. As políticas sociais tem promovido à marginalização das mulheres, contribuindo para a reprodução da sua subalternidade, a não igualdade de oportunidades nos diferentes espaços domésticos, da produção e da cidadania. O contexto das políticas públicas é marcado nomeadamente pela ausência de estruturas e medidas pensadas em função da mulher. As mulheres não constituem um grupo específico no âmbito da assistência pública e tal como está definido pela Lei Orgânica da Assistência – LOAS, não existem medidas e programas centrados na problemática do gênero e com as classes e grupos sociais mais desfavorecidos econômica, social e culturalmente.

A violência doméstica contra a criança e o adolescente é tematizada em um artigo que apresenta dados levantados sobre a incidência desta no município de Campos dos Goytacazes - RJ. Para Silva e Siqueira (2004), as violências praticadas contra crianças e adolescentes não têm apenas os pais, familiares ou vizinhos como violentadores, o Estado também atua como agente de práticas violentas, na medida em que não atende, por meio de políticas públicas, às necessidades das famílias. A violência doméstica, de cunho intrafamiliar, com frequência, vem acompanhada do segredo e da negação, fazendo com que muitos casos sequer cheguem ao sistema de Justiça ou mesmo ao sistema de Saúde. Os abusos que caracterizam violência contra crianças e adolescentes se apresentam, no geral, sob a forma de agressão física, sexual, psicológica ou mesmo como negligência. Uma não é menos grave que a outra, pois todas ofendem os direitos fundamentais adquiridos. A violência doméstica é encontrada em todas as classes sociais, mas assume maior visibilidade nas camadas populares, por serem mais numerosas e por serem elas as que procuram os serviços públicos. Ampliar o campo de ações com implementação de políticas públicas e envolvimento da sociedade civil no processo de construção da cidadania e de projetos que privilegiem formas de inclusão social.

A violência de gênero é tematizada por Grossi e Xavier (2001), que analisam os trabalhos de conclusão de curso em serviço social, elaborados por alunas estagiárias do Serviço de Assistência Judiciária – SAJUG, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, e focam a mulher como objeto de opressão ou de violência. Com objetivo de desmistificar o agressor como algoz e a mulher como “vítima” vendo ambos como “vítimas de relações conflituosas”.

Felipe e Queiroz (2000), abordam a violência de gênero na cidade de Mossoró, com um debate em torno das representações que as mulheres envolvidas em relações marcadas pela violência doméstica têm acerca da violência e de que forma estas reagem. Termos como cumplicidade, vitimismo, aceitação, conformismo, resistência, acomodação e luta, ganham visibilidade nos discursos das mulheres que buscam explicar e argumentar a respeito de seus comportamentos. Há uma busca por nova identidade de gênero, que não se confunde com a identidade masculina e não se subordina a ela. As relações entre homens e mulheres começam a ser compreendidas a partir das relações de poder e dominação. O tipo de violência mais praticado é a lesão corporal, em seguida a ameaça de morte, sendo que a maioria das mulheres são casadas, o que sugere que os atos violentos sejam cometidos no lar, caracterizando-se a violência doméstica. Para as autoras a violência de gênero é um fenômeno universal que atinge diferentes mulheres sem se limitar a uma classe específica, área geográfica ou “jeito de ser mulher”.

Outros trabalhos sobre o mesmo tema apontam as dificuldades trazidas pela ausência de formação que contemple o tema ou ainda a necessidade do serviço social incorporá-lo em seu currículo.

Bertelli (2001) assinala a importância da formação dos profissionais de serviço social, pois tem acesso privilegiado à população usuária e atua como executor e proponente de políticas sociais. Há necessidade da incorporação da discussão da questão de gênero e do fenômeno da violência contra a mulher na formação desse profissional, no sentido de contribuir para a construção da cidadania das mulheres e superar as desigualdades e discriminações de gênero.

Tavares (2004), fala da importância de reflexões sobre a violência de gênero no processo de formação dos acadêmicos do curso de serviço social, pois é uma questão com a qual irão se defrontar os futuros profissionais, mas também por ainda ser um curso eminentemente feminino, e a violência de gênero acompanha, de forma simbólica ou mais incisiva e física, a trajetória de vida das mulheres. Além disso, espaços de discussão, estudo e pesquisa devem ser fortalecidos, como grupos de apoio e atendimento multiprofissional para

mulheres e homens defrontados com as expressões da violência de gênero em sua realidade cotidiana, o que demonstra a necessidade de capacitação dos profissionais sobre o gênero e sua imbricação na vida social.

A necessidade de o serviço social ter uma formação profissional que englobe a discussão da violência contra a mulher idosa é destacada por Goerck (2004). A maioria da população idosa no mundo é feminina e as negligências ou tratamentos inadequados aos idosos não são recentes, mas somente nas últimas décadas do século XX ocorreram os primeiros estudos sobre a temática. As mulheres tendem a cuidar mais da sua saúde, são mais prudentes ao trânsito e se envolvem menos com fatores de risco - como drogas e brigas - em relação à maioria dos homens e vivem em torno de sete anos a mais do que os homens em média. Há importância de uma permanente qualificação dos profissionais da área da saúde, assim como dos assistentes sociais que atuam junto aos usuários idosos que sofrem violência e aos seus familiares bem como a operacionalização de políticas públicas como forma de intervenção e prevenção junto à demanda.

Casanova e Grossi (2004), discutem os grupos de reflexão para homens que exercem violência conjugal, como um desafio para as políticas sociais. O propósito das autoras foi identificar programas oferecidos a homens que agrediram suas esposas em Porto Alegre e região metropolitana e de que forma estão contribuindo para o enfrentamento da violência de gênero. Os dados analisados apontam que a maioria dos homens apresentavam raiva ao ingressar no programa, culpabilizando a companheira pela violência, minimizando os atos violentos e não assumindo a responsabilidade pela agressão. A violência de gênero não pode ser analisada fora do contexto da violência social marcada pelas desigualdades sociais, falta de acesso a recursos e pela impossibilidade de exercermos nossa cidadania plena.

Bertoline (2000) discute a questão da violência contra as mulheres e a esfera familiar focalizando a política de segurança em Cuiabá. Procura desvelar os preconceitos e estereótipos de gênero que permeiam a definição e execução da política pública de segurança, a partir da concepção desta pelos interlocutores do Estado, bem como a ótica das mulheres sobre a resposta institucional, através da qual o Estado pretende garantir-lhes proteção e segurança. Para a autora a violência contra as mulheres é quase sempre encoberta e protegida por um discurso na sociedade, que a naturaliza e a percebe como um problema que não diz respeito à esfera pública, mas sim à privada; o que contribui para que poucas, frágeis e descontínuas medidas sejam adotadas para enfrentá-la como uma questão social. O Estado, que é o responsável pela segurança dos cidadãos, operacionaliza medidas, que evidenciam sua preocupação com a questão da violência contra mulher enquanto “questão de política” e não só “questão de polícia”. A violência contra a mulher é oriunda de práticas sociais preconceituosas e discriminatórias que são reproduzidas nas instituições que dão proteção às mulheres e que as desqualifica.

Alguns artigos remetem à prática da assistente social no âmbito da violência contra a mulher e doméstica no contexto sócio-jurídico. Jorge e Ribeiro (2004) discutem a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM como espaço indutor da socialidade, enquanto espaço político e estratégico de defesa do direito à diferença. É um mecanismo institucional, detentor do poder de resoluções das infrações penais que vitimizam a mulher, além de contar com a presença de sinais de cumplicidade de uma consciência popular que aceita formas de preservação da ordem autoritária.

Rocha (2002), afirma que o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher no Brasil, em especial a violência de gênero, se relaciona às particularidades de nossa formação social. A autora concebe a violência doméstica como a violência praticada entre membros de uma família ou entre pessoas que convivem num mesmo domicílio, praticada no interior da residência do agressor ou da vítima, ou outro espaço físico. A violência doméstica envolve as relações intrafamiliares no plano da interpessoalidade; sua natureza privada

obscurece sua dimensão política e dificulta a adoção de políticas públicas eficientes para o seu enfrentamento. A violência doméstica constitui uma das mais graves expressões da questão social no Brasil. Há dificuldade de tornar as políticas públicas na área da violência doméstica verdadeiramente públicas. Há também o desafio de construir um novo fazer político, capaz de fomentar a participação daqueles atingidos pelos sistemas de exclusão e desigualdades, revitalizando o conceito de cidadania.

Para Inácio (2004), a violência contra as mulheres é determinada primordialmente pelo gênero, mas está imbricada às questões de classe e etnia, sendo construída em padrões dominantes de valores e costumes relacionados ao gênero que ocultam as relações de poder. Analisar a violência contra as mulheres numa perspectiva de gênero permite apreender as relações de poder construídas entre os gêneros masculino e feminino e sua articulação com aspectos normativos, simbólicos, políticos, econômicos, institucionais e subjetivos de determinada sociedade.

A violência simbólica e o uso do corpo como estratégia de mobilidade social feminina é tematizada, por Silva (2004), com vistas a pensar a relação homem/mulher sob a perspectiva da mutabilidade e não sob a forma reducionista caracterizada pela subordinação. Para a autora, muitas mulheres vêem seu valor reconhecido no próprio ato de violência ou nas práticas de dominação. Como se quisesse dizer que este é o jeito do homem amar. Assim, convertem as práticas de violência em manifestações de amor. A importância da mulher poderia ser mensurada pelas limitações que lhes são imposta, sobretudo, no que diz respeito ao comportamento. A condição feminina nas últimas décadas, embora tenha ocorrido transformações positivas, se identifica permanências de práticas sociais, discursos e representações no interior das mudanças, como o uso do corpo. Em uma aproximação com a questão que envolve o estabelecimento de vínculo afetivo/sexual como estratégia de mobilidade social ascendente de mulheres jovens em sua maioria brancas com homens que ocupam espaço “privilegiado de poder” dentro da comunidade/favela imagina-se uma linha tênue entre a estrutura de representação do período de economia escravista e os novos códigos capitalistas.

A intervenção do serviço social no núcleo de prática sócio-jurídica da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC é o tema de Camini e Segalin (2004). Considerando a relevância do trabalho do profissional de serviço social, as autoras buscam apontar propostas alternativas de enfrentamento à violência contra a mulher. Segundo elas, nos múltiplos espaços sociais a mulher torna-se vulnerável à violência masculina, manifesta de diferentes formas, sendo este um fenômeno que possui pouca visibilidade social, embora seja um problema que atinja dimensões universais. A violência contra a mulher perpetua-se através das relações sociais reproduzidas nas famílias que mantêm uma estrutura hierárquica e sexuada, machista, entre os membros de ambos os gêneros, estruturando uma relação desigual entre homens e mulheres. A igualdade entre as relações deve ser vivida e a mulher deve exercitar o ato da denúncia. Entendem, pois, ser necessário profissionais e instituições sensíveis à questão, para romper com atuação numa perspectiva que garante a impunidade do agressor, e que este também seja tratado. O homem age ancorado em ideologias machistas, legitimadas socialmente, abusando do poder masculino e da maior força física, na maioria das relações.

O Centro de Apoio às Vítimas de Crime – CAVCRIME, nova abordagem à questão da violência doméstica contra as mulheres, em Maceió é analisado por Rocha, et al. (2004). As autoras analisam em que medida essa ação interventiva tem contribuído para um melhor acolhimento às vítimas, identificando formas de exclusão social, onde o combate à violência doméstica é imprescindível para que se tenha uma estrutura familiar emocionalmente equilibrada, o que implicará na formação de adultos responsáveis e conscientes de seu papel de cidadãos. A violência doméstica é questão de saúde pública, exigindo, portanto, um estudo

mais aprofundado, em particular em nosso Estado, afirmam elas, que envolva uma análise da realidade no movimento contraditório das desigualdades de gênero, econômica, social política e cultural.

O último dos artigos analisados na categoria violência, de Barbosa, et al. (2004), apresentam uma pesquisa do conteúdo de três jornais de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro (O Globo, Jornal do Brasil e O Dia), objetivando investigar pelas notícias, como a violência é posta como coadjuvante na constituição de novas identidades das famílias em transformação. Os homens vêm adentrando as ruas para reivindicar justiça e a vida de seus filhos. Assim, novos traços são acrescentados à representação social da maternidade e da paternidade. Para as autoras, a mídia é um dos mais importantes equipamentos sociais no sentido de produzir esquemas dominantes de significação e interpretação do mundo. A vivência da violência atuou como um importante fator de reconstituição da identidade desses sujeitos. As representações da mídia vem revelando mudanças no papel e na imagem materna e paterna, e por outro lado, ainda conservam fortemente seu núcleo central. Há, segundo as autoras, novos significados que surgem das falas, práticas e imagens retratadas pela mídia, uma paternidade ainda responsável pelo mundo público, mas também mais próxima das atividades do “cuidar”, tradicionalmente atribuídas às mulheres.

### **3.2 – Saúde**

As discussões grupadas na categoria saúde, com um total de 19 artigos nos remetem ao debate presente nesse campo tanto em relação aos diferentes conceitos de saúde, tanto no Brasil e no mundo, como mais diretamente voltados aos temas da saúde sexual e reprodutiva, saúde da mulher e saúde materna.

Segundo definição da Organização Mundial de Saúde em 1948 é: “A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doença ou enfermidade”. Contestado por estudiosos e organizações da sociedade civil, por considerar as múltiplas determinações do processo saúde-doença, esse conceito foi reformulado posteriormente, de forma mais ampla, tendo em vista contextualizar e considerar as múltiplas determinações de ordem econômica, social e cultural do processo saúde doença.

Processo similar vem ocorrendo com os conceitos de saúde materna, saúde sexual e reprodutiva e saúde da mulher. Galvão (1999) assinala que a concepção centrada no controle de natalidade foi superada primeiro pela idéia de saúde da mulher e ambas, posteriormente, pelo de saúde reprodutiva, que inclui além de aspectos da reprodução humana, questões como aborto e sexualidade. As definições de saúde da mulher são mais abrangentes e vão além das funções reprodutivas, contempladas pelas concepções centradas no controle de natalidade e na saúde materna; a saúde reprodutiva representa avanços no campo da saúde da mulher e inclui também a questão dos homens nas diversas discussões.

Nascimento (2004) discute a questão de corpos e mentes de mulheres e homens que expressam histórias incorporadas pela natureza e pelo social, o que tenciona mudar as políticas governamentais, em especial a de saúde, exigindo um envolvimento dos homens que se preocupam com ontologia relacional. Como as outras políticas setoriais, a perspectiva simétrica de gênero para a de saúde tem enfrentado nos últimos anos os retrocessos políticos ocasionados pelos tempos neoliberais, resistindo ao retorno da visão materno-infantil, para a qual recuaram estas políticas, propondo desenvolver ações que, sem prejuízo do direito à concepção planejada, garanta acesso aos serviços de saúde a mulheres e homens que não restringem o exercício de sua sexualidade à procriação, e que nem são menos requerentes. O eixo explicativo das relações de gênero, inter-raciais e intergeracionais não pode prescindir de

uma abordagem acerca das relações sociais mais amplas, haja vista que elas são determinantes das relações mais específicas. Na construção sociocultural do masculino e do feminino, as qualificações de cuidado, reprodução e contracepção são atribuídas às mulheres. O corpo feminino é o objeto prioritário de intervenção da saúde pública por sua relação direta com o advento da vida humana. Por isso, tem-se prioridade histórica dada às mulheres nas políticas de saúde pública no Brasil, que conquistaram esse direito, o que ainda não aconteceu com os homens, com ocultamento do homem concreto enquanto sujeito de atenção e proteção. A organização social brasileira, desde o escravismo até os dias atuais, tem se caracterizado de forma extremamente verticalizada e discriminatória, e dificuldade de alavancar efetivamente um Estado de direito democrático. A indiferença à história social e biológica dos sujeitos por parte dos formuladores e executores das ações tem sido questionada pelos protagonistas dos movimentos sociais, mais os de natureza identitária, implicando alterações em alguns segmentos beneficiários de políticas de inclusão social e ações afirmativas de combate à discriminação. As discussões de gênero no âmbito da construção de relações sociais mais simétricas tem posto em evidência as implicações do poder desigual exercido por homens e mulheres com múltiplas identidades.

Algumas patologias que são objeto de programas específicos no desenho da política de saúde brasileira concretizada no Sistema Único de Saúde – SUS, como hipertensão arterial, alcoolismo e HIV/Aids, são focalizadas nessas contribuições.

A questão do enfrentamento da hipertensão arterial é tematizada, contextualizando as diferenças e semelhanças entre gênero. Para Delfino (2001), gênero ao tratar da saúde não revela diferença na forma e conteúdo para preservá-la, enquanto valor fundamental e essencial à vida. A direção pela visão do gênero é norteadada pelo entendimento, convivência com a doença, o tratamento e as estratégias de enfrentamento. Homens e mulheres quando vivenciam situações de vulnerabilidade, preservam a vida, transpondo e rompendo com formas, conceitos, conteúdos que foram sendo atribuídos culturalmente e construídos pelas condições e estilo de vida. Segundo a autora, para prevenir e controlar a doença é necessário que os portadores tenham qualidade de vida com hábitos saudáveis, condições de trabalho e de família que não leve a vivenciar constantemente situações de stress que vem ocasionar desgaste físico, social e psicológico.

A necessidade de o serviço social construir abordagens mais adequadas ao alcoolismo é tematizado por Carvalho, et al. (2000), quando analisam o significado que mulheres alcoolistas, de estratos sócio-econômicos médio, constroem para seus casamentos, as estratégias de enfrentamento do cotidiano conflituoso, a partir dos estilos de narrativa adotados ao relatarem as histórias. A família constitui um importante eixo sobre o qual tem sido produzidos inúmeros trabalhos em diferentes áreas. A incidência de conflitos e crises refletem diretamente sobre a dinâmica familiar e a capacidade ou não de cada grupo resolver ou superar conflitos, pode repercutir sob as fases subseqüentes. Entre as esposas de alcoolistas, observa-se que o álcool foi o problema que ameaçava a relação conjugal e familiar, interferindo diretamente nos papéis designados a ele, de provedor financeiro, pai, companheiro. Sua dinâmica trouxe como custo o empobrecimento das trocas afetivas, contribuindo para um novo padrão de comunicação em que todos os membros se revezam em papéis de vítima e algoz. Para Carvalho, et al. (2004), o beber de início tardio pode provocar uma ruptura menor na progressão do desenvolvimento da vida familiar, enquanto o beber de início precoce prejudica gravemente a capacidade da família em realizar as transições de um estágio para outro. A família usualmente constata que vive problemas nas suas relações em função do alcoolismo, em um de seus membros após 10 anos de relacionamento em média. O alcoolismo se diferencia de outros problemas e doenças, que possam afetar a vida familiar, tanto a família como o bebedor desenvolve um sistema de negação, tentando evitar o

reconhecimento deste. Os efeitos do alcoolismo distorcem e destroem a autoconfiança e autoestima na família.

O alcoolismo feminino é abordado, destacando a importância de o assistente social aprofundar o conhecimento relativo às relações de gênero que atravessam a sociedade contemporânea, a fim de compreender as várias disfunções da doença, para facilitar e conscientizar as mulheres sobre a importância do tratamento. Segundo Barbosa e Carvalho (2004), o uso abusivo do álcool que até pouco tempo era uma iniciativa masculina tem atraído cada vez mais as mulheres. Ele traz sérios prejuízos clínicos à saúde da mulher, repercutindo nas esferas ginecológico-obstétrica, endocrinológica, hepática, cardíaca, neurológica, e relações com a osteoporose precoce e anemias. Acarreta problemas psíquicos: diminuição da atenção, irritabilidade, depressão, lentidão psicomotora e lesões no sistema nervoso central. Daí a necessidade de mais espaços e programas específicos para o tratamento e reintegração da mulher alcoólista à família e a sociedade numa perspectiva integradora. Deve-se delimitar as particularidades dessa população para compreendermos que o alcoolismo é uma doença heterogênea, apresenta diferenças para cada gênero.

Diniz, et al. (2004) discutem a importância dos profissionais de saúde, e em especial, das assistentes sociais, em compreender de que forma os usuários do sistema de saúde interpretam a informação sobre o risco genético reprodutivo, subsidiando parcialmente o planejamento e a execução do atendimento a ser dispensado a pessoas portadoras da anemia falciforme e seus familiares, por meio das sessões de aconselhamento genético. Para as autoras, o significado atribuído ao risco genético pelas cuidadoras é decorrente do impacto que a anemia falciforme traz para a vida delas e de seus respectivos filhos. Entre as situações relatadas, a mais comum é a sua transição do mercado de trabalho assalariado para a dedicação exclusiva ao lar, para cuidar de seus filhos anemia falciforme, uma vez que estes passam a requerer cuidados “especiais”, a fim de prevenir uma possível crise. Segundo as autoras, a anemia falciforme é uma doença prevalente em população negra, referindo a populações pobres, cuja renda per capita entre negros situa-se entre um e dois salários mínimos. Constatou-se que as cuidadoras de crianças portadoras do traço falciforme constroem a noção de risco genético tendo como referência à apropriação do saber sobre probabilidade aliada a experiências do cuidado das crianças doentes. As cuidadoras têm buscado o Benefício de Prestação Continuada - BPC como fonte de renda familiar, conferindo a essa política da assistência social um recorte de gênero.

A epidemia de HIV/Aids e de DST/Aids são tematizadas em alguns artigos que trazem a importância da prática da assistente social nesse âmbito. Segundo Levyski (2004), a vulnerabilidade feminina à infecção pelo HIV e ao aumento da epidemia entre as mulheres no país se relaciona à condição da mulher na sociedade brasileira, submetida à repressão de sua sexualidade e da vivência de sua cidadania, por uma cultura machista e patriarcal, que se revela na socialização diferenciada na esfera familiar e na dificuldade dos diversos serviços, em especial o de saúde, na prestação de uma atenção integral às suas especificidades. As relações de gênero que conformam a posição desigual e subalterna das mulheres na sociedade, fazem com que sua cidadania não seja completamente vivenciada. Os obstáculos se concretizam na família, na escola, nos serviços de saúde e no Estado. O conceito de vulnerabilidade, que tanto diz respeito ao comportamento individual quanto coletivo de uma pessoa, pressupõe um conjunto de fatores cuja interação amplia ou reduz as possibilidades de uma pessoa se infectar. Para a autora diminuir a vulnerabilidade, tanto de mulheres quanto de homens, diante da epidemia da Aids, implica numa mudança dos valores que pautam os relacionamentos entre homens e mulheres, que estabelecem a subalternidade destas aos primeiros. Nesta recriação, tanto mulheres como homens teriam voz nos diversos espaços sociais e seriam responsabilizados da mesma forma por cuidar de sua saúde e de seus pares. A vulnerabilidade na sexualidade feminina pela contaminação do vírus HIV/Aids, envolve certa

idealização das relações amorosas, que implicam em confiança ilimitada no parceiro e certa submissão a seus desejos sob pena de comportamento promíscuo, o que envolve práticas sexuais de risco, conduzindo a contaminação pelo HIV.

De acordo com Araújo (2002), há grande dificuldade de abordar a sexualidade, pois falar sobre ela é superar vergonha, timidez, insegurança, falta de confiança ou experiência. O comportamento de risco adotado por mulheres jovens, tem a ver com sexualidade feminina comandada pela afetividade, comprometendo atitudes racionais quanto à prevenção, é reação passiva relacionada ao comportamento sexual masculino, reforçado por juventude com a idade por excelência, idade de correr “risco” e de certa vulnerabilidade. Tratar de uma pesquisa que busca informações sobre a sexualidade das mulheres jovens soro positivas infectadas pela via sexual, possuindo “relacionamentos sexuais” em série. As entrevistadas ao saberem da contaminação evitam as práticas sexuais, e procuram parceiros soro positivos ou contaminam seus próprios parceiros. Para a autora a crença de que o HIV e a Aids fossem restritos a grupos especiais, bem definidos e freqüentemente marginalizados, reforçou estereótipos e preconceitos sobre certa identidade sexual e práticas sexuais, em vez de destacar o que há de comum em todos os comportamentos sexuais. Sendo assim, os jovens, as mulheres, os homens e os velhos estariam fora dos chamados “grupo de risco”. A Aids traz consigo mudanças reais na sexualidade feminina são mulheres e reprimidas sexualmente pela sociedade, possuem uma doença estigmatizante e incurável.

Segundo Costa (2004), a relação entre a formação da identidade feminina, a família e a relevância na contaminação de mulheres pelo vírus HIV, ainda são marcadas pela presença do patriarcalismo no imaginário social. A contaminação pelo vírus HIV ao longo do tempo deixou de pertencer apenas a grupos de risco específicos para tornar-se presente nas relações heterossexuais sem proteção e com parceiros estáveis, no cotidiano de mulheres, mães e das que não se reconhecem como passíveis de contaminação. As relações entre o universo masculino e feminino e os desdobramentos advindos da contaminação pelo vírus HIV exigem muitas reflexões em torno da problemática, como a submissão feminina, a forma como a mulher expressa sua sexualidade, a virilidade masculina e a posição do homem como um ser que demanda para si “maior importância”.

Ribeiro (2004), traz o discurso feminino sobre as oficinas de prevenção as DST/Aids, com interlocução entre espaços comunitários e unidade hospitalar, focalizando as suas diferenças e as possibilidades de vislumbrar práticas de saúde e de intervenção social que estejam atentas ao processo comunicativo. Para a autora, a assistente social é a profissional voltado para compreensão dos aspectos comunicativos, com interlocução entre instituição e comunidades, ampliando canais de comunicação e mecanismos de efetivação do controle social. As oficinas são espaços de expressão das mulheres, sinalizam novas estratégias de intervenção e de comunicação institucional, contribuindo para reorientação das práticas institucionais. Segundo Ribeiro (2004), para as mulheres entrevistadas, o espaço hospitalar se constitui como o mais adequado para a realização de oficinas, garante privacidade dos relatos, estando em ambiente estranho e longe de pessoas conhecidas. As mulheres acreditam no serviço público de saúde enquanto aquele que oferece as melhores condições de atendimento, apesar dos problemas enfrentados no dia-a-dia das unidades.

Costa, et al. (2004) abordam o mesmo tema, apontam para a necessidade do serviço social se capacitar quanto à formação profissional e estruturação dos currículos dos profissionais de saúde, inserindo maior reflexão de questões como, sexualidade, feminização, gênero, com a necessidade de discussão das práticas educativas que favorecem a produção de novos conhecimentos e garantem mais subsídios para pensar a atuação do serviço social. As autoras fazem menção às práticas educativas de prevenção em DST/Aids, tendo em vista a ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos, discutindo a relação entre as representações sociais e as práticas educativas de prevenção das DST, desenvolvidas com mulheres pelos

profissionais de saúde. Os índices alarmantes de contaminação das DST/Aids vêm crescendo a cada ano, principalmente na população feminina, apesar de todos os investimentos do setor público e do envolvimento de diversos setores sociais. As apreensões acerca das DST/Aids, das práticas educativas e da prevenção e promoção de saúde, e assuntos relevantes à qualidade de vida da população, devem ser melhor abordadas pelos profissionais de saúde, pois é a partir das representações sociais dos profissionais de saúde que serão explicados, justificados ou questionados tais assuntos junto aos usuários. Para as autoras, ao secundarizar, desconhecer em sua totalidade ou discutir de forma acrítica, esses e outros assuntos, o profissional de saúde não contribui para um maior e melhor enfrentamento da epidemia.

A necessidade de qualificar os profissionais que atuam nos programas de atenção às adolescentes, à saúde da família e à saúde da mulher é apontada em alguns artigos. A educação sexual de adolescentes é analisado com relação ao Programa de Atenção Integral ao Adolescente – PRAIA, por meio dos discursos dos profissionais do programa, objetivou-se apreender os dilemas morais presentes no aconselhamento sobre sexualidade, bem como os valores e representações acerca do exercício sexual na adolescência. Segundo Pereira (2004), o atendimento aos adolescentes sofre a influência das crenças morais dos aconselhadores que reproduzem moralidades tradicionais, como a valorização da virgindade da adolescente, a percepção do matrimônio como legítimo espaço para o exercício da sexualidade e a homossexualidade como a única forma de expressão sexual, considerando a homossexualidade como um desvio. Daí a necessidade de analisar o discurso sobre iniciação sexual, o fornecimento de preservativo pelo programa e a percepção dos profissionais acerca das opções sexuais, pretendendo demonstrar o modo diferenciado de intervenção dos profissionais, influenciado pela questão de gênero. A prática educativa do PRAIA tem priorizado o repasse de informações sobre saúde reprodutiva, em detrimento da orientação para o exercício autônomo da sexualidade.

Nóbrega e Silva (2004), analisam a partir do Programa Saúde da Família – PSF, a participação masculina nos cuidados com a saúde, de forma a apreender a representação social dos homens sobre os cuidados com a saúde e de seus familiares. Objetivam desvendar os elementos que impulsionam a participação ou não masculina nos cuidados com a saúde, levando em consideração as possibilidades de construção de distintas masculinidades. Para as autoras os significados e as diversas experiências do masculino e feminino, pode penetrar na complexidade do binômio saúde-doença, com impacto importante para o avanço da qualidade de vida. O PSF, certamente, poderá possibilitar a compreensão e contribuir nesse processo, no qual homens e mulheres possam desvendar a determinação social de sua condição de saúde e, contribuir para o desenho de políticas e programas que ultrapassem a tradicional desigualdade de direitos e deveres entre o masculino e o feminino rumo à equidade na saúde. O apelo à participação masculina nos cuidados com a saúde ganha visibilidade nos fóruns e discussões que avaliam e buscam implementar esforços criando espaços para que homens e mulheres sejam chamados ao centro da cena para serem guardiãs da saúde, numa realidade com equidade de gênero e justiça social e as políticas sociais revejam o enfoque de sua ação educativa, preventiva e curativa.

Os trabalhos destacam a importância dos estudos sobre saúde e gênero, tomando como base de reflexão o campo de saúde reprodutiva. Costa (2000) aponta para uma franca feminização do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PAISM no que tange ao sexo seguro e controle de fecundidade. A incorporação da noção de gênero ampliou a noção de saúde reprodutiva como direito de homens, mulheres, crianças e adolescentes. Daí a necessidade de rever e ampliar o aparato institucional. Há vários estudos na área de saúde que incluíram o conceito de gênero como categoria de análise. O feminino ganha destaque na saúde na década de 80, com referência a proteção à mulher, e luta pelo PAISM, preocupada com sexualidade e reprodução.

A questão da gravidez na adolescência é tematizada com considerações sobre o processo de organização e exclusão de gênero em torno de um grupo de vinte adolescentes grávidas na faixa de 12 a 19 anos, com base em pesquisa realizada em Caruaru – PE. Para Menezes (2000), o processo de exclusão de gênero da mulher começa cedo no espaço familiar. Os meninos incorporam pela socialização a visão de fortes e não são estimulados e orientados a assumirem o comportamento afetivo de docilidade, mesmo quando passado pelas mães ou mulheres que os criam, diferentemente das meninas. Quando adolescentes ou adultos fica difícil compreender a relação de integração entre mulheres e homens, pois ambos são formados e identificados por papéis diferentes, opostos, hierárquicos, e não complementares. Com o patriarcalismo, o poder passa a ser exercido pelo homem, o pátrio poder, a mulher perde espaço e passa a ser vista como submissa e inferior. Já nas décadas de 80 e 90 pelas transformações tecnológicas ligadas a reprodução e vindas pelos movimentos feministas, o comportamento social em relação às mulheres muda.

A análise dos discursos da menopausa e da sexualidade no enfoque das práticas educativas é tematizada, como promoção da saúde no climatério-menopausa. Mendonça (2002), defende a idéia de que os significados das formas simbólicas vêm a se constituir em matéria-prima privilegiada nas práticas educativas, enfrentando as discussões da ideologia de gênero para abordar a saúde da mulher numa perspectiva de integralidade. Segundo a autora para o grupo de donas de casa, o trabalho é fonte de insatisfação, por ser atividade complementar e pela invisibilidade da sobrecarga do trabalho doméstico e sua não valorização. A permanência do marido em casa é apontada como um dos fatores negativos na dinâmica das relações conjugais e familiares. Com relação à vida sexual, nesse momento do curso de suas vidas há sentido de mudança por absorverem valores igualitários das sociedades modernas e por seus papéis de mãe já não lhes solicitam tanto, por isso as diferenças de gênero afetam mais direta, e daí reivindicam relações mais simétricas, prazer.

A autora apóia-se na teoria das representações sociais para problematizar as relações entre indivíduo e sociedade e a relação sujeito-objeto no processo de conhecimento. Com relação as grandes desigualdades sociais, as iniquidades na saúde, referenciam a análise das formas simbólicas, para captar as inter-relações de significado e poder, tomando as maneiras em que podem ser usadas para estabelecer e sustentar relações de dominação. A auto-imagem negativa, as culpas, as obrigações não divididas, o trabalho sem status, os sentimentos de perda e, finalmente, o desprazer estão fortemente atravessados pelas representações de gênero e pelas condições de vida e de trabalho.

A questão do provimento de cuidado ao portador de transtorno mental é o tema do trabalho de Rosa (2002), que com a questão posta para o grupo familiar, às repercussões objetivas e subjetivas do provimento de cuidado. Segundo a autora, quando os homens se identificam como cuidadores, há uma figura feminina no âmbito doméstico para gerir o cotidiano, o aspecto mais repetitivo e monótono do provimento de cuidado. A inclusão e o reforço de homens cuidadores nas estratégias de capacitação de familiares e profissionais da área da saúde mental parece prometer uma troca enriquecedora, aproximando espaço privado e arena pública na construção cotidiana do provimento de cuidado. Ao analisar o provimento de cuidado a partir do gênero, a autora observou que homens e mulheres assumem o encargo de cuidadores. No desempenho cotidiano da função de cuidador apresentam muitas características em comum, bem como alguns aspectos que particularizam homens e mulheres na construção de estratégias de manejo do portador de transtorno mental e no enfrentamento de determinados sentimentos que emergem na rotina diária.

A avaliação da qualidade dos serviços de pré-natal sob a ótica dos direitos sexuais e reprodutivos é tematizada em um artigo. Costa, et al. (2004) refletem sobre a relação entre trabalhadores de saúde e usuárias na atenção pré-natal, a partir de uma pesquisa de avaliação

da qualidade de serviços, numa perspectiva de gênero. Buscam referenciar nos princípios éticos dos direitos sexuais e reprodutivos: integridade corporal, autonomia, igualdade e diversidade e analisam o nível de informação prestado às gestantes no pré-natal, como um indicador da afirmação desses direitos. Segundo as autoras, os piores indicadores de informação das mulheres foram à preparação para o parto, amamentação, sexualidade, contracepção, cuidados com o bebê e direitos trabalhistas e previdenciários. A maior parte das mulheres não tinham conhecimento sobre as informações que deveriam receber no pré-natal, bem como não apresentam condições para tomar decisões autônomas sobre o processo de gestação e parto. A assistência pré-natal ainda encontrava-se baseada no binômio mãe-bebê, reproduzindo o projeto da medicalização, que reduz o campo da assistência e inviabiliza um lugar de poder diferenciado das usuárias, bem como sua conscientização e autonomia.

A necessidade do Estado e dos profissionais de serviço sociais que atuam em programas e projetos sociais refletirem e trabalharem o tema gênero é foco de alguns artigos. O artigo de Lopes, et al. (2004) apresenta o discurso dos homens sobre a saúde com relação ao Programa Saúde da Família – PSF do TAMBOR-Campina Grande-PB, que analisa a participação ou não dos homens nos cuidados com sua saúde e de sua família e a intervenção dos profissionais de saúde em ações voltadas para o homem. Lopes, et al. (2004), sugerem que o Estado disponibilize recursos para operacionalização de ações direcionadas à saúde reprodutiva e sexual de homens e mulheres, e que, oferecidas às condições de trabalho, os profissionais possam sistematizar atividades para os usuários homens. Os meios de comunicação também devem disseminar uma cultura de valorização dos cuidados dos homens com sua saúde e de sua família. Para as autoras, a construção social da masculinidade atribui ao feminino o ato de cuidar de si e dos outros, enquanto ao masculino é atribuído o distanciamento emocional. A partir dos estudos sobre as relações de gênero, o homem começou a sentir os reflexos do movimento feminista que impulsionou as mulheres a superar diversos obstáculos e a conquistarem seu espaço na sociedade.

Batista, et al. (2004), analisam a experiência do projeto CRES/SER que prepara e orienta os adolescentes para uma melhor vivência afetiva e sexual. Tendo em vista que os adolescentes são marginalizados pela sociedade, pela família e pela comunidade em que residem sendo importante se trabalhar a educação sexual, a afetividade e as relações de gênero. Os meninos e as meninas atendidos pelo projeto convivem muito próximos uns dos outros, estando numa fase tão aflorada de sua sexualidade. Não haja, no entanto, uma atuação sistemática por parte dos profissionais da instituição em relação ao tema de fundamental importância para a construção social e afetiva de todo e qualquer ser humano, pois vivemos numa sociedade onde há muita informação e pouca comunicação, as pessoas falam de sexo, mais faltam sempre palavras. É preciso buscar métodos que valorizem o diálogo, o autoconhecimento e uma melhor integração entre o sentir, o pensar e o agir. Entender a sexualidade dos jovens nesse contexto é se debruçar sobre suas expectativas de vida, suas dificuldades e projetos.

### ***3.3 – Serviço social***

Há 19 artigos relacionados a esta categoria que tematizam o gênero como categoria analítica para explicar a constituição do serviço social e a inserção da prática profissional no mercado de trabalho; o gênero como categoria nas políticas e experiências profissionais; e a importância da incorporação da discussão de gênero no currículo do serviço social. Veloso (2001 e 2002) identifica as principais tendências no debate contemporâneo do serviço social, situado no interior do denominado “Projeto ético-político-profissional do Serviço Social”,

sobre as relações de gênero, apontando para um crescimento no número de trabalhos apresentados com relação à temática gênero-mulher, sendo que este faz referência a um interesse por parte dos profissionais em pesquisa e intervenção. Oferece elementos para uma apreensão crítica da problemática do gênero no serviço social, situando-se numa tendência que objetiva o fortalecimento da perspectiva inscrita no projeto profissional que nos últimos trinta anos tem influenciado significativamente os rumos do serviço social brasileiro. Para o autor, a categoria gênero é relevante na análise da formação e intervenção profissionais, que se dão em relações sociais constituídas e constituintes das relações de gênero e na análise da profissão que é composta majoritariamente por mulheres, salientando-se a forte presença do gênero na constituição da identidade profissional. O gênero se apresenta como uma das mediações presentes no trabalho da assistente social, compondo as relações sociais, fundando e estruturando relações de poder. A questão da mulher e/ou das relações de gênero tem estado presente, e com certa regularidade, tanto na produção acadêmica, quanto nos fóruns nacionais ligados à pesquisa e ao exercício profissional.

Para Neto (2001), o perfil dos profissionais de serviço social, englobando dados de gênero, origem e religião, demonstra que a profissão continua sendo hegemonicamente feminina e incorpora alunos oriundos de famílias das camadas mais baixas da sociedade. Os principais temas que têm sido objeto de estudo pelas assistentes sociais, não buscam desvendar as suas origens sociais, entretanto Leite e Júnior (2001), estudam as implicações e os desdobramentos, na prática e intervenção profissional do serviço social, visa à inserção do homem na profissão, com a categoria analítica gênero para levantar algumas reflexões. A quase totalidade dos estudos que abordam essa temática concentram-se ainda na questão da “feminilidade”. Há um aumento na procura do serviço social por homens, a partir da segunda metade da década de noventa, daí os estudos de gênero se vêem compelidos a superar seu signo exclusivamente feminino e limitado às mulheres. Por isso as discussões passaram a se apresentar não só no âmbito social, mas também no circuito acadêmico.

Faury, Santos e Ximenes (2000) fazem uma investigação de como a questão de gênero é entendida e vivenciada pelo aluno do sexo masculino do curso de serviço social. Nas oficinas de trabalho realizadas pelas autoras, as categorias percebidas foram: estranhamento quando na chegada dos alunos percebem que são tratados como diferentes, descoberta do preconceito por parte dos colegas, família e público em geral, reação por parte do aluno que “fica na dele” ou parte para competição. É preciso examinar as relações de gênero no terreno social, pois é uma prática que alarga as fronteiras e propicia repensar os caminhos de mudança individual e social. Nos ambientes de trabalho e formação acadêmica existe vivência diferenciada dos papéis de gênero. Os comportamentos dos alunos revelam a concepção que eles têm dos papéis sexuais e que há formas típicas masculinas de agir e reagir associadas ao desempenho profissional.

Canôas (2001) faz uma reflexão crítica sobre a categoria das assistentes sociais quanto ao número elevado de mulheres na profissão, tendo em vista entender teoricamente o que representa a relação de mulheres e homens nas relações sociais, onde se inclui a questão do trabalho. A profissão poderá ficar mais enriquecida, em seus fundamentos, e mais equilibrada, em seus procedimentos, se contasse com um maior número de homens na categoria profissional. Segundo ela, as questões sociais complexas de nossa realidade são problemas de mulheres e homens, deve-se tentar resolvê-las juntos, em parceria.

Santos (2004) busca compreender a dinâmica da luta ideológica que se mostra de singular importância para melhor clarificar o processo de proselitismo religioso, que ocorre em versões locais, e espelham um matiz ideológico e comportamental amplo que incide sobre os modos de vida da população. Para a autora, deve-se compreender os fenômenos que ocorrem na nossa sociedade como fruto das relações sociais, para identificar mediações existentes e propor alternativas de transformação da sociedade desigual. Na derrocada do

matriarcado e instauração do patriarcado, temos a base da desigualdade de classe e gênero, que origina os mais diversos tipos de violência. A educação dispensada às mulheres ao longo dos tempos foi um dos instrumentos utilizados em favor da manutenção da ideologia da “inferioridade” da mulher. A manipulação do nome de Deus tornou-se instrumento de opressão e subordinação do homem pelo homem, da mulher pelo homem e assim por diante. A questão da submissão da mulher é importante no processo de manutenção da ordem social estabelecida. Atribuem-se à igreja grande parcela da responsabilidade acerca da subordinação de classe, gênero, raça e etnia. A autora fala na importância do serviço social neste processo de identificação das contradições que permeiam a vida em sociedade, em relação à classe, à raça/etnia e ao gênero buscando desvelar o sistema de mediações e de relações que compõem o real, o concreto.

Gurgel (2004) busca socializar inquietações e decisões epistemológicas construídas, para haver uma compreensão da dimensão ontológica do gênero no serviço social, como categoria histórico-social. Para a autora, o gênero é componente de significação e totalização presente em cada sujeito cognitivo, num contexto determinado, constituindo-se como suporte da singularidade, base para o histórico das mulheres que, articuladas pelo feminismo, em aliança com outras atrizes sociais, como as assistentes sociais, apresentem-se como protagonistas de uma nova ordem. Chama atenção para um reconhecimento coletivo, por parte das docentes e a emergência do tema para o desenvolvimento do projeto de formação profissional, tendo em vista a histórica feminização de nossa profissão e a relação entre este fenômeno e a realidade atual das políticas públicas em nosso país. Trabalha na perspectiva histórico-dialética, destacando a construção social da dominação-exploração sobre as mulheres e a sua potencialidade como sujeito na formação social capitalista, na perspectiva das mulheres transcender a sua condição de oprimida e a sua invisibilidade política e social, enquanto sujeito coletivo.

Cisne (2002 e 2004) fala da necessidade de uma abordagem histórico-crítica da gênese da relação gênero e serviço social, objetivando a apreensão de suas determinações e das implicações da “feminilização” para a profissão na atualidade, bem como a forma de conceber e resistir a essas implicações por parte da categoria profissional. Compreender o que é gênero e divisão sexual do trabalho no movimento das relações sociais, políticas e econômicas, para alcançar subsídios concretos ao desvelamento das relações de gênero da categoria profissional e de seu público usuário, objetivando renovação e valorização da profissão, e afirmação de seu compromisso com segmentos oprimidos e explorados da sociedade, as mulheres, que sofrem dentre outras refrações da questão social, a “feminilização da pobreza”, desigualdades e subalternidades no mundo do trabalho.

A luta das mulheres na sociedade, como todas as demais lutas sociais, estão associada à busca pela igualdade social “substantiva”, que não pode limitar-se a busca de igualdade com os homens, é preciso romper com as desigualdades de gênero e todas as desigualdades que a ela se encontram associadas e muitas vezes as determinam ou as influenciam diretamente, como a desigualdade de classe. A influência da tradição cristã, sobretudo da Igreja Católica na formação da identidade profissional, corresponde a uma imagem de feminilidade associada a esta tradição. Trabalhar gênero na perspectiva de classe, partindo da compreensão de que para superação das desigualdades sociais, é insuficiente que as mulheres percebam e lutem por iguais condições com os homens, é necessário que possuam identidade classe, para que possam compreender sua situação como trabalhadoras e lutar pelo fim da opressão de classe e gênero.

Souza (2001) traz a necessidade de o serviço social enfrentar o desafio de compreender as políticas sociais enquanto um espaço de disputas não apenas entre classes antagônicas, mas também entre concepções diversas do que vem a configurar-se como o ser feminino e o ser masculino em nossa sociedade. A existência de uma hierarquia de gênero em

nossa sociedade e de uma ideologia que a representa como verdade, faz da sociedade no âmbito estatal e nas políticas sociais, existir uma disputa de hegemonia, onde a hierarquia é reproduzida, assim como as desigualdades de classe e de raça/ etnia. A perspectiva marxista é a mais adequada não apenas para compreender as políticas sociais, mas a sociedade e suas contradições, contudo faz-se necessário atrelarmos a categoria gênero para que possamos compreender que, a depender da correlação de forças estabelecida no âmbito do Estado, as políticas sociais reproduzem ou não a estratificação social entre as classes e a hierarquia de gênero.

O estudo das relações de gênero é pressuposto para intervenção profissional eficaz segundo Veloso (2000). A inserção do profissional neste o capacita a analisar os processos de formação da sociedade, subjetividades, ideologias, práticas sociais, econômicas e políticas de forma mais competente e crítica e com maior grau de eficácia. Devem-se aprofundar estudos sobre relações de gênero e sua maior inserção na formação profissional da assistente social, pois a categoria gênero potencializa as análises da realidade e acrescenta nova dimensão com uma modificação da abordagem do objeto de estudo, pois articula e problematiza com outras categorias, como classe e etnia/raça.

Sasaki (2000) avalia como a relação de classe e gênero feminino interfere na conformação da identidade profissional do serviço social, especificamente com as profissionais de Manaus enquanto mulher trabalhadora. Por estarem em setores feminizados, não se trabalha a questão, mas busca-se reconhecimento profissional, criação de novas identidades interagindo relações de classe e gênero contraditória. A mulher se insere no mercado concentrando-se nos setores feminizados, caracterizando relações de poder, onde as práticas sociais da sociedade são naturais e inquestionáveis. As relações de classe estão impregnadas de relações de gênero, mas estas questões são tratadas de forma naturalizada como se cada profissão fosse independente e tivesse existência própria de forma objetiva.

A formação profissional é tematizada em alguns artigos que trazem discussões sobre o mercado de trabalho, formação e capacitação dos profissionais de serviço social. A autora Cisne (2001), aborda os aspectos da questão de gênero nas determinações sócio-históricas das relações de trabalho da assistente social, tendo em vista compreender a especificidade da questão de gênero dentro da profissão, como uma das dimensões determinantes para a luta da igualdade social e da conquista do valor central defendido pelo serviço social: a liberdade. Para ela o mercado exige profissionais polivalentes, multifuncionais e essas características as mulheres desempenham com mais facilidade que os homens, tendo em vista a cultura que lhes são imposta para as atividades domésticas. Para a autora não se pode pensar em justiça e dignidade humana sem lutar por uma sociedade sem distinção de classe, gênero, raça e etnia, uma sociedade onde homens e mulheres possam usufruir e vivenciar relações igualitárias, sendo verdadeiramente emancipadas de qualquer forma de opressão, livres das algemas do capitalismo e da imposição de “papéis” sociais construídos por um determinismo biológico que mutila a sensibilidade masculina e torna as mulheres submissas aos homens e subordinas à exploração do capital.

Silva (2004), ressalta o impacto que vem provocando a revisão curricular no interior de um curso universitário e o que se apresenta como inovação, com novas possibilidades de significação no espaço profissional. Como vem sendo implementadas ou incluídas na grade curricular, disciplinas que abordem o tema das relações de gênero e etnia na formação dos assistentes sociais. Segundo a autora o estudo se insere no debate das relações de gênero no interior das ciências sociais e vem colaborando para suscitar reflexões fundamentais quanto à identidade profissional da assistente social, mas tem sido pouco considerado o aspecto histórico da profissão que é a composição majoritariamente feminina.

Para Silva (2004), a marca feminina da profissão como um daqueles que “pesa” para o baixo prestígio profissional. Considerando a perspectiva das relações de gênero, revelando as

relações entre homens e mulheres, entre o feminino e o masculino como relações de poder, este é um fator a ser considerado com muita atenção nas reformas curriculares contemporâneas do serviço social, no Brasil.

Silva e Valinas (2004) fazem comparação das reformas curriculares entre profissões da área da saúde, apontando avanços no que tange a carreira médica na linha da pesquisa “As ‘Novas’ Hierarquias Profissionais: Conhecimento, Gênero e Etnia”, explorando a proposta do novo currículo do serviço social e como o debate de gênero está sendo desenvolvido na formação profissional e no processo de reforma curricular, ou como categoria de análise fundamental para a compreensão do estabelecimento de determinadas políticas públicas. Para as autoras, as carreiras profissionais apresentam estereótipos, como o serviço social, e são encaradas como femininas. Essas construções são derivadas de mecanismos de poder, que buscando a manutenção das diferenças atribuíam “aptidões” próprias e designadas a homens e mulheres. A presença desses estereótipos é percebida dentro das relações profissionais, configuram hierarquias, tanto acadêmicas quanto delineadas pelas capacidades “atribuídas” pelas diferenças de gênero. O serviço social tem o traço feminino por serem as mulheres a base da constituição da profissão, e ainda hoje possui um contingente feminino elevado. Isto constitui fronteiras pautadas pelo gênero que atingem diretamente esta categoria profissional. O histórico profissional ligado à caridade, a um “fazer feminino” pode também contribuir na conformação de hierarquias no campo do conhecimento, bem como no “status” profissional.

Santos (2002), fala de mulher e assistência, apontando como o legado cultural do gênero feminino participa do processo de “menorização” do serviço social na divisão social do trabalho, distanciando-o da competitividade e do conhecimento científico, universal e impessoal. Segundo a autora muitas profissões vêm experimentando crises de identidade pela diluição dos limites de seus campos de atuação e de saber, expondo-se a ambigüidades fragilidades. As redefinições do lugar social de uma profissão, provocadas pela emergência de novos problemas, necessidades e desejos humanos e pelo desenvolvimento de novos conhecimentos e tecnologias, questionam sua legitimidade e até mesmo sua razão de existir. Para ela o cotidiano da assistente social a ensina a lidar com disputas e negociações entre a assistência como controle social e os fins emancipadores de seu fazer, as práticas emergenciais e a busca da construção da cidadania, a ajuda e o direito. Transita entre a adesão e a rejeição da compaixão, entre e a especialização e o militantismo, entre saberes instituídos e experienciais, entre discursos oficiais e profanos, entre o masculino e o feminino, o dito e o não se saber dizer.

Santos (2004) faz uma reflexão sobre o fenômeno religioso, as relações de gênero e o Serviço social, tendo em vista identificar aqueles que vivenciavam a violência de gênero no espaço doméstico, assim como as percepções que têm desta, e a reprodução dos valores sociais e morais acerca das relações de gênero. Para a autora, os fenômenos ocorrem na sociedade como fruto de relações sociais. Mulheres e homens buscam respostas para as questões destas em esferas transcendentais. Daí a multiplicação das religiões, com destaque para as evangélicas, que têm a Bíblia como principal fonte de inspiração e seguem seus preceitos e princípios. A autora considera a importância do Serviço social neste processo de identificação das contradições que permeiam a vida em sociedade. Tanto em relação à classe, à raça/etnia e ao gênero, buscando desvelar o sistema de mediações e de relações que compõem o real, o concreto.

### 3.4 – Trabalho

Há 16 artigos que se referem a esta categoria e trazem discussões sobre os aspectos do mundo de trabalho.

A feminilização da pobreza é tematizada por Amaral e Leite (2001), que problematizam os impactos das transformações no mundo do trabalho nas relações de gênero, enfatizando a particularidade da mulher no mercado de trabalho, e as implicações no âmbito das políticas compensatórias. Para as autoras, a implementação do projeto neoliberal vem acirrando a desigualdade social entre as categorias de gênero, sem respostas efetivas no âmbito das políticas públicas, concorrendo para a reprodução da pobreza entre os segmentos mais pauperizados. Segundo as autoras os estudos da categoria de gênero e os avanços e conquistas dos movimentos feministas enriqueceram as análises contribuindo para olhar a pobreza numa perspectiva de totalidade e em sua complexa heterogeneidade.

A questão das mulheres que retornam ao trabalho é foco do trabalho de Almeida e Lehfeld (2001), que analisam as representações sociais das mulheres sobre suas dificuldades após anos de ausência do mercado formal. Segundo as autoras, são diversas as dificuldades que se colocam para a mulher, que vão desde discriminações à falta de experiência profissional, como também a falta de apoio da família e as dificuldades por falta de creches. Para as autoras, houve um aumento significativo de mulheres que adentraram no mercado de trabalho nessas últimas décadas no Brasil, por outro as novas organizações do trabalho nas sociedades ditas ‘modernas e globalizadas’ criaram dispositivos estratégicos para controle do mercado de trabalho feminino.

A construção de trajetórias de trabalhadoras (es) na indústria têxtil em Sergipe, chama atenção para a complexidade das relações de gênero no mundo do trabalho, e entendimento dos impactos da introdução de inovações tecnológicas, organizacionais no setor da indústria têxtil sergipana inserida na economia globalizada, enfrentando, grande concorrência. Para Cruz (2004), devem-se desvendar transformações na reestruturação produtiva, na dinâmica do desenvolvimento industrial acelerado e processo de importação de tecnologias, por base a análise das concepções de identidade diferenciadas de acordo com os gêneros. Ocorrem fenômenos da segmentação das ocupações e forte desequilíbrio nas relações de poder. A globalização e o paradigma da flexibilidade nos obrigam a questionar, ao mesmo tempo, o lugar da diferença cultural e, particularmente, a persistência das diferenças e segmentações. As relações de gênero, como categoria de análise, são compreendidas como um processo de construção histórica e social de cunho político. Como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas em diferenças percebidas entre os sexos, apresentando-se, também, como uma forma primordial de dar significado às relações de poder. Segundo a autora, as representações sobre os papéis e a formação de homens e mulheres organizam-se de acordo com o sexo do trabalhador, com base nos elementos patriarcais. As imagens de masculinidade são associadas ao uso da técnica, força física, e as imagens de feminilidade são associadas à fragilidade das mulheres (cuidado, habilidade manual, detalhe e atenção), a execução de trabalho que não exige elevada qualificação.

A questão da mulher e a reforma agrária é tematizada em artigos que trazem a discussão de experiência de participação das mulheres na produção rural. Bezerra e Bezerra (2004), discutem gênero, organização e produção, numa ação junto ao grupo de mulheres da comunidade Paraíso em São Miguel do Gostoso/RN, que é um assentamento de reforma agrária, cuja principal intenção é o fortalecimento das mesmas para a participação na produção, sendo necessário domínio técnico e político, onde se pensa contribuir para a construção de identidade de grupo discutindo e problematizando as questões de gênero, visando à inserção na produção, a sensibilização para uma identidade de gênero e a inserção

em projetos produtivos, através de acessória ao grupo de mulheres da comunidade. Para as autoras as mulheres historicamente foram condicionadas a uma situação de subalternidade fazendo parte de um grupo de excluídos de direitos e de cidadania juntamente com os negros e as crianças.

A estrutura de organização do trabalho caracteriza atividades desempenhadas por mulheres como as reprodutivas, escondendo a dupla jornada que as mulheres enfrentam, como o trabalho na roça, a produção de artesanato, o cultivo de hortas e a criação de animais, fontes geradoras de renda desempenhadas pela mão-de-obra feminina, além de contestar a improdutividade do trabalho feminino no campo bem como sua invisibilidade ou caráter de atividade complementar. A divisão sexual do trabalho atravessa de forma crucial a problemática das relações de gênero e determina o papel do homem enquanto o de produtor, de subsistência econômica, e o da mulher de reprodutora. As atribuições para homens e para mulheres são diferentes, além das desigualdades no mundo do trabalho, as mulheres enfrentam desigualdades no que se refere a sua participação em espaços públicos decisórios. Para ultrapassar isso é necessário trabalhar questões econômicas, sociais, culturais e políticas de forma coletiva com a comunidade. A construção de identidade enquanto grupo de mulheres estando mais fortalecidas na luta pela superação de problemas comuns ganham mais força, credibilidade e enfrentam barreiras mais facilmente do que se fragmentadas. (Bezerra e Bezerra, 2004)

Outro trabalho sobre o mesmo tema aborda a questão do assalariamento e da conscientização, no caso da trabalhadora rural, onde Fischer (2000), coloca a relação capital-trabalho na perspectiva classe e gênero, em pesquisa realizada no Nordeste em empresas agrícolas de áreas irrigadas pelo São Francisco, a fim de mostrar como o assalariamento contribui para conscientização de trabalhadoras rurais. Para a autora, quanto mais consciência feminina se desenvolve, mais a mulher fica atenta às dificuldades enfrentadas, tornando-se crítica e se descobrindo como pessoa, sujeitos de sua vida, deixando o conforto da esfera privada para enfrentar o mundo e reinventar sonhos. As trabalhadoras rurais são migrantes, donas de casa que respondem pelo cuidado dos filhos, animais de pequeno porte e produção familiar, e passam a assumir dupla jornada de trabalho quando convocadas para o trabalho remunerado, sendo submetidas à exploração e aprendem a resistir e construir sua história.

Oliveira e Silva (2000), colocam o trabalho das mulheres em projetos de geração de emprego e renda na área rural como forma de autonomia ou de dependência, buscando identificar e analisar de que forma as desigualdades que marcam as relações de gênero na sociedade se apresentam no trabalho das mulheres em projetos de geração de renda e emprego da área rural e como esse trabalho se constitui instrumento de reforço da submissão e dependência ou construção de uma autonomia. Para as autoras, as mulheres são vítimas das desigualdades que marcam as relações de gênero e são limitadas ao espaço doméstico. No mercado de trabalho executam tarefas sem exigência de qualificação e com menor remuneração, enfrentando piores condições de trabalho, discriminação e preconceito para ocuparem maiores cargos. A inserção de homens e mulheres se dá de forma distinta no mercado de trabalho, pois este reproduz desigualdades que permeiam relações sociais de gênero, fazendo uso de característica atribuídas às mulheres, como fragilidade, delicadeza, o que intensifica a exploração do trabalho. A entrada da mulher no mercado de trabalho não abra perspectivas só para independência financeira e sua identidade enquanto mulher, mas para manutenção da desigualdade, discriminação e subordinação em outras esferas da vida.

Silva (2002), fala da mulher na pequena propriedade monocultora de cana-de-açúcar quanto à exclusão e alternativas de trabalho, analisando as relações de trabalho das trabalhadoras rurais no corte da cana-de-açúcar numa pequena propriedade monocultora localizada no município do Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco. Segundo ela, há exclusão da força de trabalho das mulheres na plantação de cana-de-açúcar, daí encontram como

alternativa o trabalho doméstico urbano, que as posicionam num grau de arrimo financeiro da família, se comparada à renda dos demais familiares. Mas ao se inserirem no mercado de trabalho novamente, apontam para que direção suas filhas possivelmente seguiriam, materializando a masculinização do meio rural e suas conseqüências. Para a autora o modelo de organização e gestão administrativa no campo, especificamente na monocultura da cana-de-açúcar, segue reproduzindo historicamente o paradigma fundado na centralidade, no autoritarismo e na subordinação tanto de classes sociais quanto da própria natureza aos interesses de uma cultura agrícola voltada para exportação. As relações de trabalho dentro desta visão organizacional se constroem nas bases da informalidade que extrapolará o próprio ambiente de trabalho suprimindo conflitos familiares entre cônjuges, pois a proximidade entre o local de trabalho e o lugar de moradia favorece a articulação desse tipo de dominação pessoal.

Gomes (2002) tematiza a participação e o trabalho feminino com enfoque na agropecuária do sertão nordestino. Para a autora a população rural sertaneja, tem na agricultura familiar uma saída para a sua situação de pobreza, havendo efetiva participação da mulher na produção. O trabalho feminino é relacionado ao âmbito doméstico como um trabalho complementar, que dá suporte ao trabalho masculino. Essa divisão sexual do trabalho exclui as mulheres de desfrutar do valor social ou exercer o poder social. As mulheres vêm participando de todos os grupos formais e informais existentes em Caraíbas, com organização em grupos de pressão, sindicatos e associações, possibilitando maior participação desta como um sujeito político “ativo”, que luta por melhores condições de vida e trabalho e busca a garantia dos seus direitos. Segundo Gomes (2002), a unidade doméstica é uma organização para a reprodução da força de trabalho e seus membros desenvolvem estratégias de sobrevivência e crescimento em função de suas condições concretas de vida. A produção de subsistência absorve grande contingente feminino no sertão, sendo que a força de trabalho empregada na produção é basicamente a familiar. Foi por meio da institucionalização desta associação dirigida por uma mulher, cujos componentes são do sexo feminino e masculino, que a comunidade teve a oportunidade de comprar terras com o financiamento do Fundo de Terras de Pernambuco – FUNTEPE.

Lisboa e Oliveira (2004), abordam a relação da economia solidária de mulheres trabalhadoras da região do Vale do Itajaí em Santa Catarina, centrando a análise das relações de gênero no contexto das experiências de economia solidária. A vivência grupal é a principal referência para o empoderamento das mulheres, sendo a troca de informações, a partilha das dificuldades, a socialização, a cooperação, o fortalecimento das identidades individuais, a construção da identidade grupal, as relações de afeto, os conflitos e as conquistas, elementos que foram vivenciados e percebidos por cada mulher, sujeito de sua história. Para as autoras, a economia solidária configura-se como uma forma de gerar trabalho e renda diversa da capitalista, principalmente por comprometer-se com processos democráticos, inclusivos e com sustentabilidade. As mulheres entrevistadas não enfatizam a importância da renda, mas a sociabilidade no grupo, a cumplicidade, a lógica solidária, consegue sobrepor à lógica capitalista vigente e hegemônica, evidenciando-se redes de mútua-ajuda, as trocas, a solidariedade.

O trabalho informal é tematizado por Canesqui, Chinali e Fruchi (2000), que falam da trabalhadora ambulante em Franca, traçando seu perfil para determinar suas características, considerando a convergência entre sua condição de gênero e as condições do setor informal do mercado de trabalho. As autoras procuram levantar formas de participação das trabalhadoras no processo de regulamentação do mercado popular urbano para compreender a relação entre a inserção da mulher no mercado de trabalho e suas representações a respeito de sua condição de mulher e trabalhadora, por estudo com domésticas e operárias. O uso da mão-de-obra feminina é intenso no trabalho informal, pois este representa um espaço em que a

trabalhadora tem seus papéis sociais atribuídos de mãe e dona de casa. Como resultado da globalização capitalista tem-se o crescimento do desemprego e do emprego precarizado/informal. O Estado aparece nas discussões de economia informal como implementador de políticas voltadas para formalização deste emprego, para aumentar renda dessas pessoas e impedir a expansão dessas atividades. Mas para os trabalhadores estas políticas significam possibilidade de afirmação de sua cidadania além de acesso a bens e serviços.

A inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho é tematizada em um artigo que aborda a modernidade e a tradição referenciando as relações de gênero no trabalho, tendo em vista desvendar o potencial de transformação e democratização com o processo de inovação científica voltado não só para aspectos técnicos, mas para formas de gestão de mão de obra que favoreçam essas relações sociais participativas e enriquecedoras no trabalho, significando avanços na cidadania e universalização de direitos. Para Cruz (2000), a inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho são condicionadas por imagens de separação público-privado, mundo familiar-mundo produtivo, territórios de mulheres-territórios de homens. As mulheres incorporam imagens com noção dos limites impostos a sua identidade de gênero, vivendo em negações desde a oportunidade de adquirir qualificação até seu reconhecimento. A informatização e novos modos de organização traduzem alterações na sociedade, destacando-se o processo de reestruturação produtiva e organizacional que impactam as relações sociais no uso da força de trabalho, relações de poder, formas de conflitos e resistência, novas concepções e exigências de conhecimento e qualificação do trabalho.

A questão da gestão feminina nos hospitais municipais na cidade do Rio de Janeiro é tematizada por Noronha (2002), identificando como as mulheres que exercem cargo de direção geral nos hospitais municipais da cidade desempenham sua atividade profissional, tratando dos papéis sociais, do imaginário masculino com relação ao universo feminino e suas implicações no campo de formação profissional. Analisa os discursos e aponta o estilo gerencial dessas mulheres, conflitos e impasses nas relações entre os gêneros. Para autora, a mulher se defronta com obstáculos ligados aos estereótipos que exigem atitudes dóceis e submissas, a tendência dos homens em minimizarem a sua importância enquanto profissional e o mito da dedicação integral, que tende a dificultar o acesso da mulher casada e com filhos nas atividades produtivas. Nos cargos de direção dos hospitais buscam diluir hierarquias entre os gêneros, afirmando-se nos espaços profissionais. Sentem necessidade de comprovar sua competência, estabelecendo uma luta constante para permanecer no cargo, pois os demais profissionais buscam desqualificar a sua atuação. Mas segundo a autora, há significativas mudanças, apesar das assimetrias ainda existentes entre os gêneros no universo da produção, são mais altos os níveis de escolaridade relativos ao sexo feminino, com presença maior das mulheres em cargos gerenciais, apesar de todos os obstáculos existentes. A área da saúde vem incorporando um maior número de mulheres em seu quadro funcional. Devido à entrada destas nos cursos de nível superior relacionado à saúde, serviço social, enfermagem, nutrição, proporcionando maior participação feminina, daí a feminização de profissões consideradas masculinas.

A questão das mulheres chefes de família é abordada por Araújo (2002), aborda a questão das mulheres chefes de família em meio popular urbano nordestino, pois possui experiências e observações ligada a implantação de associações de moradores da região metropolitana da cidade do Recife - Pernambuco. Com atenção dirigida para as transformações que ocorriam nas atividades tradicionais reservadas as mulheres do meio popular desta região, e o crescimento da participação feminina nos grupos associativos e no mercado de trabalho. Segundo a autora, as atividades profissionais exercidas pelas mulheres chefes de família são normalmente atividades de origens domésticas, pois não possuem uma

formação profissional e sua participação no grupo associativo representa uma forma de sociabilidade. Daí a condição de mulher e pobre vem se juntar ao fato que elas residem em países ou regiões, onde as estruturas sociais e culturais, as transformações econômicas, sociais e políticas conduzem a um reforço das características de exclusão, resultando desse processo a ausência do homem como provedor masculino. Esta mulher é aquela responsável por uma unidade doméstica, sobre a qual recai a responsabilidade da sobrevivência de seus filhos (as), parentes e companheiros.

Jorge e Ribeiro (2004) apresentam a relação mulher delegada e delegada mulher, focalizando a concepção que a mulher delegada tem do exercício de sua função como delegada mulher e reflete o processo contraditório das relações de gênero no contexto da DEAM com mulheres vitimizadas. As autoras reconhecem nas delegacias, o espaço profissional da prática da assistente social, político em si e estratégico na defesa do direito à diferença, assim como a necessidade de uma releitura sobre a perspectiva relacional de gênero e poder, enquanto processos sociais, e os espaços da sociabilidade em que se exprimem a diferença e a complementaridade de papéis. Segundo as autoras ser mulher e delegada tem consequências sociais importantes, pois torna a delegada mulher um ponto de referência para outras mulheres, principalmente, nas cidades do interior onde se encontram mais presentes os problemas de submissão feminina do que nas capitais. A mulher delegada representaria um modelo de sucesso profissional, uma prova da possibilidade que tem a mulher em conquistar espaços importantes na sociedade brasileira, inclusive, postos de comando monopolizados pelos homens. Para as autoras as diferenças nos procedimentos adotados no trabalho, portanto, não passam pelo sexo, mas passam pelo gênero, em função da estrutura de sociedade conjugal, arranjo familiar e divisão dos trabalhos domésticos existentes. Estão presentes as diferenças de gênero no modo da mulher compreender os atos de agressividade e violência que vitimizam as mulheres, cujos procedimentos, de acordo com o arquétipo feminino, sobressaem-se em relação aos homens.

A questão do desemprego é tematizada em artigos que trazem a discussão da problemática e alternativas para seu enfrentamento. Almeida e Sales (2004), colocam o desdobramento do projeto “Percurso e Astúcias da Desigualdade” que centra a atenção na área do desemprego. As autoras se inspiram em leituras que indicam a dificuldade do mercado em absorver a mão-de-obra do portador de deficiência, buscando conhecer o movimento que esses trabalhadores fazem para se inserirem. Relata a atuação do balcão de emprego dos deficientes, ministério público, delegacia regional do trabalho, ministério do trabalho, além das ONGs que atuam na área. O número de organizações e associações que atuam na área, de forma articulada, revelam a existência de uma política que favorece a escolarização e a formação profissional e podem contribuir para relativizar a face perversa do desemprego que marca os portadores de deficiência. Para Almeida e Sales (2004), a sociedade tem excluído as pessoas com deficiência de todas as formas de participação e o mercado de trabalho é um reflexo disso. Ele que poderia configurar-se como porta de entrada para a construção e desenvolvimento dos direitos dessas pessoas, apresenta-se como principal canal de exclusão que se impõe aos portadores de deficiência de modo geral. Há um acentuado grau de exclusão, dado sobretudo pela combinação de um preconceito sutil que, aliado à falta de conhecimento legal dos empregadores.

O desemprego juvenil na sociedade brasileira é discutido por Costa e Silva (2004), em Ponta Grossa na década de 90, analisando os fatores que se relacionam com essa problemática e as alternativas para o seu enfrentamento, buscando identificar qual o rebatimento do desemprego na vida dos jovens no que tange a questões econômicas, familiares e sociais. Para as autoras falar em juventude envolve ter clareza que essa não é uma classe homogênea e alguns fatores como classe social, escolaridade, gênero pode contribuir ou dificultar a inserção no mercado de trabalho. Não são os elementos centrais

para a compreensão do desemprego juvenil, mas apresenta-se como pano de fundo da análise, em que nosso direcionamento se dará pela ótica da compreensão da política econômica adotada na década de 1990 e seu reflexo no mercado de trabalho de forma geral e especificamente para esse segmento social. O desemprego não pode ser observado somente pela ótica do trabalhador como responsável pela situação da exclusão do mercado de trabalho, mas sobretudo deve incorporar a análise, as flutuações do mercado de trabalho, sua incapacidade de gerar novos postos para a população que se inserem anualmente em idade economicamente ativa, os jovens acima de 16 anos. Essa estagnação do mercado derivado da falta de crescimento econômico torna-se incapaz de acompanhar a PEA que chega ao mercado a procura de vagas, o que agrava o desemprego juvenil.

### ***3.5 – Sexualidade, Saúde e Direitos reprodutivos***

Esta categoria apresenta 14 artigos. Alguns artigos tematizam a questão da saúde reprodutiva. Costa, et al. (2001) discute o processo de medicalização do corpo feminino e sua conseqüente influência na assistência em saúde das mulheres, no período da gravidez e no interior da assistência pré-natal. A partir de uma perspectiva de gênero, a compreensão naturalizada da reprodução e da sexualidade termina por transformar o corpo da mulher em objeto do saber médico. É imprescindível a atuação deste profissional no pré-natal, bem como a efetivação de seu trabalho na busca e implementação de políticas sociais que atuem na prestação de uma assistência de qualidade a essas mulheres.

Santos (2004) identifica que o assistente social deve ressaltar a importância do tratamento para a preservação da vida interagindo com as pacientes num processo educativo de desmistificação da doença e de enfrentamento à mesma, quanto aos tabus e preconceitos presentes no imaginário coletivo no que se refere ao câncer de mama, garantindo acesso aos direitos constituídos aos pacientes portadores de neoplasia maligna. O câncer de mama é a primeira causa de morte entre as mulheres brasileiras e um dos mais cruéis para a mulher, não apenas pela sua agressividade, mas por acometer o órgão que simboliza a feminilidade, a maternidade e a sexualidade. A mastectomia, que implica na perda total da mama, traz um impacto social e psicológico que tende a ser profundo. A perda de uma parte tão impregnada de valores estéticos sensuais e maternais gera cicatriz profunda na vida da mulher e de seu parceiro. Os efeitos são devastadores na imagem corporal e na confiança sexual. O medo de ser rejeitada pelo parceiro, sentimento de não ser mais atraente nem feminina, a baixa auto-estima são sentimento muito presentes nas mulheres que vivem ou viveram o dilema do câncer de mama.

Cavalcanti, et al. (2004) analisa a produção teórica sobre a participação masculina na saúde reprodutiva na década de 90 em três periódicos, para identificar a produção, caracterizar os artigos levantados e analisar a visão dos autores sobre a participação masculina na saúde reprodutiva nesse período. A restrita participação do homem nas práticas que envolvem a saúde reprodutiva dificulta o pleno exercício dos direitos sexuais e reprodutivos, trazendo o desafio de reconhecimento da inclusão dos homens nas políticas públicas e a reduzida produção teórica sobre o tema, o que pode ser atribuído ao número ainda insuficiente de grupos de pesquisa no Brasil e na América Latina que vêm trabalhando com o tema da masculinidade. No campo das políticas públicas voltadas para a saúde reprodutiva, não existe um programa específico para a população masculina.

Pougy (2002) reflete sobre o contexto no qual as relações paradoxais são forjadas, a ressonância destes processos nas formulações teóricas e o impacto no desenvolvimento de ações programáticas da única política pública destinada ao campo da reprodução. A recorrente

negativa do uso do condom por parte dos homens pode ser uma forma de expressar uma reação negativa na empreitada de divisão de responsabilidade. Os papéis sociais masculino e feminino produzem discriminações que incidem sobre o corpo. A reprodução dos seres humanos e a contracepção, são fenômenos sociais complexos pois além de tornarem visíveis a competição das identidades fundamentais. O exercício da sexualidade e a procriação não implicam um relacionamento heterossexual, podendo ser consequência da reprodução assistida, homens e mulheres têm sofrido profundas e necessárias interpelações de gênero, somando-se múltiplas possibilidades de exercício da cidadania reprodutiva.

Castro (2004) faz um debate sobre a avaliação da qualidade da atenção em saúde, especialmente em saúde reprodutiva, tomando como referência as reflexões no campo das relações de gênero. A saúde das mulheres é fortemente afetada pela extensão e pela qualidade dos serviços de saúde. Estudos identificam maiores iniquidades de gênero no acesso aos serviços e na forma com que homens e mulheres são tratados pelos sistemas de saúde. Mulheres são as maiores usuárias dos serviços de saúde, entretanto, estão pouco representadas nos processos de decisão e de formulação de políticas públicas de saúde. E pouco cuidado é dispensado às desigualdades e às diferentes necessidades entre homens e mulheres na definição da qualidade da atenção em saúde. Uma atenção de boa qualidade em saúde reprodutiva é aquela que, junto com a resolução do motivo da consulta, contribua para modificar a subvalorização das mulheres, assim como também, para promover a apropriação de sua corporalidade e o exercício dos seus direitos.

Santos (2004) faz reflexões sobre o masculino na reprodução, um campo de muitos silêncios, em especial sobre o medo masculino de engravidar, revê práticas de educação em saúde reprodutiva, considerando os impasses decorrentes da feminilização dessa área, abre e amplia a discussão dos modelos de ações no campo da saúde preventiva na esfera da sexualidade e reprodução. Examina a introdução da presença masculina nos assuntos da saúde reprodutiva e as inovações daí decorrentes, considerando processos culturais e avanços de pesquisa na promoção da saúde e da qualidade de vida. A saúde reprodutiva e o cuidado com os filhos têm sido considerados como responsabilidade feminina. Alguns homens dividem as tarefas domésticas, cuidam dos filhos e partilham as responsabilidades referentes à saúde reprodutiva. Essas relações esboçam indícios de transformação das relações entre homens e mulheres, contribuindo para a promoção da equidade de gênero. Tensões indicam as dificuldades ocasionadas pelo processo de "desfeminilização" de um campo considerado feminino, da saúde reprodutiva. Há incorporação dos homens nestes assuntos e responsabilidades, apontamos a busca por vasectomia e o crescente interesse dos homens pelos assuntos da sexualidade e reprodução, tem sugerido mudanças nas práticas do PAISM. Os direitos reprodutivos e sexuais não podem ser discutidos separadamente, pois a noção de sexo seguro inclui práticas sexuais diversas em suas discussões.

A questão da sexualidade e direitos é tematizada em alguns artigos. César e Mendonça (2001) falam da desconstrução das disposições adquiridas no curso da vida, por força dos dispositivos disciplinares que, através da educação, reproduzem nos sujeitos, os valores dominantes, marcando nos seus corpos, as normas de controle social. Corpo e sexualidade estão carregados de símbolos, sendo objetos privilegiados de controle e de repressão, trazendo consequências para a identidade feminina e sua auto-estima. As construções sociais de gênero formatam práticas e discursos por meio de processos educacionais, introduzindo o habitus do controle, da repressão no corpo e sexualidade. As relações sociais de gênero são suficientemente estruturadas para identificar não só uma assimetria, mas hierarquia. Essas relações na dinâmica conjugal e familiar se colocam subjacentes à condição feminina de passividade, aceitação e fidelidade em face do desinteresse sexual do marido. Revelam o controle sobre o corpo feminino na repressão do desejo sexual.

Nascimento (2004) aborda algumas idéias relacionadas às questões de gênero e sexualidade e, mais precisamente, enfatiza como foi possível o surgimento do termo homossexualismo, significando prática sexual pervertida, anormal. Como a construção da masculinidade e da feminilidade tendo enquanto foco principal a sexualidade, desvinculando o gênero e a sexualidade das funções biológicas de reprodução. A construção social do gênero, entendido como relações sociais fundadas no determinado para os homens e mulheres seguirem, determina características, atributos, jeitos e comportamentos de homens e mulheres. Há uma multiplicidade de tipos de masculinidade e feminilidade que correspondem a diferentes inserções dos homens e das mulheres na estrutura social, econômica, política e cultural e a trajetórias e fases diferentes do ciclo de vida de cada sujeito. Na nossa sociedade, há uma construção social da masculinidade que desvaloriza o feminino e reforça valores associados à masculinidade dominante. A determinação de gênero delinea a sexualidade: quem faz o que e com quem. Identidades sexuais e “normalidade” estão circunscritas no contexto da dominação da mulher pelo homem.

Minayo e Zucco (2004) fazem um estudo das noções de gênero e de sexualidade presentes nas revistas voltadas para o público feminino, com reflexões de sexualidade e gênero presentes no projeto de doutorado, desenvolvido no Instituto Fernandes Figueira/Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ. Necessidade de compreender como a sexualidade é tratada na dinâmica da interação indivíduo e sociedade, mediatizada pela comunicação. O material produzido pela revista *Cláudia* oscila entre a reprodução e a alteração da condição secundarizada da mulher. As reportagens são informativas e garantem conhecimentos esclarecedores às mulheres sobre temas que fazem parte da sua vida cotidiana e, em outros, com um discurso inovador e de liberdade e autonomia, traz o que é de mais conservador. A mulher é colocada como produto a ser consumido por homens e pelo mercado feminino, mantém as desigualdades sociais existentes entre homens e mulheres, e reduz a vivência da sexualidade feminina ao sexo. A noção de gênero é uma categoria de análise histórica utilizada para a compreensão do papel da mulher e do homem no transcorrer dos tempos, e permite compreender como os mesmos vivem e exercitam suas sexualidades no âmbito público e privado. A sexualidade é entendida como um instrumento relacional de construção da subjetividade e da identidade social dos sujeitos. O conceito de relações sociais de gênero permite, ainda, compreender como homens e mulheres vivem e exercitam suas sexualidades no âmbito público e privado.

Mesquita (2004) identifica o início de ações e questionamentos no âmbito do movimento cada vez mais crescentes, identificados à necessidade de ampliar o debate e a reflexão propositiva acerca dos direitos sexuais de lésbicas. É preciso ultrapassar a compreensão da sexualidade como possuidora apenas de uma dimensão privada, compreender o direito à liberdade de orientação sexual como um construto histórico-social e ideológico que assume um sentido estratégico para a compreensão da individualidade humana, na construção de uma sociabilidade humanista não alienada e alienante das capacidades e potencialidades emancipatórias. O feminismo como pensamento crítico e prática política tem cumprido um papel fundamental, desde 1960, de questionamento do modelo patriarcal de construção da sociedade, de ruptura com uma identidade socialmente atribuída ao gênero feminino. A dimensão pública tem a obrigação de garantir e efetivar as diferentes expressões afetivo-sexuais como direitos humanos. A das lésbicas é da existência humana e não pode permanecer ocupando o lugar da invisibilidade, pois se não há políticas públicas, não há direitos, não há exercício efetivo de cidadania.

Ferreira (2000) revela como ocorre a educação sexual das adolescentes no diálogo com suas mães, mostrando como a questão de gênero marca esta relação da educação entre pais e filhos. Os adolescentes precisam de diálogo e ser ouvidos e defender suas idéias para que com respeito possam amadurecer de forma saudável. A família é única em seu papel

determinante no desenvolvimento da sociabilidade, afetividade e bem-estar físico dos indivíduos, onde se dá reprodução das relações de gênero. Por isso, educação sexual deve se iniciar dentro de casa, mas persiste a vergonha como condição para ausência de diálogo. Mas cabe também as escolas, profissionais e sociedade como um todo. Os valores sexuais da sociedade reprimem a vida sexual de adolescentes, mas os meios de comunicação estimulam sexo através de propagandas, programas, filmes, e por isso o adolescente se vê pressionado a desenvolver atividade sexual deturpada, com preconceitos morais e bloqueios afetivos.

Siveira (2002) acompanha os candidatos à cirurgia de redesignação sexual, bem como seus familiares, pela abordagem individual e grupal, contando para isso com uma equipe interdisciplinar. Daí busca conhecer como as famílias enfrentam a questão do transexualismo de um dos seus membros, a fim de estabelecer as estratégias de intervenção. Nos meninos, a identificação transgênérica se manifesta por preocupação com atividades femininas, vestirem roupas de meninas, atração pelos jogos e passatempos de meninas, evitam brincadeiras violentas e brinquedos tipicamente masculinos, expressam desejo de ser meninas e ao crescerem serão mulheres, tem repulsa pelo pênis, escondendo-o e até fazendo referência de extirpá-lo. As meninas negam-se a usar roupas e adereços femininos, são confundidas com meninos e procuram adotar apelidos para serem chamadas, seios e a menstruação são fatores de intenso sofrimento. Segundo a autora, no transexualismo, a pessoa desenvolve uma identidade sexual condizente com a do sexo biológico oposto ao seu, sendo fonte de sofrimento diante da inconformidade com o seu corpo e características genitais, as quais rejeita, não as reconhecendo como possibilidade de nascentes de prazer. O transexual não usa os seus genitais como fonte de prazer mas, abomina-os no caso dos homens, não aceita a ereção do pênis nem a ejaculação. Os travestis gostam de se vestir como os do outro sexo, mas encontram prazer sexual através dos seus genitais e jamais pensariam em recorrer à cirurgia de transgenitalização. Os homossexuais estão em conformidade com o seu sexo de nascimento, gostam do seu corpo, apenas encontram prazer sexual com pessoas do mesmo sexo.

Góis (2002) aponta os traços principais da representação do homoerotismo feminino na imprensa brasileira na qual ponho em discussão a extensão da presença lésbica na mídia, a natureza dessa representação e os “tipos” de lésbicas apresentados. As diferentes instituições da mídia detêm uma enorme capacidade de criar verdades sobre coisas e grupos sociais que circulam entre nós. Colaboram para a estruturação de condições emancipatórias de grupos minoritários, e podem agir de forma deletéria contribuindo para a não-construção de identidades coletivas politicamente fortalecidas. Há pouco desenvolvimento dos estudos sobre a homossexualidade. Junto a isso também tem a invisibilidade lésbica e sua subcultura. Por fim, a forma como o lesbianismo é culturalmente construído entre nós – uma situação transitória pela qual passa uma mulher com dificuldades, também temporárias, com homens – pouco ajuda a uma maior explicitação do tema.

Mesquita (2004) faz reflexões acerca de aspectos de identidade, gênero e homossexualidade em grupos religiosos afro-brasileiros, particularmente em grupos de candomblé, para pensar algumas possíveis contribuições de um olhar antropológico sobre objetos comuns a vários campos do saber, perceber como os sujeitos constroem identidades e significam experiências relativas à sexualidade e como estas podem ser compreendidas na dinâmica dos grupos religiosos. O pai-de-santo “exige” ser chamado de homossexual, e não de “veado”, “bicha” ou “adé”, e uma filha-de-santo quer ser chamada de lésbica, e não de “roçona” ou “sapatão”. Ela reivindica visibilidade e respeito, também, nos grupos religiosos. A expressão da sexualidade dos homens continua dominar o discurso de homens e mulheres religiosos. A homossexualidade masculina que assume posição de destaque quando se pensa em homens, mulheres, sexualidades e universo religioso; ela é constitutiva da estrutura religiosa mas a ênfase em um ou outro aspecto do que compõe o contínuo será determinada

pela forma peculiar como ela se apresenta na realidade, tendo em conta as particularidades dos momentos e das produções sócio- históricas.

### **3.6 – Movimentos sociais**

Esta categoria possui 12 artigos que tematizam questões relacionadas às políticas sociais e o direito de cidadania, a discussão do processo de luta por terra e a participação feminina neste.

Campigoto, Candido e WilWert (2001) falam da importância da criação e implementação de políticas públicas voltadas para inclusão feminina como maneira de enfrentamento às relações de exclusão e marginalização histórica dessa parcela da população. As mulheres vem participando na esfera pública através de grupos comunitários de mulheres, caracterizando-se enquanto sujeitos sociais. Mas essa inserção ainda é cheia de contradições. O trabalho fora do lar e a busca pela igualdade e cidadania foram aos poucos introduzindo as mulheres no espaço público, porém sem que estas abandonassem as suas funções no espaço privado.

Dierings, et al. (2004) fazem um relato do acompanhamento ao processo que formulou e realizou a Conferência Regional de Cascavel – PR e da Plenária Municipal de Toledo de Políticas para as Mulheres que teve o objetivo geral de contribuir com a formulação e proposição de diretrizes para fundamentação dos Planos Estadual e Nacional de Políticas para as Mulheres. Para os autores a noção política de gênero se relaciona as organizações e instituições sociais, ao mercado de trabalho, a educação, ao sistema político. Dadas as características da condição feminina de subalternidade aos homens nas relações de poder, geralmente as organizações institucionais tem suas ações voltadas para as mulheres e se vinculam ao gabinete dos governos executivos ou a pastas executivas que com raras exceções tem como finalidade essencial as relações de gênero ou a condição social sexuada. Para as autoras incorporar aos processos das lutas por políticas sociais vem significando a continuidade na busca de uma sociedade mais democrática e com perspectiva de se construir outras possibilidades que significam o fortalecimento dos processos de resistência às formas de exploração e de dominação capitalista.

Ferreira e Frota (2004) problematizam o movimento feminista e de mulheres no Brasil que se fez presente na construção das políticas de saúde e na elaboração de uma política de saúde para as mulheres, desde o final dos anos 70, quando sob a influência do feminismo de segunda onda, formam-se no Brasil grupos feministas de saúde da mulher, ao início dos anos 90, quando se consolida a implementação do Sistema Único de Saúde - SUS enquanto sistema organizativo da saúde no país. Colocam a saúde como exemplo a ser analisado, no contexto brasileiro, consubstanciado na defesa de uma atenção integral à saúde das mulheres, com a reapropriação do saber sobre o corpo por parte das mulheres como condição de autonomia, como marco inicial. A centralidade que o tema da saúde ocupa nestes grupos e a posterior preocupação com a qualidade da assistência, quando se ensaiam análises sobre a imbricação entre relações de gênero e classe no contexto de vida das mulheres brasileiras. Existe a formulação de novos campos de direitos e na intervenção mais direta sobre a política de saúde, mas a saúde é um dos núcleos centrais dos aportes feministas nas duas últimas décadas e do próprio direcionamento da atuação feminista no âmbito das políticas sociais no Brasil. As políticas de saúde direcionadas às mulheres, até o início dos anos 80, tinha caráter fundamentalmente materno-infantil, pressupunham a “mulher-mãe” como “sujeito” a quem se direcionaria a política de saúde. As proposições feministas em torno do direito a saúde, em meados da década de 80 focavam na elaboração de um campo de necessidades de saúde e de

garantia de direitos, a “saúde da mulher”, com fim primordial transformar esse direcionamento da medicina e das políticas de saúde, confrontavam as práticas de controle do corpo feminino, em função da reprodução, seja para assisti-la, como para controlá-la.

Alemida e Torres (2000) falam da relação entre experiência da violência estatal e constituição de sujeitos políticos com ênfase no protagonismo das mulheres, no regime ditatorial e década 90, esta marcada por chacinas urbanas por policiais civis e militares contra integrantes de classes populares, com conteúdo racista e classista, analisando o impacto destas no cotidiano das famílias brasileiras e a emergência da mulher na cena política pelas reivindicações de justiça. A violência pelo Estado, seja com escopo político sob tortura e assassinatos de presos, seja pela violência urbana tem dado origem a lutas e a movimentos de resistência liderados por mulheres. Os rearranjos familiares provocados por estas, implicaram mudanças nas relações familiares e convívio social, e subjetividades das mulheres com olhar mais crítico para a sociedade, ultrapassando os limites da maternidade e desvendando processos políticos e sociais mais amplos. As lutas de mulheres-mães contra a violência estatal no Brasil tem determinações de classe, gênero e etnia e não podem ser problematizadas pela simplificação do passado ou presente, mas pela busca de sentido histórico. As identidades das mulheres se definem a partir do acontecimento trágico, em que a maternidade é base de construção das possibilidades de lutas.

Freitas e Santos (2004) analisam o movimento de resistência à ditadura militar na escola de serviço social da UFF. O objetivo das autoras foi conhecer e dar voz a algumas mulheres que fizeram parte desse movimento, resgatando fragmentos da história profissional, sejam elas de lutas ou histórias de mulheres. Segundo Freitas e Santos (2004), a atuação na resistência à ditadura, mudou a vida dessas mulheres, que conseguiram escapar de seus cotidianos e dos papéis que lhes eram atribuídos. Orde transitavam, não parecia existir a distinção homem/mulher. Mas a ditadura ou seus reflexos, ainda está muito presente na vida das pessoas que a viveu, mesmo após quase 20 anos de seu término.

Fernandes (2000) analisa fatores determinantes do distanciamento da mulher dos diferentes espaços de participação e organização política no meio rural e apreender o sentido atribuído pelas próprias mulheres, identificando mecanismos ideoculturais que possibilitam a compreensão da ausência ou da quantidade de sua participação nestes. Reconhecimento da participação nos diferentes espaços de organização da comunidade (Igreja, cooperativa, associação comunitária), mas muitas das mulheres deparam-se com dificuldades que inviabilizam a sua atuação de forma efetiva nesses espaços. Há dificuldade em conciliar trabalho doméstico com participação política na comunidade, além do tempo que muitas ainda precisavam dispensar para ajudar o marido nas idas ao campo. A problemática inerente à questão de gênero é mais uma expressão da questão social sendo necessário aprofundar as discussões e investir no conhecimento desta, implicando atenção às novas demandas que estão sendo que estão sendo postas.

Arazola (2000) fala em ampliar o debate do serviço social sobre o “sujeito popular mulher” enquanto “sujeito cidadão gendrado” e de classe, participando num espaço político ainda sob domínio masculino. Para as lideranças masculinas e femininas entrevistadas, participar é fazer-se presentes, assistir as reuniões das associações, conselhos, federação, orçamento participativo, aprovar propostas que a estas chegam, não é tomar parte, mas decidir, argumentar, fazer uso da linguagem como sujeito do discurso. Os homens são conscientes da dominação que exercem sobre as mulheres, o que não está claro para as mulheres que não percebem diferenças de poder e oposições nos espaços institucionais e de representação popular, o que só se dá em casa. Estudos contestam o desinteresse e não participação política das mulheres, já que sempre estiveram presentes nos diferentes tipos de mobilizações e ações coletivas políticas, além de ter participação crescente nos movimentos sociais, como o popular de bairro, e também na política formal do poder local. Isto revela que

o homem não é mais sujeito político universal nem de sujeito universal de direitos. As mulheres são também um sujeito político, que como os homens, é gendrado, múltiplo, heterogêneo e lutam para tornarem-se sujeito de direitos civis, políticos e sociais.

Melo (2002) busca romper com a dicotomia que em geral existe - trabalhar as relações de gênero apenas com mulheres - convocando também os homens para participarem das discussões. A proposta do MST de um homem e uma mulher emancipados encontra-se distante de ser alcançada, haja vista que muitos dos valores pré-estabelecidos dentro da sociedade capitalista patriarcal encontram-se reproduzidos no cotidiano dos assentados sem que estes tenham consciência de suas condições e consigam superá-los, reproduzindo dentro da célula familiar os mesmos valores. As transformações ocorridas nas relações sociais vêm construindo novas formas de participação e resistência da sociedade civil frente às demandas que passam a deixar de serem vistas como uma crise que afeta a população explorada, mas como um problema gerado por um sistema econômico que gera desigualdades entre as classes, gêneros e etnias.

Santos (2004), fala da participação das mulheres no Movimento dos Sem Terra - MST no processo de luta por terra, observando as relações estabelecidas nas famílias acampadas no Terra Prometida, levando em conta a totalidade histórica, além de verificar a organização do trabalho, expressa na divisão de tarefas nos espaços do movimento e a distribuição de cargos, levando em consideração as relações de gênero. Segundo a autora a participação da mão-de-obra do tipo familiar o trabalho da mulher e dos filhos é como ajuda. A remuneração é direcionada para o chefe de família, seja em serviços temporários ou permanentes. A desigualdade de gênero está presente na história de vida dos acampados, nas mulheres com a submissão social e cultural dos antepassados da nossa sociedade, onde o trabalho feminino na produção e reprodução dos núcleos familiares é fundamental para o desenvolvimento de uma comunidade, porém, não é reconhecido. A mulher ocupa, historicamente, em diversas culturas, a posição de submissão na qual foi colocada devido a sua capacidade biológica de reprodução. Já para o homem, coube-lhe a responsabilidade com a produção de bens materiais e de comandar e organizar as relações sociais nas sociedades.

Santos (2004), trata da participação de lideranças femininas na construção do MST cearense, a partir dos cargos de direção ocupados por mulheres pioneiras na construção do movimento no Estado. Buscando a descrição das formas de inserção, permanência e performance política dessas mulheres, no intuito de qualificar o seu habitus político, apreender o discurso do movimento sobre a emergência de um novo homem e uma nova mulher e as formas de engendramento das relações de gênero e de poder no MST. As lideranças femininas, mesmo com filhos, priorizam o trabalho político no MST, recorrendo à família e aos companheiros do movimento para a educação e o cuidado compartilhados dos filhos. As mulheres têm companheiros que estão envolvidos no movimento. Os dirigentes e militantes mantêm com os apoiadores uma relação de proximidade, de afeto e de geração de uma tendência a englobar todos no MST com uma relação de reciprocidade. Para a autora há um movimento de institucionalização de espaços de discussão vinculadas à temática das relações de gênero. O setor de gênero é uma esfera aberta para a formação de militantes com uma nova visão sobre a relação entre os gêneros. As lideranças femininas jogam muito bem esse papel de congregação de novas adesões. A parceria é fundamental para a sobrevivência do movimento como estrutura que necessita de recursos humanos qualificados para assessoria em alguns momentos específicos e apoio financeiro para suas atividades.

Machado (2002), apresenta um estudo de impactos diferenciados para homens e mulheres num projeto de reassentamento urbano em Belém-PA. A política de assentamento para a área CDP permitiu ou não forjar novas sociabilidades ressignificar sentimentos, crenças e práticas que estruturam identidades e relações de homens e mulheres pertencentes às famílias reassentadas, além de outros rebatimentos objetivos como a rede de serviços, infra-estrutura

urbana e a organização comunitária. A cidade de Belém apresenta um cenário urbano marcado por desigualdades no que se refere à ocupação de seu espaço, revelando a segregação e a carência de políticas públicas eficazes. Condições de insalubridade e inadequação destes espaços componentes de maior significação transversal a estas relações, refere-se aos sistemas sexo-gênero, pois igualmente imbricadas àquelas dimensões, constituem-se ainda representação elementar das relações de poder.

Oliveira (2002), aborda a organização das mulheres e a estratégia de sobrevivência no semi-árido, no caso de Carnaúbas-Arcoverde-PE, investigando a mobilização e a organização dos pequenos produtores rurais em associações como estratégia de sobrevivência face à seca no semi-árido pernambucano. Buscando analisar a participação das mulheres nos moldes da agricultura familiar de produção, a partir de uma abordagem crítica de gênero. Segundo a autora, as mulheres administram as necessidades de todos cotidianamente, sejam problemas relacionados com a escassez de terra, de moradia, ou com a degradação ambiental, organizam politicamente para discutir sobre o que fazer para continuar sobrevivendo e a gestão dos recursos necessários para garantir a subsistência de suas famílias, são líderes nas lutas pela provisão da subsistência coletiva nas organizações da comunidade rural, tornando visíveis suas prioridades e os modos como elas devem ser alcançadas. A organização em associações, sejam de reivindicação ou de produção, vem sendo uma das mais importantes estratégias para o enfrentamento da seca utilizadas pelos pequenos produtores rurais que dependem da agricultura de subsistência, considerada como uma economia não-monetária. As mulheres são indispensáveis na unidade familiar de produção e consumo rural, quer no trabalho reprodutivo, produtivo ou na gestão dos recursos naturais.

### ***3.7 – Exploração sexual***

Há 04 artigos relacionados a esta categoria que apontam para o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Encarnação e Scherer (2002), identificam a incidência de uma nova expressão da questão social configurada nas rotas intermunicipais, interestaduais e internacionais. O tráfico de mulheres e adolescentes para fins de exploração sexual assume uma das dimensões da questão social no Amazonas na medida em que se entrelaça a outras questões como: trabalho infantil e adolescente, esquemas de exploração sexual, situações de abandono, violência sexual, prostituição infanto-juvenil, e turismo sexual. As autoras colocam as necessidades humanas dessas jovens pertencentes às classes subalternas impõem-lhes as condições de vulnerabilidade social e se submetem aos interesses inescrupulosos dos aliciadores e traficantes ultrapassando as fronteiras nacionais em busca de melhores condições de vida. Ressaltam que embora discreto na sociedade brasileira, o tráfico de seres humanos constitui-se em uma das formas de exploração sexual que, atualmente, no Brasil e, em particular na região norte, vem assumindo enormes proporções. Há conexões entre a questão do Tráfico de Mulheres e Adolescentes para fins de Exploração Sexual e a crise social na realidade brasileira contemporânea que atinge as várias dimensões da vida social.

César e Leal (2002) fazem um estudo estratégico sobre o tráfico apoiado pelas redes locais e internacionais de enfrentamento da questão através de Planos de Ação referendados por suas agendas políticas, que compromete a sociedade e o governo na busca por uma maior visibilidade do problema, até então diluído na burocracia estatal, silenciado pela corrupção e ocultado pelas redes de exploração sexual comercial. As autoras consideram o tráfico para fins de exploração sexual comercial resultante das contradições sociais acirrada pela globalização, fragilização dos Estados Nações, aprofundando as desigualdades de gênero, raça e etnia. Colocam que a natureza clandestina do crime, reforçada pelas vítimas, garante, aos traficantes,

a censura que silencia o sujeito violado, resguardando as redes de mercantilização do sexo, restringindo a visibilidade do fenômeno. Encobrem o tráfico condições sociais de mulheres, crianças e adolescentes, e à violência de gênero, de raça, de etnia e das relações "adultocêntricas", que são determinantes para tornar o tráfico "invisível". As pessoas são exploradas não somente nas atividades sexuais comerciais, mas também de outras formas, como o trabalho forçado e escravo na agricultura, na fabricação de produtos, nas casas de entretenimento, na pesca e nos serviços domésticos.

No que tange aos direitos humanos, César e Leal (2002) afirmam que essa forma de tráfico configura-se como relação criminosa de violação de direitos, exigindo, portanto, um enfrentamento que responsabilize não somente o agressor, mas também o Estado, o mercado e a própria sociedade que, de uma forma ou de outra, contribuem para a vulnerabilização dos sujeitos violados.

Felizardo, Melo e Zürcher (2004) propõem uma contextualização do abuso sexual e da transgressão do tabu do incesto no Brasil, analisando o processo de visibilidade desses fenômenos em uma realidade específica, para abordar os modelos de interpretação da violação do incesto, tendo como base correntes teórico-explicativas correspondentes. Descrever e analisar a relação incestuosa, especialmente entre pai e filha, por ser o tipo de abuso sexual mais visibilizado na pesquisa de campo. Segundo as autoras há maior prevalência de abuso sexual sofrido pelo sexo feminino. Mas os estudos comprovam, que ainda prevalece o homem como principal autor do abuso sexual. Considerando-se o local de ocorrência desses atos e/ou o autor do abuso, o espaço doméstico e os membros da família, respectivamente, têm ocupado posições de destaque. A violência contra a criança e o adolescente tem formas e graus diferenciados de manifestar-se, segundo as autoras. Com a ausência de estudos no Brasil direcionados para crianças e adolescentes do sexo masculino em situação de violência sexual, tem-se a dificuldade dos programas de atendimento notificar essa especificidade do fenômeno.

Chupel e Schmickler (2004), falam da história de vida das mães cujas filhas sofreram abuso sexual por parte de seus companheiros foi o foco da pesquisa. As autoras buscaram analisar mais profundamente o motivo pelo qual essas mães se sentiram encorajadas a denunciar o abuso sofrido por suas filhas, já que uma grande parcela de mães se sente incapaz de proteger e denunciar a violência sexual que acontece dentro de seus lares. O discurso das mães protetoras de crianças e adolescentes abusadas sexualmente pelo pai ou padrasto foi permeado por ambigüidades e contradições em que se mesclaram indícios de culpa e justificativas para a ocorrência do abuso. O oferecimento de recompensas em dinheiro e guloseimas para a vítima do abuso, que costuma fazer parte integrante das estratégias de sedução do abusador é interpretado pela mãe como revelador de boas relações pai-filha, ou padrasto-filha, e de amor paterno. Para as autoras a mãe reproduz na vida adulta a qualidade dos cuidados recebidos na sua infância, e as mães que foram protegidas constroem um processo de resiliência, ou seja, conseguem ressignificar traumas vividos. Isso é um aspecto preponderante para a confiança no relato da filha sexualmente abusada e para a denúncia do abuso.

### **3.8 – Adolescência**

Há 03 artigos que abordam esta categoria e se relacionam a questão da educação, paternidade e inserção social. Herkenhoff (2004), aborda a questão da adolescência relacionada à educação, identificando as mudanças ocorridas na vida de adolescentes pobres a partir de sua participação em programas complementares à escola. A autora realizou um estudo de caso

em duas Organizações não-governamentais: a Associação das Mulheres de Nazaré da Mata – AMUNAM e o Centro das Mulheres do Cabo, ambas localizadas no Estado de Pernambuco. Não existe uma educação integral sem a educação política, cidadã e ética, sem um espaço onde os educandos possam confrontar suas idéias, comprometer-se com o outro e com uma sociedade melhor. A capacidade de ler, escrever, ser bem informado e atualizado capacita também às famílias pobres para o debate público sobre questões essenciais para o atendimento de suas necessidades, dando-lhes mais poder na tomada de decisões coletivas. A liberdade de criticar, protestar, debater, exerce um papel instrumental neste sentido, pois aumenta o grau em que as pessoas serão ouvidas em suas reivindicações.

Araújo e Ferreira (2004), apresentam o contexto das adolescências e suas multifaces em distintas inserções sociais, com objetivo de apreender as representações da adolescência para meninos e meninas das classes populares. Discutir as construções sociais da adolescência a partir das representações de adolescentes de ambos os sexos das classes populares da cidade de Bayeux-PB, que estão inseridos em ONGs. As imagens pintadas por estes revelaram suas distintas formas de perceber a adolescência de acordo com suas diferentes condições de gênero. Meninos e meninas aprendem e internalizam seu gênero, de acordo com aquilo que a ‘sociedade local’ exige que sejam, segundo sua idade, raça, etnia e classe social. As especificidades e diferenças entre os gêneros se expressam na forma como meninos e meninas vivem sua adolescência. As relações de gênero estão presentes no seu cotidiano, e como estas determinam formas diferenciadas de viver e perceber a adolescência num mesmo espaço de inserção. Segundo as autoras, as meninas definem a adolescência como uma fase complicada, marcada por conflitos, mais com a família, curiosidades e amadurecimento do corpo. Os meninos como uma fase marcada pela conquista da independência, liberdade, responsabilidade com o trabalho.

Nascimento (2004), investiga o significado da paternidade adolescente entre os jovens de uma comunidade de classe popular, de forma a apreender contradições e dinâmicas presentes nos discursos sobre o tema, analisa as particularidades dessa vivência, considerando as manifestações sociais e culturais em sua totalidade. A captação dos problemas masculinos pelo setor saúde ainda não é prioridade no país. Os serviços de atendimento primário, voltados para as mulheres e as crianças, não terão sucesso pleno enquanto a família não for acolhida em sua totalidade, com a incorporação do masculino nos serviços básicos de saúde. Para a autora, a organização da sociedade ainda está voltada para as velhas práticas que incorporam o pai como provedor e a mãe como cuidadora. O que se verifica é que para os homens de camadas populares, assumir a paternidade implica a responsabilidade financeira com o sustento do filho e não diretamente participar do desenvolvimento da criança.

### ***3.9 – Questão racial***

Em um total de 03 artigos que apontam para a discriminação da mulher negras e a questão das cotas. Gehlen e Raimundo (2002), fazem uma análise acerca das condições históricas da situação social das mulheres negras na sociedade atual e mais especificamente no espaço onde moram. O processo histórico da sociedade brasileira e como se desenvolveram os determinantes sociais, políticos e ideológicos que dizem respeito às manifestações discriminatórias que caracterizam a desigualdade social. As múltiplas manifestações da violência que descreve com propriedade a não existência da cidadania para os homens e mulheres negras. A resistência e as diversas formas de luta da população negra na conquista da dignidade, da preservação da cultura e contra a exploração do trabalho. A

mulher negra continua em último lugar na escala social, são mal pagas diante de sua baixa escolaridade (lavadeiras, empregadas domésticas, faxineiras e revendedoras de cosméticos), não são casadas legalmente, já tinham trabalhado com carteira assinada, não estão inseridas em espaços profissionais que garantam com segurança um padrão de vida que lhes promova tranquilidade, optaram entre estudar e trabalhar, são atentas as questões presentes no dia a dia da favela, já sofreram algum tipo de discriminação, no trabalho, no ônibus, na escola. Para as autoras, há escassa e restrita atuação o Serviço social no campo específico da precarização e sofrimento das camadas populares negras. O racismo que é algo inerente à sociedade brasileira, e a população negra passa por situações de constrangimento marcadas pelo preconceito e discriminação racial. A divisão sexual do trabalho evidencia a dupla jornada de trabalho da mulher negra provedora do sustento familiar, quanto ao homem é reservado a exclusão do mercado de trabalho, como resultado da escravidão e do racismo.

Correia (2002), traz reflexões a partir de pesquisa na dissertação de mestrado, que teve como temática o estudo da família negra no bairro do Engenho Velho da Federação, (Salvador-Ba), a partir da memória, dos depoimentos de duas gerações de mulheres negras, mães-avós e filhas-mães, centralizando as formações familiares negras em sua historicidade, presentes nas trajetórias de vida dessas mulheres, sem entretanto perder de vista a rede de relações que compõe o cotidiano vivido, eclipsado pelo viés de gênero, raça e classe. Para ela a forma de moradia destas famílias negras do Engenho Velho, quando não vivem na mesma casa abrigando vários núcleos familiares, vivem no mesmo terreno ou moram nas proximidades, sugerem uma reedição do que aprenderam com seus ancestrais, a vivência comunitária, reorganizada a partir da imposição de vivência em senzalas, em lojas, reconstruída no Candomblé e reforçada também pela condição econômica. A autora aponta para o caráter dos sujeitos negros, enquanto seres licenciosos, promíscuos incapazes de constituir laços familiares, onde a escravidão eliminaria assim das formações familiares negras a figura paterna. O espaço familiar é um lugar de formação fundamental onde inicialmente aprendemos a nos reconhecer e construir atitudes em relação à pluralidade racial e cultural do contexto social onde vivemos.

Júnior (2004), entende a questão racial enquanto expressão da questão social. Avalia o impacto da política de ação afirmativa de corte racial empregada no nível superior (cotas) frente ao que esta possa significar, enquanto política social e para a atuação do serviço social. A análise se embasa nas abordagens que discutem a questão do negro na formação social brasileira e do racismo enquanto mecanismo de exclusão social, que se configura em uma barreira no acesso às políticas sociais. O racismo é um importante elemento de inclusão excludente e se faz necessária à utilização do instrumento da política de ação afirmativa, entendendo que não resolve a questão racial de forma definitiva mais reconhece o racismo enquanto elemento presente em nossa sociedade. Visa de alguma forma compensar ou redistribuir os bens sociais e ainda que de forma inicial levanta o debate acerca da questão racial, e da necessidade da rediscussão do negro e do seu papel na busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Para Júnior (2004), a educação é uma das políticas sociais onde a exclusão se faz mais presente, por isso é de suma importância lembrar que a educação se configura como uma política social de vital importância para emancipação dos sujeitos para além da questão dos melhores rendimentos salariais e a inserção em carreira que proporcionem a aquisição de bens de consumo.

### **3.10 – Pobreza**

Possui 03 artigos, em que num deles Osterne (2000), fala em compreender as formas usadas por homens e mulheres de famílias pobres da cidade de Fortaleza para perceber-se e representar-se em suas condições de gênero. O masculino e o feminino em seus hábitos familiares, conhecendo padrões de hierarquia e relações de autoridade dos membros que estabelecem entre si em suas vivências. A dinâmica, composição e valores que identificam as pessoas da periferia sugerem fortes padrões de hierarquia e diferenciadas relações de poder e autoridade entre seus membros. Daí deve-se perceber a influência da primazia do masculino sobre o feminino nas relações familiares. Prevalece o efeito do masculino na comunidade Sossego devido à aceitação do papel de provedor para o homem e de dona de casa para a mulher. Há diferenças entre as mulheres que chefiam seus domicílios e as que vivem com seus companheiros, as 1ª permanece a presença emblemática do homem onde as decisões sobre trabalho, orçamento, formação dos filhos, uso do corpo são tênues para romper com exigências do controle social que reclama preservação de valores femininos, e a 2ª a subordinação é acentuada.

Carloto e Procópio (2004), apresentam resultados de pesquisa sobre famílias mantidas por mulheres, em situação de extrema pobreza, que contam com cônjuge. O objetivo das autoras foi analisar as características socio-demográficas destas famílias e o perfil das mulheres responsáveis pela sua manutenção econômica e a reação com a condição de pobreza e vulnerabilidade das mulheres. Para as autoras o fenômeno da pobreza para ser combatido precisa ter uma perspectiva de gênero, desvendando quem são essas mulheres, suas necessidades, as ações necessárias para combater uma subalternidade marcada pela dominação de classe, gênero e também raça/etnia, aspecto que não exploramos, mas que merece atenção. A vulnerabilidade a partir das condições de escolaridade, ocupação, trabalho e renda aumenta a partir dos papéis de gênero na esfera doméstica, da falta de apoio dos companheiros e de políticas públicas com enfoque de gênero.

Manfrini e Lisboa (2004), falam que o crescente número de famílias chefiadas por mulheres é um fenômeno intimamente relacionado à pobreza, sendo a feminização da pobreza. Para a autora, o objetivo da pesquisa é analisar a dimensão de gênero na pobreza incluindo fatores não materiais como tempo, afeto, criatividade e participação. Entrevistaram-se 16 mulheres pobres, chefes de família, através de trajetória de vida, levantando as principais necessidades básicas e demandas de políticas públicas. Destaca-se as múltiplas jornadas de trabalho; violência; falta de oportunidades para estudar, se profissionalizar e lazer. Deve-se reconhecer que a “feminização da pobreza” não se expressa somente através de maior representação de mulheres entre as famílias pobres, mas através das características que assumem a pobreza das mulheres, o longo período que permanecem nesta situação, as dificuldades que enfrentam para superá-la e os efeitos sobre a sua qualidade de vida e a do grupo familiar. Para as autoras, as mulheres precisam recorrer aos serviços de assistência pública, como estratégia de enfrentamento dos problemas causados pela pobreza e/ou exclusão social. Precisam de políticas públicas que atendam as suas necessidades básicas e de seus dependentes.

### **3.11 – Envelhecimento**

Esta categoria se faz presente com 02 trabalhos. Bulla, Kunzler e Martins (2004) falam em enfrentar a problemática, relacionada à área social, psicológica, biológica, cultural e

espiritual, na tentativa de garantir melhor qualidade de vida aos que envelhecem. Estimulando a participação e o envolvimento dos idosos em grupos, centros de convivência, clubes ou programas universitários e até nas instituições de residência e abrigo. Para elas, o processo de envelhecimento é heterogêneo e diferenciado entre os gêneros, pois as atividades, expectativas e o lazer não possuem o mesmo significado para homens e mulheres, embora, alcançar o envelhecimento saudável seja aspiração de todos. A mulher idosa culturalmente, construiu sua imagem associada à manutenção da vida privada, à reprodução e educação dos filhos e aos cuidados de subsistência do lar, considerando essas tarefas não só como responsabilidade, mas como atividades de lazer. O homem, através do trabalho diário, geralmente, externo a casa, tinha sua participação voltada para a vida pública. Daí é necessário que os idosos recriem novas alternativas de participação, lazer e ocupação do tempo livre. Incluir-se nas discussões e proposições de alternativas, no planejamento de ações, na concretização de planos, na gestão, no controle e na avaliação das atividades. É preciso ampliar as possibilidades de lazer e os objetivos dos programas destinados aos idosos, qualificando os existentes, incentivando a auto-expressão, a troca de experiências, o fortalecimento mútuo, a criatividade, a autonomia e os processos emancipatórios, capazes de conduzir à plena inserção na vida social.

Nunes e Trindade (2004), analisam a experiência do processo de envelhecimento de um grupo de mulheres idosas, alunas da Universidade Aberta da Terceira Idade - UnATI/UERJ. A partir das questões de gênero e geração, a autora verifica as motivações para a participação no programa, como a fuga da solidão, ocupação de tempo livre e atualização de conhecimentos. As mulheres dão ao programa significado de espaço de desenvolvimento de sociabilidade, acesso à educação e de promoção da saúde, trazendo mudanças nas suas relações sociais. A participação das mulheres nos programas de terceira idade, expressa o desejo e a vontade de ressignificar a velhice, ao transformar essa etapa da vida, comumente, associada à inatividade e ociosidade, em um período de vida participativa. O processo de redefinição de valores realizado por essas mulheres que deram um novo significado à velhice precisa ser uma experiência coletiva que envolva a todos, Estado e sociedade, pois somente dessa forma teremos de fato mudanças que se efetuem no cotidiano das relações sociais. A autora coloca experiência coletiva de velhice ativa e positiva, não como uma atribuição individual, pois essa vivência do envelhecimento implica a atuação do Estado, pela implementação de políticas públicas que tenham como preocupação atender as demandas do segmento de idosos em nosso país.

### ***3.12 – Conjugalidade, Relações afetivas e Representações sociais***

Há 02 artigos que se referem a esta categoria. Garcia e Tachara (2000), identificam e analisam estilos de narrativas adotados por mulheres casadas ao contarem histórias de seus casamentos. O estilo dramático de narrativa narra uma convivência marcada por conflitos, onde a imagem social da relação conjugal é a de um casamento ora feliz, ora infeliz. O estilo romanceado apresenta projeto de casamento desejado e vivido similar, com uma imagem social de casamento feliz. Para as autoras, cada indivíduo intercrusa em sua fala e na narração da sua história diferentes pontos de vista, visões de mundo, tendências que dão forma ao que é dito. Utilizam gêneros do discurso que variam conforme circunstâncias, posição social e relacionamento pessoal dos parceiros.

Tavares (2000), identifica as práticas e representações sobre o amor para homens e mulheres das camadas médias de Aracaju, confrontando-as com as respectivas construções de gênero, classe social e geração a que pertencem. Delinear as transformações que vêm

ocorrendo, novos valores, comportamentos, ordens prático-simbólicas incorporadas em sua trajetória afetiva. O amor é socialmente construído, com significações, comportamentos ou expectativas a ele relacionadas, bastante diversas, próprias de cada sociedade ou época. Aracaju é definida como cidade opressora tornando-se permissível a vivência do amor só em cidades distantes, onde homens e mulheres pensam e falam sobre amor de forma distinta. Para mulheres é sentimento de doação de forma incondicional e para o homem é tátil, físico governado pela razão e conquista. Segundo a autora, constructos sobre amor, sua vinculação a sexualidade ou condição de matrimônio e família são invenção moderna. Amor do século XIX é amor platônico e amor do século XX é amor romântico.

### ***3.13 – Educação***

Este trabalho discute a questão da escola como espaço gendrado, com dimensões do processo de socialização das gerações imaturas, tendo como fundo a guetização feminina de algumas profissões. A autora pretende apreender e analisar manifestações relativas à construção de desigualdades de gênero no cotidiano escolar. Para Back (2000), a escola enquanto instituição social tem ideologias, pois é vinculada ao conjunto da sociedade. Daí há a necessidade de que se faça uma revisão da política educacional referente à formação docente, seleção de conteúdos e melhor análise dos livros didáticos. Para isso, a formação da assistente social deve levar em conta o estudo do gênero como forma de organização da sociedade como intervenção direta sobre a qualidade da intervenção profissional.

Mas a autora (2000) afirma que a escola apresenta especificidades, como a de se constituir desde a generalização da educação em um espaço que proporciona a experiência da igualdade formal às mulheres, onde estas obtém melhores resultados que os homens. Daí a escola como novo espaço de superação das subordinações de gênero, classe, raça, sendo para tanto, mais democrático. Entretanto ressalta que há ausência de qualificação do professor quanto às construções sociais.

### ***3.14 – Maternidade e Prostituição***

O artigo referente a esta categoria aponta o conjunto de fatores que favorece a inserção de mulheres-mães na prostituição, analisando as vulnerabilidades sociais destas mulheres e o que as levam a se prostituírem, assim como as interferências que causam no relacionamento, educação e criação dos filhos. Para Ferreira (2004), a inserção de mulheres-mães na prostituição, se dá pelo fato de encontrarem nesta um meio de garantir o próprio sustento e de seus filhos. A permanência na prostituição não faz parte dos planos das mulheres que se prostituem, porém geralmente são provenientes de bairros pauperizados e degradados, de casas sobrepovoadas, de famílias numerosas, muitas sofreram maus tratos, abandonos, violações, incestos, passaram necessidades financeiras, trabalharam na infância e adolescência para ajudar no sustento da família. Não tiveram vínculos afetivos, ou oportunidade de frequentar a escola e nem orientações sobre questões como sexualidade, gravidez, doenças.

A autora aponta novas alternativas de intervenção junto às famílias que são atingidas pela questão social da prostituição. É necessário adquirir novos conhecimentos sobre a questão favorecendo possíveis discussões acerca do grupo familiar no qual pertence à mãe que usa do recurso da prostituição para manter seu lar, apontando como se dá o relacionamento das mães em relação aos filhos.

### ***3.15 – Questão rural***

O trabalho que engloba a questão rural coloca a questão da agricultura familiar, procurando identificar como se organiza o masculino e o feminino no contexto da família rural, mostrando o que compõe e caracteriza a dimensão das relações entre gêneros nas instâncias cotidianas do grupo doméstico. Para Feitosa, Pereira e Rodrigues (2001), a família trabalhadora envolve uma dinâmica própria presentes nas construções culturais que historicamente definiram as imagens do masculino e feminino, estabelecendo hierarquias e poderes. Casa e roçado encontram-se como esferas de poder diferenciadas, para homens e/ou mulheres, o que não implica na idéia de que um se impõe pela supressão do outro, ambos são articulados e interdependentes.

### ***3.16 – Questão urbana***

Este artigo aborda o cotidiano das mulheres nas favelas do Rio de Janeiro. Apresenta resultados parciais de pesquisa que vem sendo desenvolvida em duas favelas (Praia da Rosa e Sapucaia) localizadas na Ilha do Governador. As análises já realizadas têm demonstrado que a determinação espacial, ou seja, o fato de morar em favelas, tem relevância na conformação das práticas cotidianas dos moradores. O descaso com que o Estado vem tratando as camadas de baixa renda, especialmente, quanto às políticas públicas de habitação tem contribuído para o adensamento da questão urbana, corroborado pelo aumento do número de favelas no Rio de Janeiro, que revela a agudeza da segregação sócio-espacial, seguida de profundos processos de exclusão, do aumento da violência urbana e da degradação das condições de vida de amplos segmentos de trabalhadores nos domínios da cidade. (Pelegriño, 2002)

Para a autora, o crescimento das cidades, bem como a sua valorização como espaço de sociabilidade e de encontro é consequência das configurações sociais, políticas e culturais engendradas pelo capitalismo e fortalecidas pela industrialização. A feminilização da pobreza se constitui numa tendência em desenvolvimento, principalmente nos países pobres, a referência ao trabalho de mulheres de favelas não visa reduzir a complexidade das relações de trabalho a uma dimensão espacial ou de gênero, mas sim, mostrar que existem formas singulares de realização das atividades produtivas e reprodutivas, o que exige outros níveis de compreensão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da temática de gênero começa a surgir, a partir da década de 1980, em meio à realização de diversos encontros, em que as lutas dos movimentos feministas vieram à tona, resultando em instrumentos que serviram para dar legitimidade e reconhecimento legal às mulheres como sujeitos de direitos.

O serviço social tem um perfil reconhecido historicamente como uma profissão “feminina” que está diretamente associado à maneira como se constroem as relações entre as mulheres e homens na sociedade. Frente a isso, a temática de gênero vem ampliando sua presença e inserção no espaço acadêmico e no debate profissional.

Ainda que não faça parte do currículo obrigatório do serviço social, o gênero é de grande relevância à profissão, pois a relação deste com o serviço social se constrói pelo reconhecimento e combate da desigualdade que é firmada a partir e por meio das relações de gênero e pelo projeto de transformação social.

A análise das comunicações apresentadas nos CBAS e nos ENPESS, dois espaços fundamentais para a divulgação da produção das assistentes sociais, enquanto profissionais e pesquisadoras, permite afirmar que o serviço social tem incorporado à discussão dessa temática. No total dos eventos analisados os artigos que discutem a questão de gênero alcançaram, em média, quase 5% do total - 124 de um universo de 2.554. Ao analisá-los separada e comparativamente porém, pode-se constatar que, no curso de 04 anos de realização de congressos e encontros, a discussão da temática gênero vem aumentando, o que pode ser constatado pela publicação de artigos que cresce de um evento a outro no decorrer desses anos.

Há que se levar em conta também que embora possa parecer pequeno, esses percentuais mantiveram bastante regularidade ao longo do período e eventos analisados, o que revela um grupo já localizável de profissionais e pesquisadores envolvidos com o tema.

Outro aspecto que chama atenção é com relação ao aparecimento das categorias nos CBAS (em ordem crescente de recorrência) *violência* 13, *serviço social* 11, *saúde* 09, *sexualidade, saúde e direitos reprodutivos* 07, *movimentos sociais* 05 e *trabalho* 04 artigos. Já nos ENPESS a categoria *trabalho* aparece no ranking com 12 artigos, seguida de *violência* 11, *saúde* 10 e *movimentos sociais, serviço social e sexualidade, saúde e direitos reprodutivos* 07. Verifica-se que todas as categorias aparecem como mais frequentes em ambos os eventos, mas o fato de trabalho se apresentar em primeiro nos ENPESS e em quinto nos CBAS poderia ser explicado pela própria natureza dos eventos, sendo que o primeiro é mais voltado para a área da pesquisa, as possibilidades de discussões sobre temas “novos” ou que ainda não tratam as práticas profissionais do serviço social são maiores e o segundo envolve a prática de trabalho das assistentes sociais, podendo predominar o relato de experiências e reflexões pautadas na intervenção.

Dentre as categorias encontradas no conjunto dos cinco eventos pesquisados, a *violência* com 24 artigos responde a 19,3% do total de artigos analisados em nossa pesquisa, a *saúde* com 19 artigos (15,3%), o *serviço social* com 18 artigos (14,5%), o *trabalho* com 16 artigos (12,9%), a *sexualidade, saúde e direitos reprodutivos* com 14 artigos (11,3%), e os *movimentos sociais* com 12 (9,7%), representam os trabalhos com maior número, o que sinaliza sua importância junto ao debate profissional e acadêmico. A discussão de outras categorias ainda é pouco incorporada como a *exploração sexual* com 04 artigos (3,2%), a *adolescência*, a *questão racial* e a *pobreza* com 03 artigos de cada (2,4% cada um), o *envelhecimento* e a *conjugalidade, relações afetivas e representações sociais* com 02 artigos de cada (1,6% cada um), a *educação*, a *maternidade e prostituição*, a *questão rural* e a *questão urbana*, com 01 artigo de cada (cada um correspondendo a 0,8% do total).

Algumas categorias se fazem mais presentes em termos de debate profissional, o que é verificado pela maior quantidade de artigos publicados para estas, sinalizando para um maior envolvimento por parte dos pesquisadores e assistentes sociais quanto à abordagem e discussão das categorias. Uma delas é a *violência*, que tematiza questões como a violência de gênero, a violência doméstica, a violência contra a mulher.

Em segundo lugar aparece a *saúde*, que tematiza questões ligadas as mais variadas formas de enfrentamento de discussões por parte dos profissionais assistente sociais em relação às demandas da área como DST/Aids, saúde sexual e reprodutiva, alcoolismo feminino, a atuação em programas e ações governamentais como PAISM, PRAIA, PSF, a questão do SUS.

Outra importante categoria que ganha destaque no debate profissional é o *serviço social*, englobando desde questões de cunho teórico, que levanta uma discussão sobre o processo de formação da profissão e a inserção majoritária de mulheres, até a própria prática e atuação profissional e a importância do serviço social considerar as contradições de gênero e de classe.

O trabalho é uma categoria de grande relevância que apresenta debate amplo nos eventos, discutindo questões como as dificuldades enfrentadas pelas mulheres ao retornarem ao trabalho, a feminilização da pobreza, as trabalhadoras rurais e de indústrias, o trabalho informal, as mulheres chefes de família, a questão do desemprego, entre outras abordagens.

No caso do curso de graduação em serviço social da UnB, a temática gênero está incorporada por meio da disciplina optativa *Relações de Gênero e Serviço Social*, não se apresentando de modo sistemático nas demais disciplinas que integram a grade. Como consequência se percebe que o debate e a produção acadêmica dos discentes sobre o tema é ainda recente, devido a própria agenda pública voltada para a mulher também ser ainda muito recente. De um universo de 412 TCC apresentados por discentes de graduação do departamento de serviço social da UnB, apenas 09 ou 2,2% desse total mencionam a questão de gênero ou feminismo no título e 17 ou 4,1% apresentam outros temas como violência contra a mulher e de gênero, feminização, feminidade, saúde reprodutiva da mulher, HIV e mulher, mulher e desigualdade, alcoolismo feminino, homossexualidade feminina, participação de mulheres em movimentos sociais, exploração sexual de mulheres, esterilização feminina.

Com base nesses princípios, a análise dos dados desse trabalho buscou investigar como tem se dado à interlocução do serviço social com a temática de gênero, analisando como essa aproximação tem sido feita. Os artigos estudados demonstram que essa aproximação, embora, quantitativamente ainda pouco expressiva, é necessária e tem apresentado resultados animadores seja do ponto de vista dos movimentos feminista ou daquelas e daqueles assistentes sociais comprometidos com os princípios da liberdade, justiça social, democracia e respeito aos direitos humanos, inscritos no Código de Ética Profissional do Serviço Social.

O estudo pretendeu descobrir como as construções relacionadas ao gênero feminino estão sendo relacionadas com o serviço social. Mesmo tendo limitações, o trabalho mostrou que o serviço social vem inserindo novos olhares e buscando uma maior aproximação da prática profissional com a realidade apresentada, e tem se colocado na discussão de questões referentes a gênero por intermédio da participação em intervenção, pesquisa, como também tem buscado aproximação da temática com a profissão. Apesar da pauta da temática ser recente com relação às políticas públicas a nível governamental, percebe-se que, a discussão da temática pelos profissionais e discentes, embora também recente, tem se inserido no debate profissional e acadêmico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Sônia. **Gênero é sinônimo de violência?** In: Manual Relações de gênero no ciclo de projetos. São Paulo: Rede Mulher, 1997.

BERTOLINE, Vera Lúcia. **E na violência contra a mulher, o Estado mete a colher?:** O dito e o feito na política de segurança do Cuiabá - Mato Grosso. 1 v. Dissertação (Mestrado) - UnB, Brasília, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRANDÃO, Elaine R. **Nos corredores de uma delegacia da mulher:** um estudo etnográfico sobre as mulheres e a violência conjugal. 1 v. Dissertação (Mestrado) - UERJ, Rio de Janeiro, 1996.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília, 2004.

DÍAZ, Juan; GALVÃO, Loren. **Saúde sexual e reprodutiva no Brasil:** dilemas e desafios. São Paulo: Hucitec; Population Council, 1999.

D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas. **Gênero e violência nas práticas de saúde:** contribuição ao estudo da atenção integral à saúde da mulher. 1 v. Dissertação (Mestrado) - USP, São Paulo, 1996.

GUEDES, Daiane Souza. **A produção do conhecimento do Serviço social sobre o meio ambiente (2000-2004).** 1 v. Monografia - UnB, Brasília, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Renovação e conservadorismo no Serviço social.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço social no Brasil:** Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KAEBER, Narla. Publicação do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal: GDF, 1995. In: Conceitos de gênero no planejamento do desenvolvimento. Instituto internacional de pesquisas e capacitação das Nações Unidas para promoção da mulher - INSTRAN - ONU.

LEFREVE, Fernando. **Debate sobre o artigo de Minayo e Sanches.** In: Cad. Saúde Pub. Rio de Janeiro: 1993.

LEOCÁDIO, Elcylene Maria de Araújo. **Aborto pós-estupro:** uma trama (des) conhecida entre direito e a política de assistência à saúde da mulher. 1 v. Dissertação (Mestrado) - UnB, Brasília, 2006.

MARSON, Melina Izar. **Da feminista “macha” aos homens sensíveis:** O feminismo no Brasil e as (des) construções das identidades sexuais. In: Cadernos AEL – Mulher, história e feminismo. n°. 3/4. Campinas: Aq. Edgard Levenroth/IFCH, 1995.

MARTINS, Alcina de Castro; HENRÍQUEZ, Bernardo Alfredo (Org.). **Serviço social no Feminino.** Lisboa: CPIHT, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo - Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1992.

OLIVEIRA, Djaci. D. de; GERALDES, E. C.; LIMA, R. B. de. **Primavera já partiu:** Retrato dos homicídios femininos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1998. (Violência em Manchete I, MNHD).

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente)

SCOTT, J. **Gênero:** uma categoria útil para a análise histórica. Educação e realidade. 1995.

SOARES, Vera. **Movimento Feminista:** paradigmas e desafios. In: Estudos feministas. N.E. 194.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do Serviço social:** contribuição para a construção de sua teoria. Rio de Janeiro: Agir, 1977.

\_\_\_\_\_. **Serviço social:** processos e técnicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1970.

### **Bibliografia dos artigos selecionados para análise**

#### **CBAS 2001**

ALMEIDA, Luciane Pinho de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Mulheres que retornam ao trabalho:** representações sociais de suas dificuldades. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 10. Anais... Rio de Janeiro: 2001, CO 299. CD ROM.

AMARAL, Sueli Gião Pacheco do; LEITE, Rosalina de Santa Cruz.; TOLEDO, Laisa Regina Di Maio Campos. **Trabalho e a feminilização da pobreza.** In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 10. Anais... Rio de Janeiro: 2001, CO 298. CD ROM.

BERTELLI, Edilane. **Violência de gênero:** por que e como meter a colher? In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 10. Anais... Rio de Janeiro: 2001, CO 289. CD ROM.

CANDIDO, Tania Vieira; CAMPIGOTO, Maria do Carmo; WILWERT, Rejane. **Política de inclusão numa perspectiva de gênero:** projeto alinhando cidadania. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 10. Anais... Rio de Janeiro: 2001, CO 288. CD ROM.

CANÔAS, Cilene Swain. **Serviço social: será uma profissão de mulheres?** In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 10. Anais... Rio de Janeiro: 2001, CO 301. CD ROM.

CARVALHO, Maria Jackeline Feitosa; PEREIRA, Adriana Freire; RODRIGUES, Régea Silva. **Da morada ao roçado: gênero e agricultura familiar.** In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 10. Anais... Rio de Janeiro: 2001, CO 296. CD ROM.

CÉSAR, Amanda Nascimento; MENDONÇA, Eliana Azevedo Pereira de. **Reapropriação do saber sobre o corpo e a sexualidade nas vivências em grupo de reflexão.** In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 10. Anais... Rio de Janeiro: 2001, CO 302. CD ROM.

CISNE, Mirla. **Aspectos da questão de gênero nas determinações sócio-históricas das relações de trabalho da (o) assistente social.** In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 10. Anais... Rio de Janeiro: 2001, CO 305. CD ROM.

COSTA, V. S; Gama, A. S.; MARINS, S. S. S.; MARTINS, R. P. **Medicalização do corpo feminino: um processo a ser observado na avaliação da qualidade de serviços de pré-natal.** In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 10. Anais... Rio de Janeiro: 2001, CO 303. CD ROM.

DELFINO, Elizandra Valladão. **Gênero – enfrentando a hipertensão arterial – diferenças ou semelhanças.** In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 10. Anais... Rio de Janeiro: 2001, CO 297. CD ROM.

GASPARY, Marisa Chaves De Souza. **Programa de atendimento aos homens autores de violência e as mulheres em situação de violência doméstica e de gênero encaminhado (a)s pelo juizados especiais criminais de São Gonçalo.** In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 10. Anais... Rio de Janeiro: 2001, CO 281. CD ROM.

GROSSI, Patrícia Krieger; XAVIER, Edgar de Andrade. **Violência de gênero: contribuição do serviço de assistência judiciária gratuita da PUCRS para enfrentamento do problema.** In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 10. Anais... Rio de Janeiro: 2001, CO 284. CD ROM.

LOURENÇO, Sandra. **Gênero: sua expressão no ensino do Serviço social.** In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 10. Anais... Rio de Janeiro: 2001, PO 101, CD ROM.

MAUÉS, Sandra Shirlei Santana. **Gênero e políticas públicas na gestão municipal.** In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 10. Anais... Rio de Janeiro: 2001, CO 282. CD ROM.

MORAES, Rosana Ribeiro. **Gênero e violência doméstica: identificando o perfil das mulheres abrigadas e dos homens agressores em Belém-PA.** In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 10. Anais... Rio de Janeiro: 2001, CO 280. CD ROM.

NETO, José Pedro Simões. **Gênero, origem Social e religião:** caracteres definidores do Serviço social. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 10. Anais... Rio de Janeiro: 2001, CO 279. CD ROM.

QUEIROZ, Fernanda Marques de. **Violência de gênero em Mossoró:** reflexões sobre as representações sociais das mulheres. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 10. Anais... Rio de Janeiro: 2001, CO 285. CD ROM.

SOUZA, Vanessa Bezerra de. **Uma compreensão marxista do caráter de gênero das políticas sociais.** In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 10. Anais... Rio de Janeiro: 2001, CO 304. CD ROM.

TOMAZ Júnior, E.; LEITE, J. L. **Serviço social:** isso lá é profissão de macho? In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 10. Anais... Rio de Janeiro: 2001, CO 300. CD ROM.

VELOSO, Renato. **Serviço social e Gênero:** rumo a uma articulação. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 10. Anais... Rio de Janeiro: 2001, CO 275. CD ROM.

#### CBAS 2004

ARAÚJO, Josenice Ferreira de; FERREIRA, Carolina Magda Teixeira de Oliveira. **Adolescências e suas multifaces em distintas inserções sociais.** In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 13. CD ROM.

BARBOSA, Christiane de Oliveira; CARVALHO, Adriana Lima de. **Alcoolismo feminino e a necessidade do estudo de gênero.** In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 14. CD ROM.

BARBOSA, Érika Ferreira; CARNEIRO, Iolanda Alves; FREITAS, Rita de Cássia Santos; JESUS, Priscila Maria dos Santos de; JÚNIOR, Marco José Santos da Silva; LIRA, Vílnia Batista de; RANGEL, Ana Paula Dias. **Famílias em transformação** – a violência como coadjuvante na constituição de novas identidades. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 24. CD ROM.

BEZERRA, Frânsliê Quinto; BEZERRA, Osileide de Lima. **Gênero, organização e produção:** uma ação junto ao grupo de mulheres da comunidade Paraíso em São Miguel do Gostoso/RN. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 33. CD ROM.

BULLA, Leonia Capaverde; MARTINS, Rosemara Rodrigues; KUNZLER, Rosilaine Brasil. **Envelhecimento e gênero:** distintas formas de lazer no cotidiano. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 23. CD ROM.

CAMIN, Marisete; SEGALIN, Andréia. **A violência contra a mulher nas relações de gênero:** intervenção do Serviço social no Núcleo de Prática Sócio Jurídica da UNOESC – Campus de São Miguel do Oeste. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 10. CD ROM.

CAVALCANTI, Ludmila Fontenele; GONÇALVES, Roseni de Paiva Farias; MAGALHÃES, Lorena de Almeida; SANT'ANNA, Alessandra de. Saúde reprodutiva também é assunto de homem! In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 51. CD ROM.

CISNE, Mirla. **Serviço social**: uma profissão de mulheres? In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 52. CD ROM.

COSTA, Juliana Balduino; OLIVEIRA, Ana Lucia Santos de; SANTANA, Cristiane da Silva. **Práticas educativas de prevenção em ist/aids**: Contribuição para ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 46. CD ROM.

CRUZ, Maria Helena Santana. **A construção de trajetórias de trabalhadoras (es) na indústria têxtil em Sergipe**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 02. CD ROM.

DIERINGS, Cristielle Carine; FEDRIGO, Vanice Martins; MIRALES, Rosana; VENZETTO, Antonia Alves. **Conferência de Formulação de Políticas Para as Mulheres**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 21. CD ROM.

DINIZ, Débora; GUEDES, Cristiano; Jasper, Lúcia; SQUINCA, Flávia. **Anemia falciforme e risco genético**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 15. CD ROM.

FERREIRA, Fernanda de Fátima. **As vulnerabilidades sociais das mães em situação de prostituição**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 17. CD ROM.

FERREIRA, Verônica; FROTA, Francisco Horácio da Silva. **Feminismo e saúde**: análise crítica das lutas pela saúde integral da mulher no Brasil, do final dos anos 70 ao início dos anos 90. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 25. CD ROM.

GURGEL, Telma. **Gênero e Serviço social**: reflexões epistemológicas. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 30. CD ROM.

INÁCIO, Miriam de Oliveira. **Violência contra mulheres e esfera familiar**: uma questão de gênero? In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 54. CD ROM.

JORGE, Mirian; RIBEIRO, Mara Rejane. **Delegacia da Mulher como espaço indutor da socialidade: reflexões de gênero**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 03. CD ROM.

LEVYSKI, Ludmila Weizmann Suaid. **Gênero e Vulnerabilidade Feminina à Epidemia de HIV/AIDS**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 32. CD ROM.

LISBOA, Teresa Kleba. **Cidadania e equidade de gênero** – políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 20. CD ROM.

MESQUITA, Marylucia. **Lesbianidade e feminismo**: sinalizando desafios para a efetivação de direitos. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 37. CD ROM.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ZUCCO, Luciana Patrícia. **Gênero e sexualidade nas revistas femininas**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 31. CD ROM.

NASCIMENTO, Josilene Barbosa do. **A desconstrução da invenção do termo homossexualismo e do seu significado a partir de uma visão construtivista e de gênero**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 04. CD ROM.

NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso. **Gênero e Política Governamental**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 29. CD ROM.

NÓBREGA, Mônica Barros da; SILVA, Edna Tania Ferreira da. **Programa saúde da família**: a participação masculina nos cuidados com a saúde (?). In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 47. CD ROM.

PEREIRA, Lucélia Luiz. **Moralidades na Educação Sexual de adolescentes**: Dialogando com profissionais de saúde. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 39. CD ROM.

RIBEIRO, Fabiana Felix. **O Discurso Feminino Sobre as Oficinas de Prevenção às DST/AIDS**: Interlocação entre Espaços Comunitários e Unidade Hospitalar. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 41. CD ROM.

ROCHA, Andréa Queiroz; SILVA, Clécia Simone Avelino da; SILVA, Ednildo Macena da. **Centro de apoio às vítimas de crime (CAVCRIME)**: um novo tratamento às mulheres vítimas de violência doméstica em Maceió. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 19. CD ROM.

SANTOS, Ciomara Maria. **A participação das mulheres no MST**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 07. CD ROM.

SANTOS, Maria Aparecida dos. **Lutadoras do povo**: a participação de lideranças femininas na construção do MST cearense. . In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 38. CD ROM.

SANTOS, Vanessa Juliana dos. **Fenômeno religioso, relações de gênero e Serviço social**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 26. CD ROM.

SANTOS, Vânia Braz dos. **Câncer de mama e sexualidade**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 18. CD ROM.

SILVA, Dayse de Paula Marques da. **Da culinária ao projeto ético-político**: uma análise sob o olhar das relações de gênero. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 22. CD ROM.

SILVA, Dayse de Paula Marques da; VÁLINAS, Deborah Alvarez. **O Serviço social e as relações de gênero**: comparando reformas curriculares entre profissões da área da saúde. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 42. CD ROM.

TAVARES, Márcia Santana. **Fragmentos da violência**: recortes de histórias contadas sob a ótica de gênero. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11. Anais... Ceará: 2004, CO 28. CD ROM.

### ENPESS 2000

ALEMITA, Suely Souza de; TORRES, Raimunda Célia. **Violência urbana e lutas sociais: a dimensão do gênero**. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 7. Anais... Brasília: ABEPSS, 2000.

ARRAZOLA, Laura Susana Duque. **Participação política de mulheres e relações de gênero**. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 7. Anais... Brasília: ABEPSS, 2000.

BACK, Sheila de Souza. **Escola**: um espaço gendrado. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 7. Anais... Brasília: ABEPSS, 2000.

BERTOLINE, Vera Lúcia. **E na violência contra a mulher, o Estado mete a colher?** – O dito e o feito na política de segurança em Cuiabá (MT) In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 7. Anais... Brasília: ABEPSS, 2000.

CANESQUI, Flávia Gonçalves, CHINALI, Israild Giacometti; FRUCHI, Elisandra Murer. **A trabalho informal e gênero**: a trabalhadora ambulante em Franca. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 7. Anais... Brasília: ABEPSS, 2000.

CARVALHO, Anailza Perini de; GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; MACENTE, Luciene Bolzan; MACIEIRA, Marluce Siqueira; SILVESTRI, Jacqueline. **O previsível e o imprevisível na convivência com parceiro alcoolista**: “dose” dupla de (in) certezas. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 7. Anais... Brasília: ABEPSS, 2000.

COSTA, Suely Gomes. **Saúde e gênero**: revisões teóricas e práticas profissionais. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 7. Anais... Brasília: ABEPSS, 2000.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Modernidade e tradição**: as relações de gênero no trabalho. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 7. Anais... Brasília: ABEPSS, 2000.

FAURY, Mirian; SANTOS, Daniela Soares dos; XIMENES, Dinalva Cristina. **Os meninos do Serviço social**. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 7. Anais... Brasília: ABEPSS, 2000.

FELIPE, Joana D'arc Lacerda Alves; QUEIROZ, Fernanda Marques de. **Violência de gênero em Mossoró:** reflexões sobre as representações sociais das mulheres. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 7. Anais... Brasília: ABEPSS, 2000.

FERNANDES, Flávio Rego. **O protagonismo das mulheres da Vila Israel:** (re)construindo horizontes para uma participação cidadã.

FERREIRA, Carolina Magda Teixeira de Oliveira. **Gênero e sexualidade:** a realidade da casa da menina de Bayeux – PB In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 7. Anais... Brasília: ABEPSS, 2000.

FISCHER, Izauro Rufino. **Assalariamento e conscientização:** opostos que se atraem – o caso da assalariada rural. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 7. Anais... Brasília: ABEPSS, 2000.

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira. **Estilos de narrativas de histórias de vida.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 7. Anais... Brasília: ABEPSS, 2000.

GROSSI, Patrícia Krieger. **Mulheres imigrantes e a rede de relações:** violência doméstica, opressão e resistência. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 7. Anais... Brasília: ABEPSS, 2000.

MELO, Keila Cristiane da Silva. **Histórias para contar:** um retrato da violência física e sexual contra o sexo feminino na cidade do Natal. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 7. Anais... Brasília: ABEPSS, 2000.

MENEZES, Walfrido. **Exclusão de gênero em adolescentes grávidas.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 7. Anais... Brasília: ABEPSS, 2000.

OLIVEIRA, Silvana Maria de; SILVA, Zélia Maria Pereira da. **O trabalho das mulheres em projetos de geração de emprego e renda na área rural:** autonomia ou dependência? In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 7. Anais... Brasília: ABEPSS, 2000.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Dinâmica, composição e valores familiares: oposições e complementariedade entre o feminino e o masculino.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 7. Anais... Brasília: ABEPSS, 2000.

SASSAKI, Yoshiko. **Relações de classe e gênero no Serviço social.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 7. Anais... Brasília: ABEPSS, 2000.

TAVARES, Márcia Santana. **“Pelos lentes do amor”:** um estudo sobre o cotidiano amoroso de camadas médias urbanas em Aracaju. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 7. Anais... Brasília: ABEPSS, 2000.

VELOSO, Renato. **O lugar do gênero na produção de conhecimento em Serviço social.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 7. Anais... Brasília: ABEPSS, 2000.

## ENPESS 2002

ARAÚJO, Josenice Ferreira de. **A vulnerabilidade na sexualidade feminina pela contaminação do vírus HIV/AIDS: confiança ou descuido?** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 8. Anais... Minas Gerais: ABEPSS, 2002.

ARAÚJO, Neuza de Farias. **Mulheres chefes de família em meio popular urbano nordestino.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 8. Anais... Minas Gerais: ABEPSS, 2002.

CÉSAR, Maria Auxiliadora; LEAL, Maria Lúcia Pinto. **Pesquisa: Tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial – PESTRAF/CECRIA/BRASIL.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 8. Anais... Minas Gerais: ABEPSS, 2002.

CISNE, Mirla. **Serviço social no Ceará na década de 50: O intercruzamento entre classe, gênero e catolicismo.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 8. Anais... Minas Gerais: ABEPSS, 2002.

CORREIA, Márcia Conceição Martins. **Histórias contadas, vidas narradas nas vozes de gerações de mulheres negras.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 8. Anais... Minas Gerais: ABEPSS, 2002.

GEHLEN, Vitória Régia F.; RAIMUNDO, Valdenice José. **As dandaras de hoje: um estudo sobre a mulher negra na favela bola de ouro.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 8. Anais... Minas Gerais: ABEPSS, 2002.

GÓIS, João Bosco Hora. **Lésbicas na folha de São Paulo – Uma análise da representação do homoerotismo feminino em um jornal brasileiro.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 8. Anais... Minas Gerais: ABEPSS, 2002.

GOMES, Cicera Maria dos Santos. **Participação e trabalho feminino: Um estudo no sertão pernambucano.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 8. Anais... Minas Gerais: ABEPSS, 2002.

MACHADO, Selma Suely L. **“Fragmentos” de gênero: um estudo de impactos diferenciados para homens e mulheres num projeto de reassentamento urbano em Belém-PA.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 8. Anais... Minas Gerais: ABEPSS, 2002.

MELO, Danielly Sposito Pessoa de. **O homem e a mulher coletivo sentem a necessidade de lutar – Um olhar sobre as relações de gênero no assentamento rural Pedro e Inácio.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 8. Anais... Minas Gerais: ABEPSS, 2002.

MENDONÇA, Eliana Azevedo Pereira de. **A análise dos discursos da menopausa e da sexualidade no enfoque das práticas educativas.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 8. Anais... Minas Gerais: ABEPSS, 2002.

NORONHA, Valéria dos Santos. **A gestão feminina nos hospitais municipais na cidade do Rio de Janeiro:** considerações sobre relações de gênero e trabalho. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 8. Anais... Minas Gerais: ABEPSS, 2002.

OLIVEIRA, Hersília Monteiro Cadengue de. **Organização das mulheres e estratégia de sobrevivência no semi-árido:** O caso de Carnaúbas – Arcoverde/PE. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 8. Anais... Minas Gerais: ABEPSS, 2002.

PELEGRINO, Ana Izabel de Carvalho. **O cotidiano de mulheres de favela:** a face aguda da questão urbana na cidade do Rio de Janeiro. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 8. Anais... Minas Gerais: ABEPSS, 2002.

POUGY, Lília G. **Sexualidade no campo da reprodução o embate de conceitos e práticas.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 8. Anais... Minas Gerais: ABEPSS, 2002.

ROCHA, Lourdes Maria Leitão Nunes. **Violência doméstica contra a mulher e políticas públicas:** Os ecos da formação social brasileira. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 8. Anais... Minas Gerais: ABEPSS, 2002.

ROSA, Lucia Cristina do Santos. **O provimento de cuidado ao portador de transtorno mental e a questão de gênero.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 8. Anais... Minas Gerais: ABEPSS, 2002.

SANTOS, Yara Maria Frizzera. **Mulher e assistência:** as afinidades eletivas. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 8. Anais... Minas Gerais: ABEPSS, 2002.

SCHERER, Elenise; ENCARNAÇÃO, Adriana. **Tráfico de mulheres e adolescentes para fins de exploração sexual:** Uma questão social. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 8. Anais... Minas Gerais: ABEPSS, 2002.

SILVA, Tarcísio Augusto A. da. **A mulher na pequena propriedade monocultora de cana-de-açúcar:** exclusão e alternativa de trabalho. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 8. Anais... Minas Gerais: ABEPSS, 2002.

SIVEIRA, Esalba. **“Da liberdade condicional à condição de ser livre”:** a família e o transsexualismo. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 8. Anais... Minas Gerais: ABEPSS, 2002.

VELOSO, Renato. **“Quem tem medo do gênero?”** Contribuições ao debate acerca da relevância do gênero para o Serviço social. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 8. Anais... Minas Gerais: ABEPSS, 2002.

#### ENPESS 2004

ALMEIDA, Maria Helena Tenório de; SALES, Maria Leila. **O avesso do desemprego.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 9. Anais... Rio Grande do Sul: ABEPSS, 2004.

BATISTA, Vanessa Ramos da Cruz; GOMES, Glaubia Oliveira; QUIRINO, Clarissa Figueiredo; SILVA, Joellúcia Leite da. **Um estudo sobre como o projeto CRES/SER prepara e orienta os adolescentes para uma melhor vivência afetiva e sexual.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 9. Anais... Rio Grande do Sul: ABEPSS, 2004.

CAMINI, Marisete; SEGALIN, Andréia. **A violência contra a mulher nas relações de gênero: A demanda oculta nos atendimentos do Serviço social.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 9. Anais... Rio Grande do Sul: ABEPSS, 2004.

CARLOTO, Cássia Maria; PROCÓPIO, Maysa Regina **Mulheres e manutenção das famílias pobres: Uma questão de sobrevivência.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 9. Anais... Rio Grande do Sul: ABEPSS, 2004.

CASANOVA, Maria de Fátima; GROSSI, Patrícia Krieger. **Grupos de reflexão para homens que exercem violência conjugal: Um desafio para as políticas sociais.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 9. Anais... Rio Grande do Sul: ABEPSS, 2004.

CASTRO, Carolina Maciel Galvão de; GAMA, Andréa de Sousa; LIMA, Jacqueline Aline Botelho de; RESSIGUIER, Karina; RIBEIRO, Rafaela de Souza. **Avaliação da qualidade dos serviços de pré-natal sob a ótica dos direitos sexuais e reprodutivos.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 9. Anais... Rio Grande do Sul: ABEPSS, 2004.

CASTRO, Carolina Maciel Galvão de; GAMA, Andréa de Sousa; LIMA, Jacqueline Aline Botelho de; RESSIGUIER, Karina; RIBEIRO, Rafaela de Souza. **Gênero e avaliação da qualidade da atenção em serviços de saúde reprodutiva.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 9. Anais... Rio Grande do Sul: ABEPSS, 2004.

CHUPEL, Cláudia Priscila; SCHMICKLER, Catarina Maria. **Histórias de vida de mães de crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 9. Anais... Rio Grande do Sul: ABEPSS, 2004.

COSTA, Eliete Cristina Rezende. **A mulher e a AIDS: Considerações sobre a família e a construção da identidade feminina.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 9. Anais... Rio Grande do Sul: ABEPSS, 2004.

COSTA, Lúcia Cortez da; SILVA, Eliane Lopes da. **O desemprego juvenil na sociedade brasileira: Uma questão em debate.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 9. Anais... Rio Grande do Sul: ABEPSS, 2004.

FELIZARDO, Dilma; MELO, Keilla Cristiane da Silva; ZÜRCHER, Eliane Silva. **De medo e sombra: abuso sexual contra crianças e adolescentes em Natal/RN.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 9. Anais... Rio Grande do Sul: ABEPSS, 2004.

FREITAS, Rita de Cássia dos Santos; SANTOS, Luciana Carla dos. **No porão da democracia: Análise de uma experiência de resistência à ditadura militar na escola de Serviço social/UFF.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 9. Anais... Rio Grande do Sul: ABEPSS, 2004.

GOERCK, Caroline. **Violência contra a mulher idosa.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 9. Anais... Rio Grande do Sul: ABEPSS, 2004.

HERKENHOFF, Maria Beatriz Lima. **Sonhos e projetos:** caminhos para a superação dos limites. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 9. Anais... Rio Grande do Sul: ABEPSS, 2004.

JORGE, Mirian; RIBEIRO, Mara Rejane. **Mulher delegada e delegada mulher na perspectiva relacional do gênero.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 9. Anais... Rio Grande do Sul: ABEPSS, 2004.

JÚNIOR, Joílson Santana. **Questão racial e políticas de ações afirmativas:** Uma análise das possibilidades no âmbito do Serviço social. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 9. Anais... Rio Grande do Sul: ABEPSS, 2004.

LISBOA, Teresa Kleba; MANFRINI, Daniele Beatriz. **“Porque a pobreza tem rosto de mulher?” - Políticas públicas para mulheres pobres chefes de família.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 9. Anais... Rio Grande do Sul: ABEPSS, 2004.

LISBOA, Teresa Kleba; OLIVEIRA, Adriana Lucinda de. **Gênero e economia solidária:** trajetórias de mulheres trabalhadoras. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 9. Anais... Rio Grande do Sul: ABEPSS, 2004.

LOPES, Moema Amélia Serpa; NÓBREGA, Mônica Barros da; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; SOUSA, Flávia Dantas de. **O discurso dos homens sobre a saúde:** Programa de saúde da família do TAMBOR/CAMPINA GRANDE/PB. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 9. Anais... Rio Grande do Sul: ABEPSS, 2004.

LORENÇO, Sandra. **O cenário cotidiano da violência doméstica.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 9. Anais... Rio Grande do Sul: ABEPSS, 2004.

MESQUITA, Ralph Ribeiro. **Identidade, gênero e (homo)sexualidade no contexto religioso afro-brasileiro:** Relato de pesquisa. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 9. Anais... Rio Grande do Sul: ABEPSS, 2004.

NASCIMENTO, Elaine Ferreira do. **Adolescência e paternidade:** um desafio a ser compartilhado. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 9. Anais... Rio Grande do Sul: ABEPSS, 2004.

NUNES, Alzira Lobato; TRINDADE, Andréia de Albuquerque. **Mulheres idosas e universidade da terceira idade:** A experiência das alunas da UNATI/UERJ. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 9. Anais... Rio Grande do Sul: ABEPSS, 2004.

SANTOS, Ana Elizabeth Lole dos. **Masculinidades e saúde reprodutiva.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 9. Anais... Rio Grande do Sul: ABEPSS, 2004.

SANTOS, Vanessa Juliana da Silva. **Fenômeno religioso, relações de gênero e Serviço social.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 9. Anais... Rio Grande do Sul: ABEPSS, 2004.

SILVA, Clesirlene de Oliveira Gomes da. **Violência simbólica e estratégia de mobilidade social feminina: O uso do corpo.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 9. Anais... Rio Grande do Sul: ABEPSS, 2004.

SILVA, Elma Ribeiro da; SIQUEIRA, Dioniza Maria Silva de. **O que é violência doméstica contra a criança e o adolescente?** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 9. Anais... Rio Grande do Sul: ABEPSS, 2004.